

GABRIELLE ANA SELIG

Cenários instáveis, carreiras estáveis: atravessamento dos discursos contemporâneos nos sentidos da inserção profissional de jovens graduados como servidores públicos federais

**CURITIBA
2011**

GABRIELLE ANA SELIG

Cenários instáveis, carreiras estáveis: atravessamento dos discursos contemporâneos nos sentidos da inserção profissional de jovens graduados como servidores públicos federais

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Albanese Valore

**CURITIBA
2011**

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Selig, Gabrielle Ana

Cenários instáveis, carreiras estáveis: atravessamento dos discursos contemporâneos nos sentidos da inserção profissional de jovens graduados como servidores públicos federais / Gabrielle Ana Selig. – Curitiba, 2011.

131 f.

Orientadora: Profª Drª. Luciana Albanese
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Serviço público - carreiras e oportunidades. 2. Trabalho - servidores públicos. 3. Carreiras e oportunidades - estabilidade no emprego. I. Título.

CDD 331.129042



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia
MESTRADO EM PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO
PSICOLOGIA
 Ψ

GABRIELLE ANA SELIG

“CENÁRIOS INSTÁVEIS, CARREIRAS ESTÁVEIS

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do Título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Psicologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR — Universidade Federal do Paraná, e APROVADA (aprovada/reprovada) pela Banca Avaliadora abaixo assinada.

Prof.ª Dr.ª Luciana Albanese Valore
Universidade Federal do Paraná
Professora orientadora

Prof.ª Dr.ª Edite Krawulski
Universidade Federal de Santa Catarina
Professora Titular

Prof. Dr. Sidney Newton de Oliveira
Universidade Federal do Paraná
Professor Titular

Curitiba, 22 de fevereiro de 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia
MESTRADO EM PSICOLOGIA



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

Às quatorze horas do dia vinte e dois do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, na sala 208 do prédio Histórico desta Universidade, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, a mestranda **GABRIELLE ANA SELIG**, tendo como Título da Dissertação "Cenários Instáveis, Carreiras Estáveis". Constituíram a Banca Examinadora a Professora Doutora Luciana Albanese Valore, orientadora, Professora Doutora Edite Krawulski e Professor Doutor Sidney Nilton de Oliveira, titulares. Após a exposição da mestranda, os membros da Banca Avaliadora fizeram suas considerações e declararam a aluna:

- Aprovada sem restrições.
- Aprovada, mas na condição de tomar as seguintes providências:
- _____
- _____
- Reprovada

Eu Luciana Albanese Valore, orientadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Prof.ª Dr.ª Luciana Albanese Valore
Universidade Federal do Paraná
Professora orientadora

Prof.ª Dr.ª Edite Krawulski
Universidade Federal de Santa Catarina
Professora Titular

Prof. Dr. Sidney Newton de Oliveira
Universidade Federal do Paraná
Professor Titular

“... eu quase nada sei. Mas desconfio de muita coisa.”

Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Uma vez li uma mensagem, cuja autoria desconheço, que comparava a vida a uma viagem de trem. Nesse percurso, há muitos embarques que trazem grandes alegrias, como o nascimento do meu sobrinho-afilhado Guilherme e minha sobrinha Giulia (que contam com uma mãe muito atenciosa, carinhosa e dedicada, Andréia). Há também alguns acidentes; algumas surpresas agradáveis, como o carinho, auxílio e atenção do Dr. Luis Renato Pedroso; e grandes tristezas em alguns desembarques, como dos meus avôs, Gabriel e Lauro, minha avó Adolfa e do amigo-avô Gerardo Dourado.

Ao nascer e entrar no meu trem, já me deparei com quatro magníficas pessoas: meus pais, Sonia e Volmir, e meus irmãos, Fábio e Gustavo. Pessoas cujo carinho, companhia, amizade e presença são insubstituíveis para mim e que estarão sempre presentes, mesmo na ausência, em minha viagem pela vida. A meus pais, sou imensamente grata por jamais terem se aposentado de suas funções e serem sempre presentes, um porto seguro, mesmo para uma filha já adulta! Aos meus irmãos, agradeço por serem, além de irmãos, grandes amigos e parceiros.

Já estavam também me esperando embarcar minha querida avó Emília, leitora voraz, artista de lindos casacos, meias e blusas de tricô, cozinheira exemplar. Seu exemplo me estimula, seu carinho me aquece, os almoços “roubados” em sua casa alimentam não só meu corpo, mas também minha alma. Também me aguardava nesse embarque minha amada madrinha Gláucia que, de fato e de direito, merece o título de segunda mãe.

No decorrer de minha viagem algumas outras pessoas foram embarcando, como as minhas queridas amigas Andrea Huscher, Diana Kusztra, Fernanda de Araujo, Karin Kassmayer e Nara Dors. Se nesse meu percurso abandonei algumas bagagens que já não me serviam mais, como a carreira jurídica, tê-las conhecido na estação do Direito foi recompensador. Obrigada por estarem a meu lado nos momentos mais improváveis!

Outro embarque muito importante e especial foi o do Glauber. Obrigada por estar comigo nas partes mais acidentadas, difíceis e complicadas do meu percurso. Graças a você me tornei uma pessoa melhor. Você sempre me incentivou a fazer esse mestrado e a seguir a carreira de psicóloga. Se não pudermos permanecer no mesmo vagão e tivermos que fazer nossas viagens separadas, devido a algumas intempéries no caminho, pelo menos poderemos olhar pra trás e ter a certeza de que fizemos um belo trajeto juntos!

Quando desembarquei pela primeira vez na estação Trabalho, encontrei outros passageiros que, diariamente, dividem comigo tarefas e atividades, experiências de vida, angústias, alegrias. Clara, Kátia, Reinaldo e Malu, obrigada pela paciência, pela tolerância, pelo incentivo, pela companhia diária. Sou grata também aos meus colegas da Secretaria de Gestão de Pessoas (aos quais não nominarei por falta de espaço). Agradeço também ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, na pessoa de seu diretor-geral, Ivan Gradowski, pela licença capacitação concedida.

Em outra estação, a da Psicologia, um embarque muito precioso ocorreu: o da minha querida orientadora Prof.^a Luciana Albanese Valore. Minha bagagem, a partir daí, só aumentou: a orientanda de monografia se transformou numa candidata ao mestrado. O curioso é que, por maior que seja essa bagagem, ela nunca se torna pesada demais, pois sempre tenho alguém com quem dividir e contar. Obrigada pelas leituras atentas das incontáveis versões dos meus trabalhos, por sempre responder prontamente meus e-mails, por fazer comentários respeitosos e enriquecedores (e muitas vezes engraçados!), por respeitar o meu tempo de fazer e de não fazer, por ser exemplo de pessoa e professora. E até por ter *insights* em pleno final de semana!

Também não poderia deixar de mencionar que, nessa mesma estação, outros embarques foram marcantes: dos professores João Henrique Rossler, Edite Krawulski, Nadja Nara Barbosa Pinheiro, Sidney Nilton de Oliveira, Norma da Luz Ferrarini, Miriam Pan, Maria Virgínia Cremasco e Alexandre Dittrich. Todos são co-participantes deste trabalho. Um agradecimento especial ao Prof. João e a Prof.^a Edite por terem trazido importantes contribuições para o aprimoramento desta dissertação no Exame de Qualificação.

Não posso deixar de mencionar também meus colegas da estação Mestrado, com os quais dividi, além dos inúmeros trabalhos das disciplinas, muitas angústias, ansiedades, medos. Aline, Carla, Renee, Jardel e Vitor, espero que possamos seguir como companheiros de viagem por outras estações.

Por fim, agradeço aos passageiros participantes desta pesquisa que, embora tenham passado brevemente, deixarão suas marcas por muitas estações. Obrigada por dividirem suas trajetórias, suas aspirações, receios. Agradeço também à Cristina da ANPAC - Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos por tão prontamente ter atendido ao pedido de uma mestranda ávida por dados estatísticos! Obrigada a todos os autores referidos que, por compartilharem suas ideias, pesquisas e reflexões, possibilitaram a construção desse trabalho.

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi delinear nos discursos de jovens graduados, recém-ingressos em um serviço público federal, quais os sentidos atribuídos à sua inserção em uma carreira estável. Em uma sociedade cujos discursos valorizam tanto a flexibilidade, a mudança, o curto prazo, como características de bons profissionais, parecia paradoxal que inúmeros jovens procurassem se inserir em um emprego estável (“pra toda vida”), em órgãos públicos reconhecidos socialmente por sua estagnação e dificuldade para mudar. Adotou-se uma metodologia qualitativa, referenciada na análise do discurso, e o instrumento utilizado consistiu em uma entrevista semiestruturada, elaborada especialmente para esta pesquisa. Algumas recorrências foram evidenciadas. A inserção na carreira pública foi reconhecida: (a) como identificação com o trabalho de servidor público atrelada a um perfil ou vocação; (b) como influenciada por outras pessoas (pais e/ou amigos); (c) como garantia de remuneração; (d) como garantia de estabilidade. Com relação a este último critério, foi interessante observar que a estabilidade assume diversos sentidos, que ultrapassam seu conceito jurídico. Os discursos contemporâneos atravessam as falas dos entrevistados. A análise dos dados demonstrou que estes sujeitos querem ser reconhecidos como pessoas em movimento, um atravessamento da valorização de atributos como mobilidade e flexibilidade, embora suas falas tragam, constantemente, a marca da estagnação. O futuro é presentificado em seus discursos: representa o usufruir, consumir imediatamente. Ser servidor público possibilita não só esta aquisição imediata de bens, mas também é um bem a ser adquirido. Os sujeitos demonstram-se como desengajados, uma não vinculação à instituição na qual trabalham. Há um desconhecimento de que eles são e fazem a instituição. O trabalho como servidor público é esvaziado de sentido, sendo considerado um meio para outros fins. As escolhas pela carreira pública foram pautadas não pelo trabalho em si (SER servidor público), mas pelos reflexos deste (TER um cargo público). O serviço público representa uma forma de resistir aos novos modos de subjetivação contemporâneos (os discursos do curto prazo, das mudanças constantes, da instabilidade, etc.), mas também encena um assujeitamento, uma forma de se enquadrar aos discursos do consumo, da insatisfação constante, da desacomodação. Conclui-se que é importante o reconhecimento, pelos sujeitos pesquisados, de que eles não são somente produtos de suas relações laborais, mas são também produtores dessas relações para que o trabalho como servidores públicos possa assumir uma dimensão realizadora.

Palavras-chave: inserção profissional, trabalho, serviço público, subjetividade, análise do discurso, carreira.

ABSTRACT

The objective of this essay was to identify on the discourse of newly graduated youngsters, freshly joined to the federal public service, the senses attached to their insertion into a stable career. In a society whose discourses value flexibility, change, and short-term, as characteristics of good professionals, it seemed a paradox that countless youngsters would seek for a stable job (for all life), in public service, socially recognized for its stagnation and difficulty to change. It was adopted a qualitative methodology, referenced on the discourse analysis, and the instrument utilized was a semi-structured interview, specially elaborated for this research. Some recurrences were evidenced. The insertion into a public career was recognized: (a) as an identifying with the work of a public servant combined with a profile or calling; (b) as influenced by other people (parents and/or friends); (c) as guarantee of income; (d) as guarantee of stability. Regarding this last criteria, it was interesting to observe that stability assumes several meanings that exceed its legal concept. Contemporary discourses cross the speeches of the interviewed. Data analysis demonstrated that these graduated want to be recognized as persons in movement, an intersection of the contemporary discourses that valorizes attributes as mobility and flexibility, although their speech bring, constantly, the mark of stagnation. Future becomes present in their discourses: represents immediate enjoy and consume. Being a public servant allows not only this immediate acquisition of assets, but is also an asset to be acquired. The interviewed show themselves disengaged, a lack of engagement to the institution in which they work. They don't recognize that they are and make the institution. The work as a public servant is emptied of meaning, being considered as a mean to another aims. The choices for a public career were guided not by the work in itself (BEING a public servant), but by its reflexes (HAVING a public job). Public service represents a way to resist the new ways of contemporary subjectivity (long term speeches, constant changes, instability, etc.), but also stages a submissiveness, a way to fit into consume discourses, constant unsatisfying and movement. The conclusion is that is important the recognition, by the interviewed, that they are not only products of their working relations, but also producers of these relations in order to allow their work as public servants to assume an expressive dimension.

Key-words: Professional insertion, Work, public service, subjectivity, discourse analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A CONTEMPORANEIDADE EM DISCURSO: ALGUMAS PERSPECTIVAS.....	20
1.1 Incerteza, insegurança e distanciamento do real.....	21
1.2 Flexibilidade	24
1.3 Tempo de trabalho e tempo “livre”	30
1.4 Identidade e trabalho.....	32
1.5 Consumo	35
2. TRABALHO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.....	44
3. INSERÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE INSEGURANÇAS E INCERTEZAS ..	52
4. PESQUISA DE CAMPO	61
4.1 Dos dispositivos de análise	61
4.2 Do recorte desta pesquisa: o Poder Judiciário Federal.....	63
4.3 Participantes e procedimentos de investigação	66
4.4 Instrumento.....	67
4.5 Análise dos dados.....	67
5. OS DISCURSOS EM ANÁLISE: SENTIDOS DA INSERÇÃO NA CARREIRA PÚBLICA	69
5.1 Identificação com o trabalho de servidor público / perfil / vocação	69
5.2 Sugestão de amigos ou parentes	75
5.3 Remuneração	78
5.4 Estabilidade	82
5.4.1 Estabilidade como possibilidade de ser/fazer “outras coisas”	83
5.4.2 Estabilidade como possibilidade de planejar o futuro	86
5.4.3 Estabilidade como enquadramento: estagnação e movimento	88
5.4.4 Estabilidade como conquista, distinção: da provação ao sucesso	93
5.4.5 Estabilidade como garantia de emprego (proteção contra o desemprego e a precariedade do mercado de trabalho)	97
6. ALGUMAS REFLEXÕES POSSÍVEIS	102
6.1 Longo prazo versus curto prazo	102
6.2 Serviço público como consumo	104
6.3 Liberdade versus segurança?.....	106
6.4 Estagnação versus movimento	109
6.5 Trabalho versus serviço público.....	110
CONCLUSÕES	115
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	127
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	128
Apêndice B – Roteiro de entrevista semiestruturada	130

INTRODUÇÃO

O discurso capitalista contemporâneo apresenta o mundo do trabalho caracterizado pela flexibilidade nas relações, necessidade de tomada de decisões, responsabilização dos trabalhadores por diferentes tarefas, economia globalizada, descentralização e interdependência das empresas, estímulo ao consumo individualizado, etc. (Cattani, 1996; Spilki, 2004). Apregoa-se a necessidade cada vez menor do trabalho estável e cada vez maior do trabalho parcial (*part-time*) e terceirizado, que constituem de forma crescente o processo de produção capitalista (Antunes, 2007). Apresenta-se um discurso que aponta e institui a superação da rigidez do taylorismo-fordismo por modelos de organização mais flexíveis, nos quais aspectos como participação, trabalho em equipe e autonomia estariam humanizando o trabalho (Bernardo, 2006). Não haveria mais longo prazo, ou seja, “a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições, está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho” (Sennett, 2007, p.22).

De acordo com Linhart (2000), por meio das publicações voltadas para a área empresarial, passa-se uma imagem positiva das relações de trabalho flexíveis, o que contribui para a incorporação de novas representações sobre o trabalho, aparentemente opostas ao discurso taylorista-fordista, e que dizem respeito a questões que sempre fizeram parte das reivindicações dos trabalhadores (Bernardo, 2006). No entanto, Gollac e Volkoff (1996, citados por Bernardo, 2006), fazendo uma leitura crítica desses novos modos de relação no e com o trabalho, ressaltam que, na prática, o imperativo da flexibilidade acaba traduzindo-se, apenas, em novas formas de rigidez. Como confirma Sennett (2007), através das instituições flexíveis e da repulsa à rotina burocrática, a sociedade atual busca meios de destruir os males da rotina, mas essa flexibilização acabou por produzir novas estruturas de poder e controle:

Diz-se que, atacando-se a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses controles são difíceis de entender (Sennett, 2007, p. 10).

Essas novas formas de poder e controle inauguraram novos modos de viver, novas posturas. Percebe-se na sociedade atual, segundo Oliveira (2006, p.13), que o “viver enquanto um processo de construção que se dá ao largo do tempo vem sendo substituído por um viver que se constrói a partir de projetos de curto prazo, mediado pelo agora, arrebatando do sujeito o contato com suas limitações em prol de uma identidade performática”. Este viver a curto prazo, aliado às conjunturas sociais contemporâneas (desemprego, mercado de trabalho saturado, sucateamento das qualificações, precarização dos contratos de trabalho) parece contribuir para que os jovens profissionais manifestem uma intolerância à mínima tensão, incerteza ou frustração, constituindo-se como indivíduos “sem amarras” – expressão de Garcia e Coutinho (2004, p. 133) –, em busca constante por novas satisfações. No entanto, como ressalva Sennett (2007), é muito comum e natural que a flexibilidade cause ansiedade, uma vez que as pessoas não sabem quais riscos serão compensados, quais caminhos deverão seguir.

Este indivíduo contemporâneo, que está se constituindo em meio ao desamparo originado pela queda de referenciais, tais como a família patriarcal, a falência do Estado e a superação da ciência como promessa de desenvolvimento humano, vive no tênue terreno da insegurança (Rocha, 2007). Como afirma Bauman (1998, p. 9):

Os mal-estares da Modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolera uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da Pós-Modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais.

A atualidade está configurando uma sociedade de decepção (Lipovetsky, 2004). Segundo o autor, o individualismo, o hiperconsumo, a busca desenfreada pelo prazer e bem-estar geram inúmeros desapontamentos. Poucos os que se esforçaram para obter um bom diploma profissional alcançam o emprego dos sonhos. A alta idealização de um trabalho perfeito e sem frustrações acaba por desiludir aqueles que estão inseridos ou se inserindo no mercado de trabalho. Parece que, ao contrário do que apregoa o capitalismo, a escolha não tem sido dada como uma opção, uma vez que o exercício da escolha vem sendo diluído pela falta de oportunidades reais (Soares, 2002).

Inseridas neste contexto de insegurança e falta de oportunidades oriundos das práticas capitalistas – e talvez só podendo existir nessa rede de relações (como um contraponto) – estão as instituições públicas. Estas, embora iniciem a apresentar um discurso mais afinado ao

capitalismo moderno (o discurso da eficiência, do planejamento estratégico, da aproximação à iniciativa privada), parecem, ainda, resistir a estas mudanças. Constituem-se como gestões tecnoburocráticas, como organizações de trabalho estáveis, nas quais há forte hierarquia, divisão do trabalho parcelada, presença de normas e padrões formais, grande importância atribuída aos especialistas, controles sofisticados, canais de comunicação entre os diferentes níveis hierárquicos inexistentes ou precários, centralização do poder, fraca autonomia para os cargos hierarquicamente inferiores, limitação da expressão (Chanlat, 1996; Spilki, 2004).

A ineficiência e a morosidade atribuída a alguns setores do serviço público está relacionada com sua estagnação e incapacidade para mudar (Tavares, 2003). E, nos discursos desta sociedade contemporânea, não se modificar é um sinal de fracasso, “parecendo a estabilidade quase uma morte em vida” (Sennett, 2007, p. 102), pois em uma sociedade dinâmica, “as pessoas passivas murcham” (Sennett, 2007, p. 103). Talvez por isso a crescente “adesão” das instituições públicas ao discurso capitalista. O setor público estaria impregnando-se da lógica dos modelos organizacionais da iniciativa privada, lógica esta muitas vezes incompatível com o método de gestão pública (Chanlat, 2002; Lancman, Sznelwar, Uchida & Tuacek, 2007; Spilki, 2004).

Esta adesão ao discurso capitalista, no entanto, não exclui a diferença existente entre as carreiras públicas e privadas ou autônomas, pois as primeiras comportam o conceito de estabilidade no cargo que, curiosamente, permanece, mesmo com as recentes alterações na legislação¹ que procuram equiparar, em alguns aspectos, as carreiras públicas às privadas. E que, justamente por permanecer, parece atrair inúmeros jovens egressos da Universidade (Barreto, Nunes, Veiga & Vilas Boas, 2007), cujas expectativas, provavelmente, são também atravessadas pelo discurso da sociedade de curto prazo.

Um dos fatores que demonstram essa busca por empregos no setor público é o grande número de inscritos em concursos e a demanda crescente por cursos preparatórios. Em 2003, por exemplo, o Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília realizou 72 concursos, com 3,112 milhões de pessoas inscritas (Souza, 2004). Em 2009, só

¹ Como exemplos, podem-se citar o Decreto nº 6.944 (Brasil, 2009), que estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da Administração pública federal, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas aos concursos públicos, organiza sob a forma de sistemas as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal; e a Emenda Constitucional nº 41 (Brasil, 2003), que acaba com a aposentadoria com proventos integrais, em um movimento de equiparação das aposentadorias dos servidores públicos com a dos particulares, submetidos ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS).

uma das redes de ensino especializado preparatório para concursos tinha 70.000 alunos em todo o país².

Pesquisa Nacional de Concursos Públicos (ANPAC, 2009), realizada pela Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos, coletou dados nas principais bancas examinadoras do país sobre concursos públicos realizados entre 2005 e 2007 (Tabela 1). Segundo esta pesquisa, o número de inscritos neste período ultrapassou dois milhões de candidatos/ano. Nos três anos pesquisados, o de 2006 foi aquele no qual mais se realizaram concursos públicos (312 concursos), seguidos pelo ano de 2005 (223 concursos). Os anos de 2005 e 2006 foram os que mais ofertaram vagas, sendo o ano de 2005 o que obteve maior número de aprovação, com aproximadamente 230 mil aprovados, seguido do ano de 2007, com aproximadamente 128 mil.

Tabela 1- Número de vagas, de inscritos e de candidatos aprovados em concursos públicos realizados nos anos de 2005 a 2007

2005			2006			2007		
Nº de vagas	Nº de inscritos	Candidatos Aprovados	Nº de vagas	Nº de inscritos	Candidatos Aprovados	Nº de vagas	Nº de inscritos	Candidatos Aprovados
32.911	2.028.842	229.705	24.663	2.370.748	47.705	17.826	2.347.308	127.688

Fonte: ANPAC/PNCP

Notícia veiculada em 22 de outubro de 2009 mencionou que um concurso público para seleção de garis para a cidade do Rio de Janeiro, com salário de R\$ 486,10 para 44 horas semanais, atraiu 45 candidatos com doutorado, 22 com mestrado, 1.026 com nível superior completo e 3.180 com superior incompleto, sendo que a exigência de escolaridade era a quarta série do ensino fundamental³. Levantamento com dados da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), estimou que dez milhões de brasileiros buscariam uma vaga no serviço público no ano de 2010.⁴

² Fonte: <http://www2.opopular.com.br/ultimas/noticia.php?cod=380821>, matéria inserida em 21/01/2009.

³ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u641621.shtml>, matéria inserida em 22/10/2009.

⁴ Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/posgraduacao/conteudo.phtml?tl=1&id=981276&tit=Industria-dos-concursos-em-alta>, matéria inserida em 10/03/2010.

Esta busca pela carreira pública poderia estar relacionada, por exemplo, à expansão do contingente de servidores públicos federais a partir de 2003, após um período prolongado de declínio do número de trabalhadores no setor público (Nogueira, 2005). Poderia também ser atrelada aos altos índices de desemprego e ao advento do trabalho por contratos de curto prazo ou sem contratos (informalidade), os quais saturam de incertezas a vida de trabalho (Bauman, 2001). Incertezas estas que, segundo Bauman (2001), sempre permearam a vida laboral dos seres humanos, mas na contemporaneidade assumem uma forma inteiramente nova: são incertezas individualizadoras. Os medos, as ansiedades e as angústias contemporâneos são sofridos em solidão.

No entanto, poderia ser temeroso relacionar esta busca pela carreira pública apenas à liberação, pelo governo Lula, de uma demanda por cargos públicos reprimida pelos governos anteriores; à elevação do desemprego e à precariedade do mercado de trabalho. Inclusive, tendo em vista que os participantes desta pesquisa são jovens graduados e, portanto, com nível superior, há que se considerar que os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (IBGE, 2009) mostram que o avanço do desemprego se concentrou mais nas pessoas com escolaridade incompleta. Ademais, a taxa de desemprego entre as pessoas com ensino superior completo (3,7% entre 2008 e 2009) é inferior a dos indivíduos com ensino médio incompleto (15,4%) ou com ensino superior incompleto (9,7%). Parece que o diploma, embora não garanta uma colocação no mercado de trabalho, “ainda se coloca como instrumento de ‘proteção’ contra o desemprego” (Silva, 2004, p. 413).

Portanto, embora o medo do desemprego seja um fator relevante e possa estar presente no momento da escolha pelo serviço público, não convém reduzir esta decisão à questão econômica. Afinal, a participação em concursos públicos não deixa de configurar uma (dentre outras) estratégia de inserção profissional, uma (e não a única) possibilidade de escolha, mesmo diante de cenários de desemprego, precariedade e saturação. Além disso, não se deve deixar de considerar que, diante da alta concorrência, das abdições necessárias para se passar em um concurso público – especialmente em nível federal –, do investimento financeiro exigido e da limitação do número de vagas, esta estratégia, como possibilidade real de inserção e não apenas ideal (desejo), não está acessível à grande parte da população.

Assim, muito embora a literatura consultada afirme que o principal motivo para a busca pelo serviço público é a estabilidade no emprego (Côrtez & Silva, 2006; Barreto, Nunes, Veiga & Vilas-Boas, 2007; Albrecht & Krawulski, 2009) - o que aparentemente

confirmaria a relação entre a busca pelo serviço público e o medo do desemprego - mais estudos sobre o tema são necessários. Se, objetivamente, o conceito de estabilidade é claro, qual seja, garantia de permanência no cargo após três anos de exercício, somente podendo perdê-lo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo-disciplinar em que seja assegurada a ampla defesa (Brasil, 1990; Di Pietro, 2001); subjetivamente, a procura pelo serviço público assume diversos sentidos que extrapolam esta ideia de permanência no emprego, como se verá no Capítulo 5 desta dissertação. Tendo em vista essa problematização, o objetivo do presente estudo - delinear os sentidos atribuídos por jovens recém-graduados a sua inserção em uma carreira estável no serviço público federal - poderá trazer contribuições para o aprofundamento da questão.

Há que se considerar, como se verá no Capítulo 4, que a realidade pesquisada foi uma em particular, pois os dados não podem ser desatrelados de seu contexto de produção: são jovens graduados inseridos no Poder Judiciário da União, em cargos públicos administrativos, de nível médio e superior, com salários entre R\$ 4.000,00 e R\$ 10.000,00 (aproximadamente). Rendimentos bem acima da média nacional, R\$ 1.106,00 (IBGE, 2009). Como é de conhecimento comum, não é nada fácil ingressar em um cargo público como este, principalmente devido à grande concorrência e a candidatos muito bem preparados.

Em uma sociedade cujo discurso apregoa cada vez mais a flexibilidade, a autonomia, a criatividade, o curto prazo, é intrigante pensar, mesmo diante de cenários instáveis (de desemprego, precariedade), que inúmeros jovens ainda busquem uma carreira estável no serviço público. Organização de trabalho esta ainda estruturada como instituição tecnoburocrática, hierarquizada, rígida e, portanto, também estável⁵. Tal aparente paradoxo – o mencionado discurso de valorização da flexibilidade e a busca pela estabilidade – sugeriu alguns questionamentos que incentivaram o presente estudo e auxiliaram a construção da problemática: seria a busca por um serviço público, estável, uma forma de diminuir a ansiedade frente às mudanças do mundo do trabalho, uma tentativa de gerir o mal-estar advindo de um mundo cheio de inseguranças e incertezas? Seria, em uma “sociedade de curto prazo” e com relações de trabalho precárias, uma forma de se conseguir um emprego seguro e com bom retorno financeiro para poder consumir e usufruir imediatamente, mesmo que para isso se tenha que, muitas vezes, abdicar da realização profissional? Seria esta busca pelo serviço público realmente uma escolha ou mera falta de opção diante do desemprego? Ou

ainda e em oposição às ideias anteriores, uma forma de resistência ao discurso preponderante, um modo de se ter mais liberdade através da rotina e da estabilidade proporcionadas por um trabalho (de)limitado no tempo e nas responsabilidades?

Obviamente não é o objetivo desta pesquisa responder a todas estas questões. Tais questionamentos apenas delineiam o alcance da problemática estudada, culminando no objetivo principal deste estudo: analisar, pelo viés de jovens recém-graduados que se inseriram em uma carreira no serviço público federal, quais os sentidos⁶ atribuídos a esta escolha profissional (se é que se pode considerar como escolha) e a consequente inserção no mercado de trabalho. Procura-se responder à seguinte questão: **diante do cenário contemporâneo, que sentidos são atribuídos, no discurso desses jovens, à inserção profissional em uma carreira estável em um órgão público federal?**

Outros trabalhos tratam de temas semelhantes, quais sejam, a inserção e/ou trabalho em instituições públicas e a inserção profissional de jovens recém-graduados. Sobre o primeiro, foram encontrados os estudos de Córtez e Silva (2006), Barreto, Nunes, Veiga e Vilas-Boas (2007), Gomes (2008), Albrecht e Krawulski (2009) e Nunes e Lins (2009). Sobre a inserção profissional de jovens recém-graduados foram encontrados os estudos de Teixeira e Gomes (2004), Silva (2004), Valore (2005), Bardagi, Lassance, Paradiso e Menezes (2006), Melo e Borges (2007), Silveira e Nardi (2008).

Albrecht e Krawulski (2009) traçaram o perfil de “concurseiros” frequentadores de cursos preparatórios para concursos em Florianópolis/SC, concluindo que a maioria (62%) são solteiros e de faixa etária entre 23 e 30 anos (64,4%). Os principais motivos para prestarem concursos públicos são a estabilidade (88,8%), a remuneração (82,2%), a possibilidade de carreira (36,6%), a carência de alternativas na iniciativa privada (17,7%) e a qualidade no ambiente de trabalho (16,6%). Esta pesquisa ressalta a relevância do presente estudo, haja vista indicar que a maioria dos que buscam ingressar no serviço público são jovens adultos em início de carreira profissional (sujeitos pesquisados nesta dissertação, com a distinção de já estarem inseridos na carreira pública).

⁵ Note-se que se está a falar em duas ideias distintas de estabilidade: a estabilidade no cargo/emprego (carreira estável) e a estabilidade da organização do trabalho no serviço público.

⁶ Utiliza-se o termo “sentido”, de acordo com a perspectiva teórico-metodológica utilizada na presente investigação: a Análise Institucional do Discurso (Guirado, 2009). Segundo esta perspectiva, sentidos são construções singulares que se dão nas interações em um determinado contexto concreto. Refletem o modo particular como os sujeitos organizam os discursos instituídos e se constituem em sua singularidade.

Barreto, Nunes, Veiga e Vilas-Boas (2007) investigaram os fatores que motivaram um grupo de pessoas a optar por um emprego público, apontando que a estabilidade e a imagem da empresa foram os fatores mais indicados como motivadores para ingresso na empresa estatal. Côrtez e Silva (2006), também pesquisando sobre a motivação para ingresso em uma empresa estatal, ressaltam a estabilidade como principal motivo.

Gomes (2008) tratou, em seu estudo, sobre a subjetividade do servidor público. Ressaltou que esta é impactada, principalmente, pelo preconceito, ou seja, pela imagem negativa do servidor público perante a opinião pública e pelo tipo de trabalho realizado, um trabalho, segundo a autora, esvaziado de sentido, com apego ao cargo/posto de trabalho e salários que não premiam o desempenho.

Nunes e Lins (2009), por sua vez, procuraram identificar fatores que proporcionam sofrimento ou prazer no trabalho em servidores de uma instituição pública federal. Quanto ao primeiro, foram citadas as dificuldades impostas pela organização do trabalho no setor público como, por exemplo, o modo de gestão altamente hierarquizado e burocrático. Quanto ao segundo, fatores que propiciam prazer, identificaram a percepção individual de sucesso quando os servidores sentem que atingiram metas, apesar das dificuldades e obstáculos.

Teixeira e Gomes (2004) fizeram um estudo sobre a transição universidade-mercado de trabalho entre jovens universitários em fase de conclusão de curso. Observaram que as expectativas dos participantes quanto ao seu futuro profissional foram otimistas e que as descrições de projetos profissionais elaborados e realistas estavam associados à crença na qualificação e na capacidade profissional, que decorriam do envolvimento destes estudantes em sua formação, principalmente em atividades práticas e não obrigatórias.

Silva (2004) pesquisou o significado do trabalho para jovens graduados em tempos de precarização do mercado de trabalho e altos índices de desemprego. Constatou que o serviço público é visto não como uma escolha, mas sim como alternativa diante das dificuldades de enfrentar a instabilidade do mercado de trabalho. Concluiu que, embora não exista uma passagem automática da saída da universidade para o mercado de trabalho, 91,5% dos entrevistados estavam trabalhando, sendo o diploma um fator protetor contra o desemprego, mas não garantia de condições mais favoráveis de emprego. Haveria, portanto, para os jovens, dificuldades de inserção no mercado de trabalho resultantes de um novo padrão de acumulação capitalista que reflete nas estratégias para aquisição de uma ocupação, inclusive na aceitação de empregos aquém da formação adquirida.

Valore (2005) investigou os discursos de recém-graduados de uma universidade pública, objetivando explicitar a relação entre estes sujeitos, sua formação e o universo profissional. Através da análise dos discursos destes graduados sobre si mesmos, suas trajetórias na universidade e no mercado de trabalho, suas expectativas e projetos de vida delineou os efeitos de subjetivação produzidos no dizer. Corroborou sua hipótese inicial de uma subjetividade produzida na constante tensão entre assujeitamento e resistência. Verificou, entre outros aspectos, que estes graduados, ao mesmo tempo em que reagem aos discursos instituídos da formação e da inserção profissional, também os instituíam, ora legitimando-os, ora subvertendo-os.

Bardagi, Lassance, Paradiso e Menezes (2006) investigaram a satisfação com a escolha profissional e as expectativas quanto à entrada no mercado de trabalho de formandos de uma universidade pública. A maioria dos participantes relatou satisfação com a escolha profissional. Um fator importante para satisfação com a escolha foi a identificação pessoal; para a insatisfação, foi o descontentamento com o mercado de trabalho.

Melo e Borges (2007) investigaram a vivência de jovens graduandos e recém-graduados no tocante à transição universidade-mercado de trabalho. Observaram semelhanças entre os dois grupos que revelaram que a experiência de estágio favorece uma visão mais realista do mercado de trabalho e uma avaliação mais crítica da Universidade.

Silveira e Nardi (2008) investigaram as expectativas de inserção profissional de formandos de psicologia de uma universidade privada, concluindo que há uma distância entre o ideal de uma formação centrada na clínica com possibilidade de ascensão social e a realidade do mercado de trabalho e as condições de vulnerabilidade do grupo estudado.

O tema da presente pesquisa, embora não seja novo, pode trazer contribuições para os campos da Orientação Profissional e de carreira e outros que relacionem Educação e Trabalho, uma vez que aborda a inserção profissional de jovens graduados no cenário contemporâneo. Através dos dados obtidos pode-se refletir sobre as práticas educativas voltadas para este segmento populacional. Ademais, conforme já mencionado, poderá ampliar a discussão sobre os fatores que motivam a busca pelo serviço público, pois, subjetivamente, a procura por um cargo público estável assume sentidos múltiplos que ultrapassam o conceito jurídico de estabilidade.

Os capítulos foram divididos de forma a contemplar, inicialmente, uma revisão da literatura sobre o tema. Faz-se mister salientar que, embora se esteja lidando com categorias

conceituais amplas, como mercado de trabalho, inserção profissional, serviço público e cenários contemporâneos, não se pretende abarcá-las como entidades abstratas, universais, para, ao término do estudo, por exemplo, obter-se uma análise profunda acerca dos discursos contemporâneos. Está-se tomando estas categorias em seu “âmbito específico: o de “um conjunto de práticas regionais, histórica e geograficamente instituídas portanto, as quais produzem e se reproduzem, cotidianamente, através de seus atores concretos” (Valore, 2005, p. 17). Em consonância com essa ideia, optou-se por investigar o discurso de jovens recém-inseridos em um serviço público federal, por intermédio de suas falas. Supôs-se que, por meio delas, as práticas que interessam a este estudo poderiam ser articuladas: os discursos contemporâneos, a inserção profissional e a subjetividade destes jovens. Quer-se conhecer o que eles têm a dizer sobre si, sobre suas escolhas profissionais, sobre seu futuro. Mais do que interagir com as práticas discursivas contemporâneas como se estas lhes fossem exteriores (Valore, 2005), esses jovens graduados, inseridos no serviço público federal, também instituem (ou não) tais discursos. Portanto, o intuito do presente estudo não é o de discutir abstratamente os discursos contemporâneos, sejam sobre a atualidade, o mercado de trabalho ou a subjetividade desses jovens graduados, mas sim observar a apropriação pelos sujeitos desses e de outros discursos, o modo particular como organizam os discursos instituídos e se constituem como sujeitos singulares.

O Capítulo 1, pois, ao tratar do cenário contemporâneo, palco onde os atores institucionais desta pesquisa (re) produzem suas experiências, apresenta - sem a pretensão de discutir - alguns discursos que afirmam o contemporâneo, especificamente os de Baudrillard (2007), Bauman (2001), Debord (1997/1967) e Sennett (2007). Tal capítulo foi subdividido de acordo com algumas regularidades encontradas nestes discursos.

O Capítulo 2 aborda as relações entre trabalho e produção de subjetividade, sob a perspectiva da análise institucional do discurso (Guirado, 1997, 2005, 2006, 2009). Inicialmente, apresenta um breve resumo sobre a variação dos sentidos do trabalho ao longo da história, a partir da antiguidade clássica, para aí construir a ideia de trabalho como instituição e relacioná-lo com a singularidade.

O Capítulo 3, finalizando o estudo teórico, relacionará o cenário contemporâneo com a inserção profissional dos jovens graduados, procurando identificar as principais estratégias adotadas por estes frente às incertezas dos novos tempos. Estas parecem legitimar os

discursos que atribuem ao indivíduo a responsabilidade pela inserção e permanência no mercado de trabalho.

O Capítulo 4 aborda a metodologia empregada na presente dissertação, circunscrevendo de que serviço público se está a falar, quem foram os participantes da presente pesquisa, qual o instrumento utilizado e como foram analisados os dados coletados.

O Capítulo 5 apresenta, com base na análise institucional do discurso, os discursos produzidos pelos jovens. E, para finalizar este estudo, o Capítulo 6 propõe algumas reflexões possíveis, para, em seguida, concluir esta análise.

1. A CONTEMPORANEIDADE EM DISCURSO: ALGUMAS PERSPECTIVAS

Segundo o Dicionário Aurélio (Ferreira, 1993), contemporâneo é aquilo que é do mesmo tempo, que vive na mesma época. Portanto, falar sobre o contemporâneo é se perguntar o que é atualidade, quais as experiências possíveis nesse tempo, no tempo em que se vive. Em síntese, é indagar quais as práticas discursivas que se afirmam e que, ao se afirmarem e se repetirem, legitimam saberes, modos de pensar, modos de se subjetivar próprios desse período. Não se está em busca da causa destas práticas, mas sim das

... logicidades que se imbricam para dar consistência às mesmas. Visto que não existem causas suficientes e necessárias, funções de origem que perdurem no tempo e que sejam anteriores aos eventos. As práticas atrelam-se umas às outras formando jogos estratégicos na busca de sua afirmação, e em tais jogos, junto à afirmação das práticas, afirmam-se saberes, modos de pensar, racionalidades (Costaa & Fonseca, 2007, p.113).

Se, como afirma Debord (1997/1967, p. 182), “os homens estão mais parecidos com seu tempo do que com seus pais”, parece imprescindível indagar sobre o contemporâneo, mesmo sendo uma tarefa arriscada. Como ressalva La Taille (2009), analisar a contemporaneidade, refletir sobre o mundo e o tempo em que se vive é um risco, pois não se tem o devido distanciamento. No entanto, esta é uma indagação necessária, pois por meio dela operar-se-ia uma desnaturalização dos fazeres, saberes e existires que “deslocam os jogos de visibilidade – invisibilidade, inteligibilidade – ininteligibilidade” (Costaa & Fonseca, 2007, p. 117); conhecimento – desconhecimento (Guirado, 1997).

São muitos os autores que se perguntam sobre quais as experiências possíveis nos tempos atuais. E muitos são os discursos que afirmam o contemporâneo⁷: o da sociedade do espetáculo de Debord (1997/1967), da pós-modernidade de Lyotard (1986), da modernidade líquida de Bauman (2001), da hipermodernidade de Lipovetsky (2004), da sociedade do

⁷ Cabe ressaltar que, embora relevante, foge dos objetivos da presente dissertação a discussão que situa a contemporaneidade como continuidade da modernidade ou como algo distinto, como pós-modernidade. Sobre este tema, consultar: Souza Santos (2001); Beck, Giddens e Lash (1997); Millan (2002).

consumo de Baudrillard (2007), a sociedade de curto prazo de Sennett (2007), para citar alguns.

Para apreender este cenário, denominado de contemporâneo, faz-se mister apresentar alguns dos discursos que constituem e legitimam esta ideia de contemporaneidade. Não se tem o intuito de analisá-los e tampouco discuti-los com profundidade, mas sim enunciá-los para depois, na discussão dos resultados e conclusão, articulá-los com os discursos dos sujeitos deste estudo, ou seja, para vislumbrar seu atravessamento nos discursos dos entrevistados que os reafirmam ou reinventam a seu modo, na singularidade. A seguir, passe-se, pois, a expor alguns desses discursos, utilizando-se de temáticas comuns neles encontradas: a caracterização da contemporaneidade como um tempo de incerteza, insegurança e distanciamento do real; os discursos da flexibilidade; a relação com o tempo (tempo de trabalho e tempo “livre”); as relações entre identidade e trabalho; o consumo.

1.1 Incerteza, insegurança e distanciamento do real

Nos discursos contemporâneos é comum encontrar palavras que vinculam a sociedade atual com o que é precário, incerto, fugidio, inseguro, instável, fluido, mutável, fugaz. Sennett (2007), por exemplo, descreve a contemporaneidade como a era do curto prazo. A tônica dessa sociedade que desorienta a ação a longo prazo e, por consequência, afrouxa os laços de confiança e compromisso, é a incerteza. Uma incerteza que existe “sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal” (Sennett, 2007, p. 33). Como salienta Debord (1997/1967), na sociedade contemporânea, denominada por ele de sociedade do espetáculo, o mais importante não é o fim, mas sim o desenrolar, o que é oferecido como perpétuo é fundado na mudança. O estado natural do espetáculo é o movimento: nada para e, portanto, tudo muda, tudo é incerto. Bauman (2001), no mesmo sentido, utiliza-se da fluidez dos líquidos como metáfora para caracterizar o tempo atual: veloz, fugaz, leve. “Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos capaz de ficar parado” (Bauman, 2001, p.37).

A incerteza da contemporaneidade é a incerteza quanto aos fins: “nas novas circunstâncias, o mais provável é que a maior parte da vida humana e a maioria das vidas humanas consuma-se na agonia quanto à escolha de objetivos, e não na procura dos meios

para os fins” (Bauman, 2001, p. 73). Isso porque o mundo se transformou em uma coleção de infinitas possibilidades, havendo muito mais possibilidades do que qualquer vida individual poderia tentar explorar. Viver em meio a estas chances aparentemente infinitas teria o gosto da liberdade de poder se tornar qualquer um e o preço de uma incerteza perpétua (Bauman, 2001). Tem-se a sensação de que tudo está sempre incompleto, inacabado. Segundo Baudrillard (2007), a sociedade de consumo e suas infinitas possibilidades cobra um preço elevado aos seus membros: a insegurança generalizada diante de uma exigência por crescimento. Há uma pressão psicológica e social muito grande, pressão de mobilidade, de maiores rendimentos, de prestígio, de cultura. Parte importante da população é incapaz de aguentar este ritmo (são desprezados, excluídos). Muitos dos que conseguem chegar ao modelo proposto de vida conseguem-no com alto custo. À elevação do nível de vida (e ao mito do crescimento e da abundância) soma-se à elevação de despesas compensatórias em saúde, no consumo de drogas/álcool, etc. Na impossibilidade de se elaborar a subjetividade, reinam inabaláveis os psicofármacos (Monteiro, 2004).

A liberdade, tão desejada, teve, pois, como principal consequência, a falta de segurança, uma vez que liberdade e segurança seriam valores em oposição, não se podendo querer mais de um sem renunciar um tanto (ou grande parte) do outro (Bauman, 2001). Em busca de segurança, já que os indivíduos precisam dela, exacerbou-se o consumismo e o individualismo, pois as pessoas, ao consumir

querem estar, pelo menos uma vez, livres do medo do erro, da negligência ou da incompetência. Querem estar, pelo menos uma vez, seguros, confiantes; e a admirável virtude dos objetos que encontram quando vão às compras é que eles trazem consigo (ou parecem por algum tempo) a promessa de segurança (Bauman, 2001, p. 96).

O consumo, portanto, representado pelo ato de comprar, tão característico das atividades humanas na contemporaneidade, não mais diz respeito à satisfação de necessidades, sendo uma luta contra a incerteza e contra o sentimento de insegurança (Bauman, 2001). Assim, quando as pessoas vão às compras, não estão somente indo atrás de sensações, mas tentando escapar da insegurança.

Segurança ofertada não somente pelas práticas do consumo, mas também pelo distanciamento dos sujeitos dos acontecimentos da vida real. Nas condições de produção modernas, a vida das sociedades se apresenta como uma acumulação de espetáculos (Debord 1997/1967). As coisas que antes eram vividas diretamente tornaram-se apenas representação.

O espectador está alienado em favor do objeto contemplado, ou seja, “quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais ele aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo” (Debord, 1997/1967, p. 24). Portanto, a sociedade do consumo, além de sociedade de produção, é também a sociedade da comunicação de massa, que acolhe toda a informação, seja ela política, histórica, cultural, sob a mesma forma insignificante, sem importância, sob uma suposta exigência de realidade, de verdade, de objetividade e de neutralidade (Baudrillard, 2007). As comunicações de massa não fornecem a realidade, mas sim contemplação de uma verdade, que se faz real pelo fato de não ter sido vivida, experimentada, mas sim assistida. Vive-se em uma segurança miraculosa, pois ao se contemplar as imagens do mundo, “quem distinguirá esta breve irrupção da realidade do prazer profundo de nela não participar. A imagem, o signo, a mensagem, tudo o que ‘consumimos’, é a própria tranquilidade selada pela distância ao mundo e que ilude, mais do que compromete, a alusão violenta ao real” (Baudrillard, 2007, p. 26).

A ligação do indivíduo com o mundo é, pois, feita através de imagens que são escolhidas por outras pessoas, não havendo mais um relação direta do sujeito com os acontecimentos (Debord, 1997/1967). O mundo é simplificado através de um resumo de imagens comandadas ao bel-prazer por outra pessoa, em uma cadência e ritmo que não deixa nenhum tempo para a reflexão, entendimento ou pensamento. O que não convém, é calado; o que convém é mostrado de forma isolada do contexto (do ambiente, do passado, do porvir). O espetáculo, pois, empobrece, assujeita e nega a vida real. Impossibilita o diálogo, já que não há espaço para respostas (Debord, 1997/1967). Gera ilusões de encontro, na medida em que ninguém consegue ser reconhecido pelos outros, cada indivíduo se torna incapaz de reconhecer sua própria realidade (Debord, 1997/1967). O consumo surge então, novamente, como uma compensação. Desta vez, para o sentimento de se estar à margem da existência. Aqui institui-se um paradoxo: ao mesmo tempo que o consumo compensa o afastamento da realidade, é ele que possibilita (proporciona) este afastamento.

Portanto, a recusa do real, embasada na apreensão ávida e múltipla de seus signos, é um comportamento característico da sociedade de consumo (Baudrillard, 2007). Consumo que se dá na vida cotidiana, em uma cotidianidade entendida como “enclausuramento”, isolamento que só é suportável devido ao simulacro do mundo, ao alibi de uma participação

no mundo (Baudrillard, 2007, p. 27). Para se ter tranquilidade, é preciso consumir violência, obscenidades, acontecimentos, desde que sejam servidos em casa!

O conhecimento histórico desaparece diante desse afastamento do real e do consumo dos acontecimentos em casa (Debord, 1997/1967). “O espetáculo organiza com habilidade a ignorância do que acontece e, logo a seguir, o esquecimento do que, apesar de tudo, conseguiu ser conhecido” (Debord, 1997/1967, p. 177). Esse fim da história seria a garantia do sucesso de todo o poder presente, já que a história é o conhecimento que dura (permanece) e ajuda na compreensão do que pode se repetir, acontecer de novo. Na sociedade do espetáculo, tudo é vendido como novidade e, para vender a novidade, é preciso fazer desaparecer o meio de poder alcançá-la (a história). Aquilo que o espetáculo deixa de falar durante alguns dias é como se não existisse; fala-se então de outra coisa e, a partir daí, é isso que existe, até o próximo acontecimento. O que vale é a instantaneidade, a substituição de uma importância por outra, “garantindo uma espécie de não importância” (Debord, 1997/1967, p. 178). Ou seja, à medida que tudo é importante, e que as importâncias vão sendo instantaneamente substituídas, nada é importante. “Com a destruição da história, o próprio acontecimento contemporâneo logo se afasta para uma distância fabulosa, em meio a narrativas inverificáveis, estatísticas incontroláveis, explicações inverossímeis e raciocínios insustentáveis” (Debord, 1997/1967, p. 178-179). Os indivíduos ficam assujeitados ao corpo de especialistas, seus cálculos e juízos. As antigas possibilidades de independência ficam reduzidas, o indivíduo já não consegue reconhecer nada sozinho, sendo tranquilizado pelos especialistas. O espectador é, pois, supostamente um ignorante em tudo, alguém que não é merecedor, afinal que “quem fica sempre olhando, para saber o que vem depois, nunca age: assim deve ser o bom espectador” (Debord, 1997/1967, p. 183).

1.2 Flexibilidade

Definir a sociedade atual como a era da flexibilidade também é temática recorrente nos discursos contemporâneos. A criação e a conseqüente valorização de instituições mais flexíveis buscou destruir os males da rotina burocrática. No entanto, essa flexibilização, ao invés de gerar maior liberdade, acabou produzindo novas estruturas de poder e controle (Sennett, 2007). Esse sistema de poder que se esconde nas modernas formas de flexibilidade consiste, de acordo com Sennett (2007), em três elementos: (1) reinvenção descontínua das

instituições; (2) especialização flexível de produção; e (3) concentração de poder sem centralização.

O primeiro, a reinvenção descontínua das instituições, traz a concepção de que a mudança flexível proposta pelas práticas administrativas modernas, ao atacar a rotina burocrática, busca reinventar decisiva e irrevogavelmente as instituições para que o presente se torne descontínuo com o passado. É o que Debord (1997/1967) identifica como presente perpétuo: o esquecimento do passado e a descrença no futuro, decorrência, segundo este autor, da circulação incessante de informações. Assenta-se na ideia de reengenharia, ou seja, de fazer mais com menos. Atacou-se os males da rotina em nome da maior produtividade, o que, segundo o Sennett (2007), não funcionou, pois há dados indicando um déficit de produtividade em comparação à “era dos dinossauros burocráticos” (Sennett, 2007, p. 58). Na operação dos mercados modernos, a demolição das organizações se tornou lucrativa, por mais improdutiva e desorganizada que seja, como se qualquer mudança fosse melhor do que a permanência (as organizações devem provar ao mercado que podem mudar, mesmo aquelas perfeitamente viáveis são abandonadas em prol da mudança).

O segundo elemento desse sistema de poder, a especialização flexível de produção, significa colocar, cada vez mais rápido, produtos mais variados no mercado para atender à volatilidade da demanda do consumidor. Baseia-se na concepção de que as mutantes demandas do mundo externo determinam a estrutura interna das instituições.

O terceiro elemento, concentração de poder sem centralização, sustenta um dos argumentos em favor da organização flexível: o de que a flexibilidade daria às categorias inferiores maior controle sobre suas atividades. Segundo Sennett (2007), é uma afirmação falsa, uma vez que a desagregação vertical e eliminação de camadas acrescenta novas formas de poder desigual e arbitrário, havendo uma forte permanência do poder hierárquico. A contestação da velha ordem burocrática não significou menos estrutura institucional (a flexibilidade estaria no como fazer, e não nas diretrizes).

Para exemplificar como estes três elementos se juntam, o autor cita a organização do tempo no local de trabalho. As jornadas flexíveis, por exemplo, representam um benefício concedido a trabalhadores favorecidos, e não às classes desprivilegiadas; um benefício distribuído de maneira desigual. “Um trabalhador em flexitempo controla o local do trabalho, mas não adquire maior controle sobre o processo de trabalho em si” (Sennett, 2007, p. 69). Troca-se uma forma de submissão ao poder (pessoal) por outra (eletrônica). “Na revolta

contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeitos a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é um tempo de um novo poder”. (Sennett, 2007, p. 69).

O trabalho na contemporaneidade, permeado pelo slogan da flexibilidade, representa o advento dos contratos de curto prazo, ou da inexistência de contratos, a informalidade (Bauman, 2001). A vida de trabalho estaria, pois, saturada de incertezas. Bauman (2001) menciona que este fato pode não parecer novo, haja vista que a vida laboral sempre foi cheia de incertezas. Argumenta, no entanto, que a incerteza de hoje é de um tipo inteiramente novo: uma incerteza individualizadora, ou seja, os medos, as ansiedades, as angústias contemporâneos são sofridos em solidão. O emprego não é um espaço compartilhado onde se constroem pacientemente regras aceitáveis de convivência, é algo que pode ser abandonado a qualquer momento se as vantagens oferecidas não forem mais satisfatórias. Anuncia-se “o advento do capitalismo leve e flutuante, marcado pelo *desengajamento* e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho” (Bauman, 2001, p. 171), o que se reflete no caráter.

A flexibilidade do caráter, de acordo com Sennett (2007), estaria representada na falta de apego ao longo prazo, tolerância com a fragmentação, capacidade de desprender-se do próprio passado. Pode ser sintetizada na tão propagada e desejável capacidade de correr riscos, pois arriscar-se seria como viver sempre no limite, abrir mão do passado, habitar na desordem, na incerteza, na insegurança, permanecer em um estado contínuo de vulnerabilidade. Há uma exigência de movimento, de mobilidade, pois não se movimentar é sinal de fracasso. Mas essa movimentação acaba sendo muito complicada por não haver como orientar-se, por muitas vezes só se compreender se uma decisão é boa ou má olhando em retrospectiva (tomam-se decisões com poucas informações concretas, pois diante de incertezas, o futuro é imprevisível). As decisões ainda são mais difíceis de tomar porque no mercado atual – do risco – o vencedor leva tudo e as migalhas são divididas pelos que sobraram: uma estrutura extremamente competitiva que predispõe ao fracasso grande número de pessoas (Sennett, 2007).

O caráter dos indivíduos é, pois, constantemente testado, na medida em que correr riscos é uma necessidade diária na sociedade de curto prazo (Sennett, 2007). Arriscar-se é tido como algo normal, comum, desejado. Mas há que se considerar que “a matemática do risco não oferece garantias, e a psicologia do correr risco se concentra muito razoavelmente no que

se pode perder” (Sennett, 2007, p. 97). Ademais, ao se arriscar, pode-se perder ou ganhar. Não há uma ordenação, um acontecimento que leve ao outro e o condicione. No presente flexível e fragmentado, podem ser criadas narrativas sobre o que foi, e não sobre o que será (Sennett, 2007). Não há uma continuidade. É como sempre começar do zero. Por isso enfatiza-se tanto a juventude, principalmente pela máxima de que “flexibilidade equivale à juventude; rigidez; à idade” (Sennett, 2007, p. 110). Em termos de uma instituição, a flexibilidade dos jovens os torna mais maleáveis tanto a assumir riscos quanto à submissão imediata e por isso a crescente desvalorização dos trabalhadores mais velhos.

Esta flexibilidade de caráter embutida nas concepções sobre o trabalho flexível traz algumas contradições, apontadas por Appel-Silva e Biehl (2006). Com relação ao perfil profissional, de um lado exige-se do trabalhador uma postura maleável, ágil, aberta a mudanças em curto prazo que demandam baixo apego emocional ao trabalho e não envolvimento pessoal por parte dos sujeitos; em contrapartida, a exigência de apropriação dos objetivos empresariais demandam alta dedicação ao trabalho, apego emocional e envolvimento pessoal. Com relação à ideia de liberdade e autonomia para a realização das atividades de trabalho, argumenta-se que os sujeitos teriam apenas metas e resultados a serem alcançados da maneira que quisessem, no entanto, estabelecem-se metas e resultados de difícil consecução, para serem realizadas com uma equipe de trabalho menor do que a necessária, exigindo a manutenção de uma jornada de trabalho com um ritmo incessante e muitas horas extras. Ademais, o ambiente do trabalho torna-se de difícil convivência, devido à competitividade, ao individualismo, entre outros, porém exige-se do profissional adequado relacionamento interpessoal para propiciar o trabalho em equipe. Há, portanto, uma valorização do desempenho imediato, dentro das equipes, embasada na ficção de que não existem conflitos entre seus membros nem competitividade, mas somente cooperação (Sennett, 2007).

Qualquer comprometimento, engajamento, lealdade em relação ao local de trabalho, bem como a inscrição de planos de vida em um futuro projetado para a empresa são descartadas com o intuito de evitar uma frustração iminente. Esta é uma reação natural à flexibilidade do mercado de trabalho que, “quando traduzida na experiência individual de vida, significa que a segurança de longo prazo é a última coisa que se aprende a associar ao trabalho que se realiza” (Bauman, 2001, p. 175).

No mundo do desemprego estrutural ninguém pode se sentir verdadeiramente seguro. Empregos seguros em empresas seguras parecem parte da nostalgia dos avós; nem há muitas habilidades e experiências que, uma vez adquiridas, garantam que o emprego será oferecido e, uma vez oferecido, será durável. (...) É, afinal, altamente incerto que o trabalho e o esforço investidos hoje venham a contar como recursos quando chegar a hora da recompensa. Está longe de ser certo, além disso, que os prêmios que hoje parecem atraentes serão tão desejáveis quando finalmente forem conquistados (Bauman, 2001, p. 185).

Se tradicionalmente a ética do trabalho se afirmava com o uso autodisciplinado do tempo e a satisfação adiada, a moderna ética concentra-se no trabalho em equipe, nas qualidades pessoais do trabalhador, como, por exemplo, ser um bom ouvinte, ser cooperativo, ser sensível, adaptar-se às circunstâncias (Sennett, 2007). O adiamento das satisfações perde seu valor em um regime no qual as instituições mudam rapidamente, pois essa postergação depende de instituições suficientemente estáveis. A ética do trabalho estaria, pois, sendo substituída pela estética do consumo: a abolição do adiamento da satisfação, que não é mais visto como sinal de virtude moral, mas como uma provação pura e simples, uma problemática que sinalizaria inadequações pessoais e/ou nos arranjos sociais, um estado de coisas desagradável, mas remediável (Bauman, 2001). A satisfação deve ser instantânea, mas não realmente satisfatória, devendo sempre ser abandonada pela metade e substituída por outro desejo. De acordo com Bauman (2001), na falta de segurança de longo prazo, a satisfação instantânea parece uma solução razoável, uma vez que, em um mundo em que o futuro seria, na melhor das hipóteses, nebuloso e sombrio, cheio de riscos, colocar objetivos de longo prazo, sacrificando o presente em nome de uma felicidade futura, não parece razoável.

Quando se fala do declínio do trabalho árduo da autodisciplina, não se está a lamentá-lo, pois ele impunha pesados fardos aos trabalhadores (Sennett, 2007). O adiamento da satisfação podia, facilmente, tornar-se uma prática autodestrutiva. Está-se tão somente constatando que a moderna ética do trabalho em equipe põe em evidência outra forma de degradação da experiência: a falta de profundidade das relações, a superficialidade (Sennett, 2007). “O trabalho em equipe é a prática de grupo da superficialidade degradante” (Sennett, 2007, p. 118). Em uma sociedade cuja economia é sempre replanejada, de curto prazo, fica difícil se ter relações humanas constantes e objetivos duráveis.

Como se poderia definir o que tem valor duradouro em uma sociedade de curto prazo, impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se poderiam buscar metas de longo prazo em uma sociedade de curto prazo? Como se poderiam manter lealdades e compromissos em instituições que estão sempre mudando, se desfazendo, sendo reprojctadas?

Com estas indagações, Sennett (2007) reflete sobre a dificuldade na formação do caráter na sociedade contemporânea, uma vez que o termo caráter implica um aspecto a longo prazo das experiências emocionais humanas, sendo expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas para o futuro, pelo adiamento das satisfações. É composto pelos traços pessoais que permanecem e são valorizados pelo indivíduo e pelos quais este busca que os outros o valorizem. A sociedade contemporânea, segundo este autor, corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, uma vez que os laços sociais levam tempo para se constituir e dependem de disposição de estabelecer compromisso com os outros. Na sociedade atual, os laços sociais fortes deixaram de ser atraentes, uma vez que as formas passageiras de associação – que se concretizam no trabalho em equipe, por exemplo, em que a equipe passa de tarefa em tarefa e muda de pessoal no caminho – são mais úteis às pessoas.

“Transposto para a área familiar, ‘Não há longo prazo’ significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar” (Sennett, 2007, p. 25). Haveria, então, um conflito entre os valores associados ao trabalho e os relativos à família, traduzido no conflito de como manter objetivos a longo prazo em uma sociedade de curto prazo, ou seja, como manter relações duráveis, desenvolver uma narrativa de identidade em uma sociedade composta de episódios e fragmentos (Sennett, 2007).

E assim, como salienta Bauman (2001), precarizam-se e fragilizam-se os laços humanos, já que raramente as pessoas “param por tempo suficiente para imaginar que os laços humanos não são como peças de automóvel – que raramente vêm prontos, que tendem a se deteriorar e desintegrar facilmente se ficarem hermeticamente fechados e que não são fáceis de substituir quando perdem a utilidade” (Bauman, 2001, p. 187). As parcerias são rompidas por pequenos problemas ou desacordos triviais, que são interpretados como incompatibilidades irreparáveis (Bauman, 2001).

Os laços afetivos, atendendo à lógica do gozo a qualquer preço e da instantaneidade, precisam gerar prazer imediato devido à demanda incessante de uma felicidade aqui e agora (Laender, 2004). Felicidade que se tornou sinônimo de euforia. Outros afetos humanos, como tristeza, angústia, luto, devem ser excluídos ou, no mínimo, sedados. Prova disso é o crescimento na utilização de antidepressivos, ansiolíticos, hipnóticos, visando conter as angústias e os sofrimentos, bem como capacitar o eu a continuar a se exibir na sociedade do espetáculo (Laender, 2004).

A insegurança da contemporaneidade, compensada pela instantaneidade, pelo consumo, pelo afastamento do real, gera o enfraquecimento dos laços humanos, do engajamento político e de ações coletivas (Bauman, 2001; Debord, 1997/1967)

1.3 Tempo de trabalho e tempo “livre”

Outra temática comum aos discursos contemporâneos é a menção à relação com o tempo. Esta relação, sendo resultado de certo modo de produção, está submetida ao mesmo estatuto que os bens produzidos ou disponíveis. Baudrillard (2007) reafirma as considerações de Sennett (2007) de que, assim como em relação a outros bens e serviços, não existe igualdade de possibilidades e democracia no que tange ao tempo “livre”. Este também se tornou objeto distintivo de um indivíduo, categoria ou classe, sendo fator de seleção e distinção cultural (Baudrillard, 2007). Inclusive, muitas vezes o acréscimo de trabalho e a falta de lazer podem representar privilégios do *manager*, principalmente se houver uma promoção generalizada do tempo livre, tender-se-á a uma revalorização do trabalho – certos tipos de trabalho – como signo de distinção e privilégios (preferir o trabalho ao tempo livre será indício de prestígio).

Com o desenvolvimento do capitalismo, cada vez mais a noção de tempo passou a ser relacionada ao tempo do trabalho, ao tempo da produção econômica, tempos das coisas, complementado por um tempo consumível (Debord, 1997/1967). O tempo acaba, pois, sendo determinado pelo trabalho. Ter tempo significa não estar trabalhando, estar livre dos constrangimentos do trabalho. Não ter tempo é estar alienado, escravizado no trabalho (Baudrillard, 2007). Há um corte significativo entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Corte este decisivo, segundo Baudrillard (2007), uma vez que é nele que se baseiam as opções fundamentais da sociedade de consumo. Principalmente porque o tempo livre é um tempo a ser consumido, a se investir, já não sendo livre, uma vez que é regulado pelo sistema de produção. A lógica do consumo, pois, perpassa também a organização do tempo (Debord, 1997/1967). Este tempo a ser consumido é tratado como matéria-prima para novos produtos que se impõem no mercado como “empregos socialmente organizados do tempo” (Debord, 1997/1967, p. 105), como as assinaturas do consumo cultural, os deslocamentos coletivos das férias, a venda da sociabilidade sob a forma de conversas animadas e de encontro com

personalidades. Mercadorias espetaculares que só podem existir em função da penúria das realidades correspondentes e, como ressalta Debord (1997/1967), podem ser pagas a crédito!

O tempo é, portanto, mercadoria de troca: o que sempre se constatou a respeito do tempo de trabalho vale também para o tempo livre a ser consumido e, por conseguinte, comprado (Baudrillard, 2007). Não há liberdade no tempo de lazer (isso constitui um mito), que não escapa aos constrangimentos que regulam o tempo de trabalho: “as leis do sistema (de produção) nunca entram em férias” (Baudrillard, 2007, p. 205). O lazer é o consumo do tempo. Está alienado na medida em que é impossível se ter, na sociedade contemporânea, a liberdade de perder tempo, de o dispensar em pura perda. Não haveria tempo livre, mas tão somente tempo constrangido. “O lazer é forçado na medida em que, por detrás da aparente gratuidade, reproduz fielmente todos os constrangimentos mentais e práticos do tempo produtivo e da cotidianidade escravizada” (Baudrillard, 2007, p. 207). Tal como no consumo, o lazer não é prática de satisfação, mas dever. Não é gozo do tempo livre, satisfação, repouso, mas sim consumo de tempo improdutivo (não trabalhado).

Num sistema integral e total como o nosso, é impossível haver disponibilidade de tempo. O lazer não se revela como a disponibilidade do tempo; é o seu CARTAZ. A determinação fundamental que o caracteriza é o constrangimento de diferença em relação ao tempo de trabalho. Por consequência, não é autônomo: define-se pela ausência de tempo de trabalho. (...) Em todos os signos, atitudes e práticas, em todos os discursos em que se exprime, o lazer vive da exposição e do exibicionismo de si próprio enquanto tal; vive da contínua ostentação (Baudrillard, 2007, p. 212).

Este tempo consumível é, segundo Debord (1997/1967), o tempo espetacular, sendo tanto um tempo de consumo de imagens quanto uma imagem do consumo do tempo.

Sabe-se que os ganhos de tempo constantemente procurados pela sociedade moderna – seja nos transportes rápidos, seja no uso da sopa em pó – traduzem-se de modo positivo para a população dos Estados Unidos no fato de ela poder assistir à televisão, em média, de três a seis horas por dia. A imagem social do consumo do tempo, por seu lado, é exclusivamente dominada pelos momentos de lazer e de férias, momentos representados à distância e desejáveis por definição, como toda mercadoria especular. Essa mercadoria é explicitamente oferecida como o momento da vida real, cujo retorno cíclico deve ser aguardado. Mas, mesmo nesses momentos concedidos à vida, ainda é o espetáculo que se mostra e se reproduz, atingindo um grau mais intenso. O que foi representado como a vida real revela-se apenas como a vida mais realmente espetacular (Debord 1997/1967, p. 106).

1.4 Identidade e trabalho

Também é lugar-comum nos discursos contemporâneos definir as identidades modernas como fluidas, quando comparadas ao passado (Sennett, 2007). Fluidas no sentido de adaptável, mas também de descontração, de falta de impedimentos. Quando o trabalho é facilitado, quando se deixa de entender como funcionam e como se fazem as coisas, o trabalho se torna superficial, principalmente para aqueles que estão mais abaixo na ordem do trabalho (tarefas fáceis de cumprir, mas cuja lógica menos superficial não se pode decifrar). Em situações fluidas, as pessoas tendem a concentrar-se nas minúcias dos fatos diários, buscando nos detalhes (no humor do chefe, por exemplo) alguma possibilidade de significado. Ademais, para sobreviver no mercado de trabalho, há que se ter certa fluidez: as habilidades devem ser portáteis, levadas de equipe em equipe.

A busca por solidificar o fluido, por uma identidade, acaba por perder-se em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de toda identidade (Bauman, 2001). Aliada à possibilidade de ir às compras “no supermercado das identidades” (Bauman, 2001, p. 98), traz a sensação de se ser livre para fazer e desfazer identidades, crescendo as ameaças de desestruturação, fragmentação e desarticulação (Michaud, 1997, citado por Bauman, 2001). “Viver entre uma multidão de valores, normas e estilos de vida em competição, sem uma garantia firme e confiável de estarmos certos, (...) cobra um alto preço psicológico” (Bauman, 2001, p. 243). Que preço seria esse? O sentimento de se estar à deriva, o medo de perder o controle, a sensação de instabilidade, de imprevisibilidade, de não autoria da própria vida (Sennett, 2007). Para sobreviver na economia moderna, ter-se-ia que se colocar a vida emocional, interior, à deriva (Sennett, 2007).

Bauman (2001) salienta que, nos tempos da modernidade sólida, o trabalho era o principal responsável por dar forma ao informe, duração ao transitório, sendo central na organização das identidades. Na contemporaneidade, segundo este autor, esta centralidade teria se perdido, uma vez que o trabalho “não pode mais oferecer o eixo seguro em torno do qual envolver e fixar autodefinições, identidades, projetos de vida” (Bauman, 2001, p. 160). Tampouco pode ser considerado como eixo ético da vida individual ou fundamento ético da sociedade. Para o autor, ao lado de outras atividades humanas, o trabalho adquiriu significação estética, ou seja, espera-se que seja satisfatório por si mesmo e em si mesmo e não mais medido pelos efeitos para a humanidade, sociedade ou para as futuras gerações.

Raramente se espera que o trabalho ‘enobreça’ os que o fazem, fazendo deles ‘seres humanos melhores’ e raramente alguém é admirado e elogiado por isso. A pessoa é medida e avaliada por sua capacidade de entreter e alegrar, satisfazendo não tanto a vocação ética do produtor e criador quanto às necessidades e desejos estéticos do consumidor, que procura sensações e coleciona experiência (Bauman, 2001, p. 160-161).

Sennett (2007), em contraposição a esta ideia, afirma que o trabalho continua a ocupar lugar central na vida dos indivíduos, sendo interpretado como um reflexo de si mesmo. Cita como exemplo o fato de que ainda é importante para os indivíduos se sentirem bons trabalhadores. O agravante é que no regime flexível, as qualidades para ser um bom trabalhador são mais difíceis de definir, pois essa definição se dá através de características pessoais, subjetivas, muitas vezes difíceis de precisar: o que é, por exemplo, ser um bom ouvinte ou saber correr riscos? As relações e qualidades humanas se transformaram em objetos a ser consumidos (Baudrillard, 2007). Por exemplo, qualidades pessoais, de contato, de relacionamento tornaram-se requisitos para empregos. Muitas vezes há uma maior preocupação com as relações existentes (capacidade de trabalho em equipe) do que com o produto em si (Baudrillard, 2007). Exige-se maior colaboração por parte dos trabalhadores: mais que a sua força de trabalho, mas também sua subjetividade (Debord, 1997/1967). O trabalhador começou a ser considerado e a existir fora da produção, como consumidor, havendo uma nítida diferença entre a fase primitiva da acumulação capitalista. Nesta o operário era visto como aquele que deveria receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho, não sendo considerado em seus lazeres, em suas humanidades (Debord, 1997/1967).

Soma-se a essa dificuldade de definir o que é um bom trabalhador, o desaparecimento das figuras de autoridades nas equipes de trabalho. Não há ninguém, nenhuma autoridade que possa reconhecer o valor do trabalhador enquanto tal. É a existência de um poder sem autoridade (o “facilitador”, o “líder”), que também implica a ausência de responsabilidade e deixa aqueles que estão no controle livres para mudar, reorganizar, sem ter que se justificar pelos seus atos (Sennett, 2007). É época de desengajamento, na qual mandam os mais “escapadiços”, aqueles que estão mais livres para se mover (Bauman, 2001). A dominação se dá pela incerteza, pela leveza e mobilidade. “A habilidade de desaparecer como Houdini, ‘artista da fuga’, a estratégia do desvio e da evitação e a prontidão e a capacidade de fugir se

necessário, esse núcleo da nova política de desengajamento e descomprometimento, são hoje sinais de saber e sucesso gerencial” (Bauman, 2001, p. 173).

Em uma sociedade individualista, toda a responsabilidade recai sobre o sujeito: não há mais grandes líderes para dizer o que deve ser feito e para aliviar a responsabilidade pelas consequências dos atos. Há apenas outros indivíduos cujo exemplo seguir, assumindo-se toda a responsabilidade pelas consequências de se investir a confiança nesse e não em qualquer outro exemplo (Bauman, 2001). As autoridades coexistem em um número tão grande que nenhuma pode se manter por muito tempo e tampouco atingir uma posição de exclusividade. “É por cortesia de quem escolhe que a autoridade se torna uma autoridade. As autoridades não mais ordenam; elas se tornam agradáveis a quem escolhe; tentam e seduzem” (Bauman, 2001, p. 76).

A individualização nesse estágio fluido da modernidade seria uma fatalidade e não uma escolha, pois não há a opção de escapar à individualização ou de se recusar a participar de seu jogo. O indivíduo torna-se responsável por todas as suas frustrações e problemas, não tendo ninguém a quem culpar pela própria miséria: “a responsabilidade pela danação não pode ficar com a sociedade; a redenção e a condenação são produzidas pelo indivíduo e somente por ele – o resultado do que o agente livre fez livremente de sua vida” (Bauman, 2001, p. 76). Essa individualização resultaria no interesse pela vida privada alheia (privatização dos espaços públicos), uma vez que, se depende de cada um fazer o melhor possível de sua própria vida e encontrar os recursos e habilidades necessários para tal empreendimento, é imprescindível saber como agem outras pessoas diante de desafios semelhantes. A esfera pública ficaria, pois, redefinida como “um palco em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e publicamente assistidos” (Bauman, 2001, p. 83). Desaparece a política como atividade encarregada de traduzir os problemas privados em questões públicas, bem como o interesse público pela boa e justa sociedade, preocupada com o bem-estar coletivo. Cada vez mais os problemas privados de pessoas públicas são percebidos como questões públicas (problemas privados que não deixam de ser privados por estarem sendo ventilados em público). Os cidadãos, como espectadores, “não esperam dos políticos e de todos os outros na ribalta, mais que um bom espetáculo” (Bauman, 2001, p. 126). Espetáculo entendido como afirmação da aparência e afirmação de toda a vida humana – isto é, social – como simples aparência, respeitando a máxima “de que o que aparece é bom, o que é bom aparece” (Debord, 1997/1967, p. 17). São marcas da contemporaneidade, pois, a

mudança na disposição do público, diminuição do apetite pela reforma social, do interesse pelo bem comum e pelas imagens da boa sociedade, alta dos sentimentos hedonísticos (individualização), desintegração da cidadania (Bauman, 2001).

Bauman (2001) salienta que há um abismo entre a condição de indivíduo de direito e suas chances de se tornar indivíduo de fato, ou seja, de ganhar o controle sobre seu destino e tomar as decisões que verdadeiramente deseja. Uma vez que, para se tornar um indivíduo de fato, há que se tornar antes cidadão, pois não há indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma. E, diante do esvaziamento dos espaços públicos, que cada vez mais são preenchidos pela confissão dos segredos e intimidades privadas e não por questões públicas, esta perspectiva – de se tornar indivíduo de fato – está cada vez mais remota. Os parâmetros da vida contemporânea, como, por exemplo, o progresso, estão individualizados: são homens e mulheres individuais que deverão utilizar-se de seus recursos, juízos e capacidades para atingir uma condição mais satisfatória e deixar no passado qualquer aspecto de que se ressintam.

1.5 Consumo

É recorrente nos discursos contemporâneos a menção ao consumo. As relações sociais contemporâneas estariam pautadas não pelo laço dos indivíduos com seus semelhantes, mas pela recepção e manipulação de bens e mensagens (Baudrillard, 2007). Ou seja, viver-se-ia, atualmente, menos na proximidade de outros indivíduos e mais “sob o olhar mudo de objetos obedientes e alucinantes que repetem sempre o mesmo discurso” (Baudrillard, 2007, p. 13). Vive-se, portanto, no tempo dos objetos, conforme seu ritmo e sucessão permanente. A mercadoria ocupou o centro da vida social (Debord, 1997/1967). O consumo invadiu toda a vida: as atividades e relações se desencadeiam a seu modo (Baudrillard, 2007). Já não existe nada na cultura ou na natureza que não tenha sido transformado de acordo com os interesses da indústria moderna (Debord, 1997/1967). Se nas civilizações anteriores eram os objetos (instrumentos, monumentos) que sobreviviam aos seres humanos, agora são os seres humanos que os veem nascer, produzir-se e morrer (Baudrillard, 2007). Quando se fala na contemporaneidade como sociedade de consumo, não se está a afirmar que a sociedade contemporânea deixou de ser uma ordem de produção. No entanto, nesta se enreda uma ordem de consumo, manifestada pela manipulação de signos (Baudrillard, 2007).

Criou-se, na sociedade de consumo, o mito da abundância diante do amontoamento de objetos produzidos, da evidência do excedente e negação da carência (falta). Ademais, os objetos consumidos (ou que virão a ser) tornaram-se sinais característicos de felicidade e também de prestígio, distinção. O consumo seria governado pelo pensamento mágico (sensível ao miraculoso), em uma crença na onipotência dos signos: “na prática cotidiana, os benefícios do consumo não se vivem como fruto do trabalho ou de processos de produção; vivem-se como milagres” (Baudrillard, 2007, p. 22).

As novas gerações estão herdando não somente objetos, bens, mas também uma espécie de “direito natural à abundância” (Baudrillard, 2007, p. 23). Abundância esta vivida como um milagre, não como algo produzido, conquistado por meio de um esforço histórico e social, mas sim algo dado, dispensado por “uma instância mitológica benéfica, de que somos herdeiros legítimos: a Técnica, o Progresso, o Crescimento, etc.” (Baudrillard, 2007, p. 23).

A suposta sociedade da abundância é a sociedade que faz com que “o essencial esteja sempre além do indispensável” (Baudrillard, 2007, p. 42), na qual importa a manutenção da diferença entre o que é necessário e o que é supérfluo e, conseqüentemente, a existência do desperdício. O consumo imposto pela moderna sociedade da abundância de mercadorias é baseado em falsas necessidades, que não podem ser contrastadas com nenhuma necessidade ou desejo autênticos (Debord, 1997/1967). O esbanjamento da sociedade de consumo mantém o mito da abundância, desafiando a ideia de carência/raridade. Baudrillard (2007) ressalta que a abundância é um mito, pois a sociedade contemporânea não se encontra na era da abundância real. Para este autor, cada indivíduo, grupo ou sociedade atuais estão sob o signo da raridade, da falta.

Os objetos não são consumidos por sua funcionalidade (seu valor de uso) ou de sua possível duração, mas sim em função de sua efemeridade, da sua morte. “A sociedade de consumo precisa dos seus objetos para existir e sente sobretudo necessidade de os destruir. O ‘uso’ dos objetos conduz apenas ao seu desgaste lento. O valor criado reveste-se de maior intensidade no desperdício violento” (Baudrillard, 2007, p. 46).

A referência absoluta da sociedade de consumo é a busca da felicidade, equivalente à ideia de salvação. De acordo com Baudrillard (2007), a força ideológica da ideia de felicidade não derivaria de uma inclinação pessoal de cada indivíduo para atingi-la por si mesmo, mas sim do mito da Igualdade, lastrado desde a Revolução Industrial. Para tanto, a felicidade

precisa ser mensurada, ou seja, tem que ser relacionada com o bem-estar mensurável por objetos e signos que evidenciem o êxito social e a própria felicidade.

A felicidade como fruição total e interior, felicidade independente de signos que poderiam manifestá-la aos olhos dos outros e de nós mesmos, sem necessidade de provas, encontra-se desde já excluída do ideal, de consumo, em que a felicidade surge primeiramente como exigência de igualdade (ou, claro está, de distinção) e deve, em tal demanda, significar-se sempre a propósito de critérios visíveis. Sendo assim, a Felicidade distancia-se ainda mais de toda a 'festa' ou exaltação coletiva, já que, alimentada por uma exigência igualitária, se funda nos princípios individualistas, fortificados pela Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, que reconhecem explicitamente a cada um (ao indivíduo) o direito à Felicidade (Baudrillard, 2007, p. 50).

Todos teriam direito à igualdade diante de objetos e signos de felicidade. No entanto, há que se ressaltar que a organização estrutural da sociedade se assenta, entre outros pilares, na utilização e distribuição de riquezas, originando, portanto, diferenciação e discriminação social (Baudrillard, 2007). Para os consumidores com recursos, muitos efeitos desagradáveis da mercantilização desaparecem, uma vez que podem descartar o que não querem mais com a mesma facilidade que podem adquirir novos bens que desejem, ou seja, estão livres das consequências dos atributos menos atraentes da vida de escolhas (Bauman, 2001). Em que pesem todas as desigualdades, a sociedade do consumo é resultante de princípios democráticos igualitários, em conjunção com o mito da abundância e do bem-estar e com uma ordem de manutenção de privilégios e de domínio, que pressupõe a desigualdade (Baudrillard, 2007).

Fazendo uma prospecção, Baudrillard (2007) menciona que a partir do momento em que há ou houver certa homogeneização no que tange ao acesso a bens de primeira necessidade, poder-se-ia pensar na diminuição das distorções e aumento da igualdade entre os indivíduos. Entretanto, o que se observa ou se observará é uma transferência dessas diferenciações e desigualdades para outros critérios mais sutis, como o tipo de trabalho e de responsabilidade, participação nas decisões, o nível de educação e cultura (se os bens estão mais facilmente acessíveis a todos, a maneira de consumir bens correntes pode ser um critério de distinção). “O saber e o poder são ou irão ser os dois bens mais raros das sociedades de abundância” (Baudrillard, 2007, p. 61), possivelmente substituindo o consumo, entendido como compra/posse de objetos.

No entanto, no estágio atual da sociedade contemporânea, o consumo ainda é instituição de classe. Basta observar, por exemplo, a desigualdade de acesso aos objetos (nem

todos possuem os mesmos bens). Baudrillard (2007) analisa o consumo sob dois aspectos fundamentais: como processo de significação e comunicação (sistema de permuta e equivalente a uma linguagem) e como processo de classificação de distinção social. Os objetos não são consumidos em si, por seu valor de uso, mas são manipulados como signos que distinguem o indivíduo. Ou seja, os objetos deixam de estar ligados a uma função ou necessidade definida, uma vez que correspondem a outra coisa, quer seja a lógica social ou a lógica do desejo, ambas servindo de campo móvel e inconsciente de significação. Portanto, a mercadoria culturaliza-se, tornando-se substância distintiva, acessório de luxo. Nesse sentido, Baudrillard (2007) traz um exemplo esclarecedor, o de um representante de comércio que foi demitido depois de comprar o mesmo carro importado que o patrão possuía. Acabou sendo indenizado na Justiça, mas não foi reintegrado ao emprego. Esta situação confirma que todos podem ser iguais perante os objetos enquanto valor de uso, mas não diante dos objetos enquanto signos e diferenças, que se encontram profundamente hierarquizados. Portanto, a verdade do objeto contemporâneo não consiste em ele servir para alguma coisa, mas sim em significar. O objeto deixou de ser manipulado como instrumento, sendo utilizado como signo (Baudrillard, 2007).

Baudrillard (2007) traça uma interessante comparação entre os objetos e as necessidades e os sintomas de conversão histórica. Segundo o autor, guardadas as devidas proporções, ambos obedecem à idêntica lógica da transferência, da convertibilidade ilimitada e aparentemente arbitrária.

Quando o mal é orgânico, há relação necessária do sintoma ao órgão (da mesma maneira que, na sua qualidade de utensílio, existe a relação necessária entre o objeto e a respectiva função). Na conversão histórica ou psicossomática, o sintoma, tal qual o signo, é (relativamente) arbitrário. Enxaqueca, colite, lumbago, angina, fadiga generalizada – há uma cadeia de significantes somáticos ao longo do qual ‘vadia’ o sintoma – da mesma maneira que existe o encadeamento de objetos/signos ou de objetos/símbolos, no decorrer do qual vagueia, não já a necessidade (que se encontra sempre associada à finalidade racional do objeto) mas o desejo, e ainda outra determinação, que é a lógica social inconsciente (Baudrillard, 2007, p. 90).

As aspirações consumidoras (e a compulsão ao consumo) acabam compensando as deficiências em termos de mobilidade social, já que revelam um nível de elasticidade maior ao das aspirações profissionais ou culturais. A sociedade de produção (e de crescimento), antes de estar relacionada aos bens produzidos, está relacionada à produção de privilégios. E como não há privilégios sem haver penúria, conclui-se que esta sociedade de crescimento é o

extremo oposto da abundância e que a crença nesta é apenas um mito da contemporaneidade (mito este que somente poderia ser inaugurado como real por meio de uma revolução da organização social e das relações sociais).

Baudrillard (2007) aponta que uma das contradições da sociedade do crescimento é o fato de que esta produz simultaneamente bens e necessidades, mas não no mesmo compasso, já que o ritmo da produção dos bens é função da indústria e o das necessidades é função da lógica da diferenciação social. Na sociedade do crescimento, as necessidades e aspirações ativadas pela diferenciação pessoal costumam adiantar-se um pouco aos bens disponíveis ou às possibilidades reais. Ao mesmo tempo, o sistema industrial, que supõe o crescimento das necessidades, supõe também o excedente das necessidades em relação à oferta dos bens, da mesma maneira que há uma reserva de desemprego para maximizar o aproveitamento da força de trabalho.

O consumidor vive o consumo como liberdade, como aspiração, como escolha e não como “condicionamento de diferenciação e de obediência a um código” (Baudrillard, 2007, p. 67). É justamente este código de diferenciação, que jamais terá fim, que explica uma das características fundamentais do consumo, seu caráter ilimitado, a indução no consumidor de uma insatisfação definitiva, já que “não existem limites para as necessidades do homem enquanto ser social” (Baudrillard, 2007, p. 72). O valor estratégico e a astúcia da publicidade residem justamente aí: em atingir cada um em função dos outros. Ademais, há que se lembrar da existência de um desejo insaciável, fundado na carência, na falta e, sendo este desejo insolúvel para sempre, acaba sempre sendo significado nos objetos e necessidades sucessivas. Necessidade que nunca é tanto a necessidade de tal objeto, mas sim necessidade da diferença e, entendendo isso, compreender-se-á porque nunca existe satisfação completa nem definição exata de necessidade.

Do acima exposto pode-se concluir que as condutas de consumo, mesmo que aparentemente sejam orientadas e dirigidas para os objetos e para o prazer, na realidade correspondem a finalidades muito diferentes: “a da expressão metafórica ou desviada do desejo, a da produção por meio de signos diferenciais de um código social de valores” (Baudrillard, 2007, p. 91). Ou seja, de acordo com o autor, o consumo constitui uma ordem de significações como a linguagem, não existindo em função do prazer, mas sim em função da produção e, portanto, não é algo individual, mas sim coletivo. Quando se consome, ingressa-se em um sistema de produção e troca de valores codificados, no qual todos os consumidores

estão mutuamente implicados, mesmo que a ilusão do consumidor, alimentada pelo discurso ideológico do consumo, seja a ideia de prazer. O sistema de consumo, pois, não se baseia no prazer, na necessidade ou no valor de uso dos objetos, mas em um código de signos e de diferenças, em um sistema de valores. O consumo emerge como instituição, como sistema social, como elemento de dominação social.

Observa-se, pois, que os discursos sobre o consumo articulam-se “na sequência mitológica de um conto: um Homem dotado de necessidades que o impelem para objetos, fontes da sua satisfação. Mas, como o homem nunca se sente satisfeito (aliás, é censurado por isso), a história recomeça sempre indefinidamente” (Baudrillard, 2007, p. 78). E mais, soma-se a esse mito sem fim a ideia de autonomia e soberania do consumidor – consumo como ato de liberdade. Olvida-se que as necessidades visam mais a valores que a objetos e que sua satisfação significa uma adesão a estes valores. Portanto, na medida em que cabe aos consumidores aceitar o estilo de vida de determinada sociedade (o sistema de valores imposto), deixa-se de se falar em liberdade, em autonomia, em escolha.

A liberdade e a soberania do consumidor não passam de mistificação. A mística bem alimentada (e, antes de mais, pelos economistas) da satisfação e da escolha individuais, ponto culminante de uma civilização da liberdade, constitui a própria ideologia do sistema industrial, justificando a arbitrariedade e todos os danos coletivos: lixo, poluição, desculturação – de fato o consumidor é soberano em plena selva de fealdade em cujo seio se lhe impôs a liberdade de escolha (Baudrillard, 2007, p. 83).

A fruição e o consumo de bens encontram-se hoje forçadas e institucionalizadas, não como direito, liberdade, prazer, mas sim como dever do cidadão. Na nova ética desta sociedade consumidora, não há como se esquivar da obrigação de felicidade e de prazer, equivalente à obrigação tradicional de trabalho e produção (Baudrillard, 2007). Há um imperativo de que se deve experimentar tudo, divertir-se, explorar todas as possibilidades de gozar, vibrar, pois o indivíduo do consumo é assediado pelo medo de falhar em qualquer coisa que seja, de não obter seja que prazer for. “As necessidades e as satisfações dos consumidores são forças produtivas, atualmente forçadas e racionalizadas como as outras (forças de trabalho, etc.)” (Baudrillard, 2007, p. 97). O sistema, para se manter, precisa dos seres humanos como trabalhadores, como economizadores e, imprescindivelmente, como consumidores.

Baudrillard (2007) opina que o sistema de consumo se define com maior força como produção industrial de diferenças. Explica que as diferenças reais, ao mesmo tempo em que marcavam uma pessoa, tornavam-na contraditória. As diferenças impostas pela sociedade de consumo, na forma de personalização, deixam de opor um ser humano ao outro, acabando por convergirem em modelos. Diferenciar-se significa adotar determinado modelo, qualificar-se em relação a um modelo abstrato, renunciar, pois, a toda diferença real e singularidade, que só podem existir nas relações concretas e conflituosas com os outros. “Tal é o milagre e o trágico da diferenciação” (Baudrillard, 2007, p. 106): abolição das diferenças reais entre os homens, tornando homogêneos as pessoas e os produtos. A cultura da diferença se funda, portanto, sobre a perda das diferenças, na assunção de modelos industrialmente produzidos e reproduzidos pela comunicação de massa, transformados em signos referenciados.

Passando a discorrer sobre as características da sociedade em matéria de saber profissional, qualificação e trajetória individual, Baudrillard (2007) aborda a reciclagem cultural, definindo-a como a necessidade de colocar em dia os próprios conhecimentos, o saber, a bagagem operacional no mercado de trabalho, sob pena de o indivíduo ver-se e ser visto como distanciado, relegado, desqualificado. O termo reciclagem, para este autor, evoca o ciclo da moda,

onde cada qual tem que estar ao corrente e de reciclar-se todos os anos, todos os meses e todas as estações, no vestuário, nos objetos e no carro. Se não o fizer, não é verdadeiro cidadão da sociedade de consumo. (...) Pode perguntar-se se a reciclagem dos conhecimentos não esconde, debaixo da capa científica, o mesmo tipo de reconversão acelerada, forçada e arbitrária que a moda, pondo em ação, no plano do saber e das pessoas, idêntica obsolescência dirigida que o ciclo da produção e da moda impõe aos objetos materiais (Baudrillard, 2007, p. 125).

A cultura, assim como os objetos, é também objetivada, não se produz para durar. É cíclica, reciclada, atual. As relações com a cultura, assim como com os objetos, as pessoas, o lazer, o trabalho são cada vez mais reguladas pelo lúdico, pelo momentâneo, atual.

Para entender melhor todas as relações sociais e seus modos de organização na sociedade contemporânea, Baudrillard (2007) utiliza-se da relação da cultura com o corpo. Para o autor, o corpo simboliza bem a sociedade de consumo, pois se tornou o mais belo e precioso objeto de consumo da contemporaneidade. Há um culto à higiene, ao dietético, ao

terapêutico; uma obsessão pela juventude, elegância, virilidade, regimes, cuidados⁸. O corpo tornou-se verdadeiro objeto de salvação, substituindo a alma. O culto ao corpo não se opõe ao da alma, ao contrário, sucedeu-lhe e herdou sua função ideológica. Exemplifica este fato com diversos anúncios publicitários e reportagens de jornais e revistas que passam a mensagem de que não haverá salvação, mas sim castigo, caso não se cumpram as devoções corporais (relação narcisista com o próprio corpo). Um terrorismo semelhante ao puritano, mas agora não é Deus quem castiga, mas sim o próprio corpo. O corpo é administrado e regulado como um patrimônio, segundo as regras do capitalismo, da produção e do consumo. “Recuperado como instrumento de fruição e expoente de prestígio, o corpo torna-se então objeto de um trabalho de investimento (solicitude, obsessão) que (...) representa um trabalho ainda mais profundamente alienado que a exploração do corpo na força de trabalho” (Baudrillard, 2007, p. 172). O indivíduo deve se tomar como objeto (seu corpo objetivado) para que seja instituído um processo econômico de rentabilidade.

Baudrillard (2007) menciona o curioso fato da obsessão pela magreza. Como em uma sociedade de superconsumo (alimentar), ser magro é, em si, um signo distintivo? Segundo o autor, é estranho a moda, que pode em tese utilizar uma gama infinita de possibilidades, ter uma espécie de limite absoluto. Os regimes alimentares descortinam a pulsão agressiva contra o corpo. Ao se libertar o corpo em todas as suas satisfações, julgou-se estar a libertar uma relação (indivíduo/corpo) harmoniosa que preexistia naturalmente no ser humano. No entanto, acabou se evidenciando toda a pulsão agressiva também libertada e não canalizada pelas instituições sociais. Ao se vir modelos emagrecidos e descarnados, decifra-se

toda a agressividade inversa de uma sociedade da abundância em relação ao próprio triunfalismo do corpo e de toda a recusa veemente dos próprios princípios. (...) A mística da linha, a fascinação da magreza exercem grande influência unicamente porque são formas de violência e fonte de sacrifício para o corpo, ao mesmo tempo entorpecido na sua perfeição e violentamente vivificado como acontece nos ritos de imolação. Todas as contradições de semelhante sociedade se encontram compendiadas ao nível do corpo (Baudrillard, 2007, p. 189).

Em resumo, o processo capitalista de produção acelerada culminou na era do consumo. A lógica da mercadoria regula não somente os processos de trabalho e os produtos

⁸ Baudrillard (2007) salienta que não se está a negar o quanto a importância objetiva restituída ao corpo beneficia hoje o indivíduo médio.

materiais, mas a cultura inteira, a relação com o corpo, com os lazeres, com os outros, com o trabalho, consigo mesmo. Todas as funções, as necessidades se encontram objetivadas e manipuladas em função do lucro; tudo é transformado em signos, em imagens, em modelos consumíveis. O consumo é, pois, a “palavra da sociedade contemporânea sobre si mesma” (Baudrillard, 2007, p. 264). É a maneira como a sociedade fala e pensa sobre si, tendo como hino triunfal a publicidade. A sociedade contemporânea é a primeira na qual todos os gastos, desde os alimentares até as despesas com prestígio, por um consenso total, denominam-se de consumir. E só existe consumo a partir do momento em que o termo surge nos costumes (Baudrillard, 2007).

2. TRABALHO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

A relação entre trabalho e subjetividade é controversa, alvo de diversas discussões entre autores. Offe (1989), por exemplo, questiona a centralidade do trabalho, defendendo a ideia de sua retração enquanto categoria estruturante da vida humana na contemporaneidade. Gorz (1982) apregoou o fim do trabalho e da classe trabalhadora. Para este autor, o trabalho, enquanto atividade remunerada, limitaria a criação, impossibilitando ao trabalhador o reconhecer-se no e pelo labor. Argumenta a favor do fim da centralidade do trabalho e do advento de uma sociedade do tempo livre. Bendassolli (2006) defende a tese de que as narrativas sociais contemporâneas sobre o valor, a importância e os sentidos do trabalho, sendo ambíguas e não mais baseadas em uma narrativa central, teriam abalado a importância do trabalho para a constituição da identidade. Aponta a existência de um conflito ético, a exposição dos sujeitos a éticas contraditórias e ambíguas. Para este autor, o trabalho apresentaria hoje uma incapacidade de se afirmar como uma narrativa identitária pública dominante, já que haveria mais roteiros disponíveis, outras categorizações para explicar as ações humanas: novas narrativas de descrição de si, não baseadas no trabalho, são ofertadas, tornando difícil uma interpretação única do sentido do trabalho. Esta tese demonstra de forma interessante os diversos sentidos do trabalho presentes nos discursos contemporâneos e as éticas contraditórias e ambíguas presentes na atualidade. No entanto, ao contrário do que afirma o autor, parece que a existência destes diversos sentidos e éticas, ao invés de retirar a importância do trabalho na produção da subjetividade e refutar seu valor, parece confirmá-los. A maioria dos sentidos referidos pelo autor são oriundos e/ou decorrentes da mesma prática institucional: o trabalho. A sociedade contemporânea, ainda baseada na produção/consumo, posiciona o trabalho como algo natural e inevitável e, por conseguinte, o labor, mesmo não sendo categoria única para produção da subjetividade (se é que se pode considerar que algum dia foi), é categoria fundamental ao viver humano. As pessoas encontram dificuldades em dar sentido à vida se não for pelo trabalho (Albornoz, 2008). O “ser alguém na vida” parece estar diretamente atrelado ao cenário profissional (Selig & Valore, 2010).

Portanto, embora haja autores defendendo a tese de que o trabalho não possui hoje a importância que desfrutava em períodos anteriores da história, como no auge da sociedade industrial, não há como negar que o trabalho é elemento constituinte da subjetividade humana

(Coutinho, Krawulski & Soares, 2007), área fundamental do viver humano (Barreto & Aiello-Vaisberg, 2007), categoria que dá sentido à vida humana (Antunes, 2007). Para a maior parte dos indivíduos o trabalho representa forma de acesso à renda, posição social e organização da rotina diária, podendo ser considerado o principal organizador da vida humana, já que determina horários, atividades, relacionamentos, relações de poder, relações com o tempo livre (Bendassolli, 2006; Romanini, Xavier & Kowaleski, 2004). “O trabalho institui modos de ser, de pensar e de agir, representando um elemento de identificação do ser humano nas suas relações sociais, através das qualificações e predicados que lhe definem” (Krawulski, 2004, p. 43). O trabalho, pois, ocupa um grande espaço na vida das pessoas, sendo, repita-se, categoria fundamental, embora não única, para compreensão dos modos de subjetivação (Coutinho, Krawulski & Soares, 2007).

Há que se ressaltar que os sentidos e as formas de trabalho têm variado ao longo do tempo, já que as relações e processos de trabalho são organizados de forma diferente pela cultura de cada época. Esta variação promove impactos não somente no fazer, mas também constitui novos modos de viver (Dias, 2009). O trabalho, portanto, não possui um sentido único, universal, a-histórico. Possui sentidos múltiplos, podendo ser considerado “desde uma atividade natural, que promove o desenvolvimento e a manutenção da saúde do homem, até uma mercadoria, uma atividade imposta pela sociedade, significando exclusivamente um gasto de energia física e mental” (Barreto & Aiello-Vaisberg, 2007, p. 107). Na mesma direção, Albornoz (2008) lembra que na própria linguagem cotidiana são diversos os significados da palavra trabalho: ora como aflição, fardo; ora como criação, realização de uma obra que expressa a subjetividade e dá reconhecimento social.

Na antiguidade, por exemplo, as imagens vinculadas à ideia de trabalho sugeriam algo próximo a um verdadeiro horror. Trabalhar era para aqueles – diga-se, as classes inferiores, os escravos e os prisioneiros de guerra – aos quais não restava outra alternativa exceto a de aceitá-lo como uma pena ou uma desonra (Chauí, 2000).

... não é demais lembrar que a palavra latina que dá origem ao nosso vocábulo ‘trabalho’ é *tripalium*, instrumento de tortura para empalar escravos rebeldes e derivada de *palus*, estaca, poste onde se empalam os condenados. E *labor* (em latim) significa esforço penoso, dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga. Não é significativo, aliás, que muitas línguas modernas derivadas do latim,

ou que sofreram sua influência, recuperem a maldição divina⁹ lançada contra Eva usando a expressão ‘trabalho de parto’ (Chauí, 2000, p. 12).

Há registros de que, originalmente, o *tripalium* – instrumento de três pontas – era utilizado na agricultura, para bater o trigo, as espigas de milho, o linho. No entanto, o sentido da palavra trabalho que prevaleceu até inícios do século XV vem do uso deste objeto como meio de tortura. O trabalhar entendido, pois, como padecimento e cativo (Albornoz, 2008).

Bendassolli (2006), citando Arendt (2000), menciona que no contexto ético-político da Grécia era preferível, inclusive para um pobre, um dia incerto de trabalho do que um trabalho estável, haja vista ser este degradante para a liberdade. Entre os gregos a descrição de si, do ser, não passava pelo trabalho, mas pela vida do cidadão livre na pólis. A definição de si, portanto, não dependia do trabalho, mas do uso da liberdade para o cultivo da mente, da razão, da vida contemplativa por meio de atividades significativas em si mesmas, como reflexões teóricas, conversas com amigos, leituras. Um ser humano não poderia resumir sua vida ao trabalho, à sobrevivência ou satisfação de necessidades. “Trabalho era parte de um sistema natural ditado pela necessidade. Nada mais do que isso. Deveria ser evitado o máximo possível, pois seu excesso tolheria a liberdade humana em uma relação de troca pecuniária” (Bendassolli, 2006, p. 86).

Na Idade Média, continua Bendassolli (2006), o trabalho era meio de satisfação de necessidades, portanto, tinha valor instrumental, já que permitia o alcance de outros bens, principalmente espirituais. Nesse período, o trabalho jamais seria concebido como algo constitutivo de alguém. Não que isso configurasse uma indiferença em relação ao trabalho, mas sim um conjunto de crenças que o descreve como suficientemente necessário à sobrevivência (como meio). Segundo o autor, essa é a razão de não se encontrar entre os teólogos cristãos uma “filosofia do trabalho” ou qualquer explicação sobre como sua realização poderia afetar o universo moral ou intelectual dos trabalhadores. A essência do trabalho estava na salvação e não na ordem econômica.

No período Renascentista, o trabalho passou a ser associado à alegria, ao prazer, ao desfrute. Por meio dele o ser humano se tornaria co-criador do universo. O papel do ser humano no mundo seria criar e a maior criação seria moldar a história da própria vida, ou seja, o indivíduo torna-se eticamente responsável por seu próprio tempo vivido (Sennett,

⁹ “Multiplicarei as dores de tua gravidez, na dor darás à luz filhos. Teu desejo te levará ao homem e ele te dominará” (Gn, 3:16).

2007). Ao contrário das tradições anteriores, não se trabalha por qualquer outra razão senão pela própria autorrealização no ato de trabalhar (trabalho como fonte de pleno significado).

Com o passar dos séculos, principalmente a partir da Reforma Protestante, o sentido do trabalho transformou-se: passou a ser sinônimo de virtude, de dignificação da pessoa humana. O não trabalhar passou a ser visto de forma pejorativa, causando marginalização e preconceitos sociais. Como ressalta Bendassolli (2006), com o protestantismo o trabalho se torna um objetivo autônomo, um ideal do trabalho pelo trabalho, deixando de ser apenas um meio de satisfação de necessidades. O trabalho tornou-se a principal forma de servir a Deus, sendo a ociosidade fortemente combatida.

O ascetismo puritano, ao criar incentivos para o trabalho, punir a ociosidade, disciplinar o uso dos prazeres e do tempo, treinar a habilidade de postergação e de contribuição com a comunidade por meio do desenvolvimento da própria vocação, moldou moralmente uma legião de trabalhadores que passara a ser cada vez mais necessária à industrialização (Bendassolli, 2006, p 83).

Imbuído da ética protestante, retirando-lhe os elementos religiosos (salvação, servilismo), o capitalismo também posiciona o trabalho como virtude. Segundo Debord (1997/1967), a burguesia foi a primeira classe dominante para quem o trabalho é um valor. Já nas legislações iniciais do capitalismo, por exemplo, a mendicância e a preguiça foram transformadas em crimes sujeitos à pena de prisão e, em certas hipóteses, até de morte (Chauí, 2000). O capitalismo, ao demandar um novo tipo de engajamento dos indivíduos, faz crescer a importância do trabalho (Bendassolli, 2006).

Na atualidade o cenário não é assim tão distinto: o discurso capitalista, por meio da valorização do econômico como referência para compreensão das relações sociais, faz crer que todos têm o dever moral e social de possuir um trabalho, ou seja, as pessoas se sentem culpadas e envergonhadas pelo não trabalho (seja devido ao desemprego ou à aposentadoria). Serrano (2004), por exemplo, ao pesquisar mendigos – moradores de rua – percebeu, em um dos grupos de entrevistados, o papel de importância que o trabalho ocupa em seus discursos, tanto como elemento de identificação, quanto como elemento estruturante da história de vida dessas pessoas. O trabalho é visto como a causa para a ida às ruas, mas também como possibilidade de saída desta condição. Esse grupo de entrevistados fala sobre os sentimentos de humilhação e vergonha da situação em que se encontram, da vontade de consumir produtos e mercadorias e do sofrimento por não poder fazê-lo. Selig e Valore (2010), por meio de entrevistas realizadas com pessoas às vésperas da aposentadoria, observaram o

atravessamento dos discursos de valorização do trabalho nas falas desses pré-aposentados, que refletiam o temor de tornarem-se improdutivos, inúteis, de ocupar o lugar de “não-mercadoria”, demonstrando a importância do trabalho para estes sujeitos na definição de si. D’Acri (2003) observou que mesmo em condições opressivas de trabalho, as pessoas encontram brechas, espaços para dar sentido ao seu trabalho, demonstrando a relevância deste como criação, transcendência, inserção social e reconhecimento e a possibilidade de uma vida cheia de sentido.

Conforme se depreende dos exemplos acima, o trabalho ocupa lugar de destaque na subjetividade e nos discursos contemporâneos, inclusive daqueles que estão à margem desta prática social. O trabalhar é visto como uma consequência natural, normal, inevitável (Santos, 1990) e, por que não, imprescindível da vida: desde a infância e a adolescência o indivíduo está sendo preparado para exercer uma profissão, sendo visto como potencial produtor. Essa naturalização demonstra o caráter instituído do trabalho, um efeito de reconhecimento das atuais práticas de trabalho (o que fazer e o como fazer) – e dos sentidos dela oriundos – como os únicos possíveis (o não trabalhar, a “inatividade”¹⁰, são vistos de forma pejorativa).

Ao se fazer uma breve descrição histórica do trabalho, procede-se a uma desnaturalização das práticas de trabalho: a pluralidade de contextos exemplificados demonstra o caráter multifacetado do trabalho e a diversidade de sentidos possíveis (Dias, 2009). Os discursos preponderantes em cada época (diferentes entre si) construíram o modo como as pessoas entendiam o que é trabalhar, quais os sentidos possíveis e o valor desta atividade. Os discursos, pois, atravessam os modos de viver e de atribuir sentidos ao trabalho e ao próprio existir. Mas o que diferencia, então, os sujeitos, se os discursos a que estão assujeitados são os mesmos? Se, na atualidade, por exemplo, os discursos e sentidos estão sendo produzidos em um mesmo cenário, a contemporaneidade, sob os discursos da flexibilidade, do consumo, da satisfação imediata, entre outros?

Antes de se adentrar nas singularidades possíveis, deixam-se as questões acima momentaneamente suspensas. É preciso situar o “nascimento” da concepção do sujeito psicológico, que ocorreu “nos domínios do discurso ocidental moderno, científico, ou à sua emergência como figura correlata deste discurso, considerando que esta era uma figura inexistente na cultura ocidental antes do surgimento da psicologia científica na passagem do

¹⁰ Veja que inatividade é sinônimo de aposentadoria. Segundo o Dicionário Aurélio (Ferreira, 1993), inatividade é a qualidade de inativo; inércia; situação de funcionários enquanto retirados do serviço ativo por disposição superior. Inativo é adjetivo que designa o que não está em exercício, inerte, paralisado, paraplético.

século XIX ao XX” (Prado Filho & Martins, 2007, p. 14). Ou seja, a colocação do sujeito como objeto de uma psicologia científica e, portanto, de um discurso autorizado a enunciar verdades sobre o sujeito, é decorrente de uma produção histórica moderna. Segundo esta perspectiva, a experiência psicológica e a percepção de si mesmo como um ente subjetivo não existiam como figuras (objetos) do conhecimento antes do nascimento das psicologias, dos discursos científicos modernos que deram forma ao sujeito possuidor de intimidade e privacidade vivenciadas como reais e naturais (Figueiredo, 1994, citado por Prado Filho & Martins, 2007). A subjetividade como objeto científico, tão naturalizada nos/pelos discursos da psicologia contemporânea, foi uma criação da modernidade. Produz-se na relação de forças que atravessam o sujeito, sendo efeito de discursos, datados e situados geograficamente, que atribuem ao sujeito um lugar e lhe dizem como viver, consigo mesmo e com os outros (Valore, 2007). O discurso, como afirma Foucault, produz o ser humano como objeto do mundo e nesse movimento de objetivação, produz como efeito a subjetivação, ou seja, ao objetivar o homem o discurso também o subjetiva por meio dos modos de subjetivação (Ribeiro, 2007). “A subjetivação refere-se aos modos como os sujeitos objetivados apropriam-se dessa objetivação. No limite, a subjetividade constituiria a resultante, ou o efeito, daquilo que se faz com a objetivação de ‘si’, ao lançar-se mão dos modos de subjetivação” (Ribeiro, 2007, p. 254). Portanto, qualquer singularidade possível inscreve-se também na ordem do discurso: “o modo como os sujeitos objetivados apropriam-se dessa objetivação constituem os modos de subjetivação” (Ribeiro, 2007, p. 258). Prado Filho e Martins (2007, p. 17) trazem um exemplo esclarecedor: “não é suficiente a objetivação pelo discurso psiquiátrico e pelo jogo da norma para produzir, por exemplo, um louco, mas é necessário ainda que esta vá ao encontro da marcação, que ele se reconheça no diagnóstico como sujeito da loucura e o reproduza em si mesmo, subjetivando-se como louco”. Abre-se aqui a possibilidade de resistência, que reside justamente nos mesmos dispositivos que assujeitam: a singularização.

Retoma-se, pois, às questões anteriormente formuladas: o que diferencia os sujeitos, assujeitados aos mesmos dispositivos de objetivação e subjetivação, é a possibilidade de organização pessoal dos discursos postos, de encontrar sentido e organizar as experiências por meio de um arranjo singular dos discursos existentes. Guirado (2006) utiliza-se de uma metáfora para definir o sujeito/subjetividade: o conceito-dobradiça de sujeito. Com isso define o sujeito como produto e ao mesmo tempo produtor da ordem discursiva institucional (ao mesmo tempo sujeito do discurso e assujeitado a ele). A singularidade está na constituição de

um lugar onde acontecem organizações, arranjos, atribuição e assunção de sentidos pelo sujeito do discurso (Guirado, 1997, 2006) e só se produz nas relações concretas do discurso, nas instituições que os sujeitos fazem, no conjunto de relações institucionais, já que o sujeito só se pode dizer psíquico porque institucional (Guirado, 1997). O conceito-dobradora de sujeito foi por ela elaborado para dar uma ideia de sujeito que permitisse dar movimento à inserção institucional e à singularidade (Guirado, 1997), sempre levando em consideração a dimensão de construção histórica, por e nos dispositivos institucionais/discursivos (Guirado, 2005).

Tomá-lo no modo singular de sua inserção implica assumi-lo como um sujeito que, a seu modo, irá apropriar-se das pautas discursivas institucionais, identificando-se ou não no discurso com o objeto institucional, com a lógica de assunção e de atribuição de lugares, e com a distribuição das relações de poder instituídas, podendo com isso legitimá-las ou reinventá-las. Implica também assumir que operamos com múltiplas possibilidades de subjetividade num mesmo falante, uma vez que múltiplos podem ser seus modos de inserção/sujeição nas diferentes cenas enunciativas que seu discurso compõe. Daí que psíquico, quando tomado no modo de sua inserção nas práticas instituídas, pois será sempre em relação a um outro discurso que esse sujeito, de maneira singular – mesmo ‘amarrado’ à trama discursiva institucional que o assujeita – irá marcar sua posição, organizando estilos de pensar, perceber e falar que se repetem ao longo das relações constitutivas de sua história e de si próprio como sujeito (Valore, 2007, p. 240).

Uma vez que o sujeito se produz nas e é produtor das relações institucionais, cabe definir o que se entende por instituição. Para tanto, Guirado (1997, 2005, 2006, 2009) se remete à Análise de Instituições Concretas de Guilhon de Albuquerque (Albuquerque, 2004/1987), definindo instituição como um conjunto de práticas que se repetem e que, ao se repetir, legitimam-se, sendo esta legitimação uma espécie de naturalização daquilo que está instituído. Essa legitimação se dá por um efeito de reconhecimento das práticas como as únicas possíveis e de desconhecimento de outras modalidades, formas de relação; reconhecimento de que as relações são óbvias e que naturalmente sempre foram assim, desconhecimento de sua relatividade (Guirado, 2009). Essas práticas produzem e legitimam lugares. Por exemplo, pode-se tratar o trabalho como instituição, já que é uma prática social que se repete e, ao se repetir, legitima-se, produzindo lugares: o de chefe e de empregado; o de desempregado; o de trabalhador sem vínculo ou informal; o de aposentado; do bom profissional (na contemporaneidade, aquele que é flexível, polivalente); para citar alguns. O trabalho, pois, permite situar o lugar de quem fala, inclusive possibilitando ao sujeito

descrever-se por meio dessa posição: ao falar daquilo que se é como pessoa o trabalho é comumente mencionado como referencial de identificação (Dias, 2009).

Ao produzir lugares, através do discurso, entra em ação um jogo de expectativas entre parceiros que, “uma vez atendidas, tendem a se estabilizar, legitimar falas e posições bem como tendem a favorecer repetições confirmadoras” (Guirado, 2005, p. 20). Se a instituição legitima e produz lugares, o discurso os coloca em relação (possibilitando que se legitimem – repetição confirmadora, ou que se subvertam, reinventem). Traça-se aí a relação entre discurso, instituição e subjetividade: o discurso dá as palavras para que o sujeito se diga sujeito onde e como quer que assim se reconheça (Guirado, 2005).

quando se fala, fala-se do interior de uma instituição discursiva. Uma instituição que: antecede-nos logicamente, rouba-nos a autoria de *nosso* texto; insere-nos numa ordem de lugares de enunciação; instaura as possibilidades de sentido e de significação; é ocasião de reconhecimento e de toda a subjetividade possível. Não somos donos do que falamos, nem do sentido, em última instância, da nossa fala. Na qualidade de sujeitos, da nossa ou de qualquer história, somos ficção (Guirado, 1997, p. 145).

O trabalho, como instituição que instaura possibilidades de sentido e significação, produz subjetividades: nos lugares ocupados o sujeito se reedita, se rearranja, se organiza em sua singularidade. Ao trabalhar, produz e reproduz um conjunto de relações que são reconhecidas como legítimas, naturais, e, portanto, definidas como trabalho (determinadas relações são reconhecidas como trabalho, enquanto outras não). A instituição trabalho coloca as pessoas na qualidade de atores em cena – os trabalhadores – e são eles, por meio da ação, das práticas discursivas, que fazem a instituição; são eles também que podem reinventar as práticas de trabalho, ora reafirmando ora resistindo aos discursos que os assujeitam.

3. INSERÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE INSEGURANÇAS E INCERTEZAS

Flexibilidade, empregabilidade, trabalho parcial, terceirização são palavras correntes nos discursos que configuram a inserção dos profissionais no mercado de trabalho na contemporaneidade, legitimando a ideia de um novo trabalhador: pró-ativo, dinâmico, ágil, maleável, flexível, versátil, capaz de criar, resolver problemas, adaptar-se (Paixão, 2005; Melo & Borges, 2007). Valorizam-se as características individuais dos trabalhadores de poder lidar com o incerto, o duvidoso, o mutável. Instituem-se novas dinâmicas de emprego, como os trabalhos informais e ilegais, que fazem repensar o conceito tradicional de emprego “com horário, carteira, direitos e também - por que não? – futuro previsível” (Dowbor, 2002, p. 18). As alterações na lógica de produção global e a consequente formação desse novo paradigma de emprego (mais flexível, precário e instável) contribuem para a modificação de valores e padrões sedimentados, como o de projeto de vida a longo prazo (Sennett, 2007). Além disso, geram insegurança e preocupação com a exclusão social, causando perplexidade em sociedades como as ocidentais, nas quais o emprego tem papel central não somente na obtenção de renda, mas também na integração social do indivíduo e na formação de sua identidade pessoal (Dupas, 1999).

As carreiras tradicionais, que avançam lentamente em uma ou duas instituições, estão desaparecendo, bem como a utilização de um único conjunto de qualificações durante a vida (Sennett, 2007). Está-se assistindo a uma flexibilização dos vínculos de trabalho, sendo a precariedade – tanto em termos de salário quanto em formas de contratação – o denominador comum desse processo (Dupas, 1999, Dowbor, 2002; Antunes, 2007). Observa-se, por exemplo, a contratação de pessoas muito mais qualificadas do que a real necessidade do conteúdo dos postos de trabalho (Pochmann, 2000), tendência ao desassalariamento (redução do emprego assalariado), redução do emprego estável, emprego para poucos, maior desemprego e subemprego, crescente individualismo (Pochmann, 2002), jornadas sobrepostas ou trabalho insuficiente (Dupas, 1999), desvalorização do emprego tradicional (Dowbor, 2002; Sennett, 2007), explosão da informalidade (Dupas, 1999). Como reflexo deste cenário, percebe-se uma mudança na juventude no sentido de diminuição da expectativa por um

emprego e elaboração de projetos de carreira voltados para o trabalho autônomo (Melo & Borges, 2007).

As tecnologias evoluem depressa, no entanto, as pessoas estão trabalhando mais, sentindo mais insegurança, mais estresse e a perda do controle de suas vidas (Dowbor, 2002). Várias gerações partilharam a ideia de que uma pessoa séria, dedicada, honesta, competente e trabalhadora teria seu lugar na sociedade – crença de que aqueles que são competentes e esforçados sempre encontrarão trabalho –, ideia ainda partilhada por muitos jovens em busca de inserção profissional (Teixeira & Gomes, 2004). A erosão desse sonho gera um sentimento amplo de insegurança e de perda de referenciais (Dowbor, 2002). “Os trabalhadores percebem o ambiente econômico, o mercado de emprego e a sua própria carreira como dominados por forças que lhes escapam. Por isso, seu destino profissional e pessoal lhes parece fora de seu controle” (Leboyer, 1994, citado por Dowbor, 2002, p. 59). No entanto, contrariando esse sentimento do trabalhador de falta de controle, a opção política neoliberal é a de tornar os indivíduos responsáveis por sua própria empregabilidade, ou seja, se não estão empregados adequadamente, ou estão desempregados, a culpa seria de sua inadequação individual ao mercado de trabalho (Pochmann, 2000; Dowbor, 2002; Neves, 2006).

... ganha importância a difusão de argumentos que procuram ressaltar o papel do indivíduo na definição do melhor momento de inserção e na responsabilidade pelo planejamento prévio da trajetória ocupacional (...). A literatura especializada valoriza as qualidades próprias, muitas vezes sem levar em consideração a difícil realidade do mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito ao perfil das ocupações geradas. Em síntese, o mercado de trabalho é entendido com independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes, assim como procurando favorecer do seu próprio esforço e postura qualitativa como forma de superação da concorrência em relação aos outros. Nesse caso a vítima do desemprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego (Pochmann, 2000, p. 64).

A ênfase à responsabilidade do indivíduo para inserção no mercado de trabalho, e não ao contexto econômico, histórico, político e social do país, é demonstrada, por exemplo, na percepção, entre jovens graduandos ou recém-graduados, de categorias individuais (falta de experiência, de iniciativa, de qualificação, de recursos, incapacidade de trabalhar em grupo) como as principais dificuldades para conseguir emprego (Melo & Borges, 2007), na crença destes jovens de que existe lugar no mercado de trabalho para os profissionais competentes, que tem iniciativa para buscar oportunidades (Teixeira & Gomes, 2004) e na constatação de que a situação objetiva do mercado de trabalho não afeta, de modo tão intenso, as crenças dos

formandos sobre suas próprias capacidades de enfrentar o mercado e de exercer a profissão com competência (Teixeira & Gomes, 2004; Bardagi, Lassance, Paradiso & Menezes, 2006). Também é evidenciada pelas políticas públicas de empregabilidade por meio da oferta de cursos de qualificação e treinamento e da abertura de linhas de crédito para os negócios próprios (autoemprego), um favorecimento de ações individuais na geração da própria ocupação e renda (Pochmann, 2000).

Neste cenário, a condição de ser empregável – de ter a capacidade de aprender e se adaptar às novas realidades do mercado de trabalho – torna-se mais importante do que o emprego (Rueda, Martins & Campos, 2004), pois, como salienta Bauman (2001), a ênfase na individualização na sociedade atual faz crer que se o indivíduo está desempregado foi porque não aprendeu a passar por uma entrevista, ou não se esforçou o suficiente para encontrar uma ocupação ou é avesso ao trabalho; se está inseguro sobre as perspectivas de carreira e futuro é porque não é suficientemente bom em fazer amigos e influenciar pessoas e não aprendeu, como deveria, a se expressar e impressionar os demais. Dessa forma, o (des)emprego deixa de ser um problema público e passa a assumir dimensão individual, correndo-se o risco de se assistir a uma reformulação da aplicação da antiga “ética protestante do trabalho” como novo conceito moral, já que cabe ao indivíduo “inventar” seu próprio trabalho. Alimenta-se, assim, a ausência de responsabilidade das elites em garantir crescimento econômico e oferta real de postos de trabalho, pois cabe ao indivíduo, ao não encontrar oportunidades de emprego disponíveis, criar sua própria ocupação (Dupas, 1999). Nesta perspectiva, a individualização tornou-se uma fatalidade e não uma escolha, já que na terra da liberdade individual de escolher, a opção de escapar à individualização está decididamente excluída (Bauman, 2001).

No discurso da ‘qualificação-redentora’ apagam-se as diferentes formas de organização social e econômica presentes nesta sociedade e oculta-se a dimensão política, os jogos de interesses e intenções presentes nas leituras e propostas a respeito do desemprego, as disputas entre posições diversas e as condições desiguais nela existentes. Restringe-se tais fenômenos predominantemente a arranjos individuais, e o desemprego passa a ser, assim, tarefa eminentemente de cada pessoa. Desenha-se, mais uma vez, técnicas, normas, procedimentos como saída para o desemprego, como se estes, em uma linha de previsibilidade, fossem sinônimos de garantia e certeza. (...) [fazendo] crer que cabe a cada um a taça de vencedor, caso siga os caminhos corretos e seja adequadamente maleável e competente (Neves, 2006, p. 136).

Nesse clima geral de instabilidade e insegurança, valorizam-se, pois, as iniciativas individuais para sobreviver diante da dramaticidade das questões materiais do trabalho. Uma

das soluções encontradas por jovens egressos das universidades é o adiamento do ingresso no mercado de trabalho por meio da continuidade dos estudos em nível de especialização, permanência na casa dos pais e manutenção de vínculos econômicos com estes. Em relação a esse aspecto, cabe-se ressaltar a tolerância – e, por vezes, o incentivo – das famílias brasileiras de classe média quanto à permanência dos filhos no âmbito familiar após a conclusão do curso superior, contribuindo para o esvanecimento das fronteiras entre o fim da adolescência e o início da vida adulta (Teixeira & Gomes, 2004) e para a caracterização de uma nova fase no ciclo evolutivo da família denominada de “ninho cheio” (Silveira & Wagner, 2006).

Outra solução vislumbrada é o trabalho autônomo (prestador de serviços e profissional liberal). Segundo pesquisa realizada por Melo e Borges (2007), avaliando graduandos e recém-graduados de várias áreas, percebeu-se que a maioria dos jovens investigados (61,1%) tinha como projeto de futuro o trabalho autônomo (sem vínculo empregatício) como possível alternativa diante da escassez de empregos. Estes jovens depositam em si próprios a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso no mercado o que, por um lado, pode ocasionar sofrimento psíquico e, por outro, incentivar a pró-atividade. Como ressalta Dowbor (2002), o trabalho autônomo, o autoemprego, com as novas tecnologias e melhor regulação, poderia permitir um resgate pelo trabalhador de sua própria iniciativa. “Nesse sentido, as novas tecnologias podem representar um poderoso instrumento de ruptura de formas tradicionais de alienação de trabalho, permitindo, aliás, que as pessoas comecem a seguir seus interesses, em vez de serem robôs especializados numa atividade estrita durante toda a vida profissional”. (Dowbor, 2002, p. 105). O trabalho autônomo também foi vislumbrado como opção de inserção profissional para graduandos investigados por Teixeira e Gomes (2004), trazendo associado o sentimento de não saber como operacionalizar estes projetos por falta de experiência e conhecimento em aspectos administrativos relevantes à prática profissional. Conclusão semelhante ao estudo de Krawulski (2004) que, investigando graduados em psicologia, percebeu como um dos primeiros movimentos de inserção profissional o atendimento em consultório (trabalho autônomo), também aliado a sentimentos de insegurança e despreparo para atuar.

Mais uma iniciativa individual utilizada como solução para inserção no mercado de trabalho é a busca pelo serviço público. Esta foi evidenciada como possibilidade de compor o projeto de futuro em 33,3% dos jovens investigados por Melo e Borges (2007), e pelos graduandos e graduados pesquisados, respectivamente, por Teixeira e Gomes (2004) e

Krawulski (2004). A procura pela carreira pública também foi objeto da Pesquisa Nacional de Concursos Públicos (ANPAC, 2009). Os dados coletados nas principais bancas examinadoras do país, sobre concursos públicos realizados nos anos de 2005 a 2007, revelam que o número de inscritos neste período ultrapassou dois milhões de candidatos/ano. Em 2005, foram ofertadas aproximadamente 33 mil vagas, tendo sido aprovados quase sete vezes mais candidatos do que o número de vagas ofertadas, ou seja, aproximadamente 230 mil aprovados. Em 2006, havia aproximadamente 24,7 mil vagas, com aprovação de 47.705 candidatos. Em 2007, foram ofertadas aproximadamente 18 mil vagas, tendo sido aprovados para estas vagas mais de 127 mil candidatos.

Aparentemente, esta busca pela carreira pública poderia ser relacionada aos altos índices de desemprego. Há que se ressaltar, entretanto, que apesar de o desemprego ser um dos fenômenos que mais atingem a sociedade contemporânea, ele não pode ser apresentado como uma novidade, mas como um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação de capital (Pochmann, 2002). Portanto, a elevação do desemprego no setor privado, por si só, não justifica a elevada procura pelas carreiras públicas, ou seja, a escolha pela carreira pública não pode ser atribuída exclusivamente à questão econômica. Tal argumento pôde ser corroborado em alguns estudos. Côrtez e Silva (2006), por exemplo, constataram, como motivos para a busca pela carreira pública, além da elevação do desemprego no setor privado, a não observância de fatores como idade, sexo, universidade de formação, experiência prévia, a busca por estabilidade, entre outros. A valorização da estabilidade (relação duradoura entre a empresa e o empregado) também foi apontada por Barreto e cols. (2007) como principal motivo para a escolha pelo serviço público. Albrecht e Krawulski (2009), ao traçar o perfil de “concurseiros” frequentadores de cursos preparatórios para concursos em Florianópolis/SC, concluíram que os principais motivos para prestarem concursos públicos são a estabilidade (88,8%), a remuneração (82,2%), a possibilidade de carreira (36,6%), a carência de alternativas na iniciativa privada (17,7%) e a qualidade no ambiente de trabalho (16,6%). Observe-se que a falta de empregos correspondeu a apenas 17,7%. Pochmann (2000), por sua vez, ao constatar um aumento importante nas ocupações do setor público, atribui esta busca à tendência deste segmento remunerar acima do setor privado, por ter, em geral, planos de cargos e salários e, com isso, possibilitar ao jovem melhor trajetória profissional.

O ideal de um emprego estável e bem remunerado não dá suporte apenas à iniciativa de concorrer para uma vaga no funcionalismo público, norteando a escolha profissional e o

projeto de vida de muitos estudantes do ensino médio e superior. Autores que analisaram as características dos jovens brasileiros que procuram os serviços de Orientação Profissional concluíram que, em sua maioria, estes jovens são conservadores, individualistas, não se preocupam com as mudanças sociais, querem realização pessoal, prazer no trabalho e conforto material (Silva & Magalhães, 1996; Lisboa, 1997; Lassance & Sparta, 2003). São jovens que ainda sonham com uma estabilidade praticamente inexistente nos dias atuais. Estabilidade esta que se estende igualmente à imagem de si, pois na medida em que se idealiza “a escolha certa e para a vida toda” idealiza-se também a imutabilidade de gostos, interesses, habilidades e motivações e, conseqüentemente, a imutabilidade de si “para toda a vida”.

Esta busca por estabilidade contrasta com a instabilidade da sociedade contemporânea: a atualidade se configura pela incerteza perpétua, haja vista a coleção infinita de possibilidades que o mundo se transformou e, “para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre” (Bauman, 2001, p. 74), ou seja, melhor que permaneçam líquidas e fluidas. Associada a esta perpetuação das possibilidades de escolha, está a liberdade, uma liberdade que remete à ideia de não limitação, de renovação infinita, de escolhas constantes que não impliquem perdas ou abdições, já que sempre seria possível escolher novamente (Mattos & Castro, 2008). A infelicidade decorreria, então, não da falta de escolha (ou de liberdade), mas do excesso de possibilidades e de desejos nunca saciados (Bauman, 2001). “Quando o consumo dessas experiências de prazer, felicidade ou realização pessoal se reifica em mercadorias, estas últimas adquirem, para os sujeitos, um significado que se aproxima, e até mesmo confunde-se, com o sentido de liberdade” (Mattos & Castro, 2008, p. 155) e de felicidade.

Portanto, na sociedade contemporânea, mais do que se sentir satisfeito importa o manter-se em busca da satisfação, o “consumir sem consumir”, ficando-se atrelado “ao ritmo do consumo como se consumir fosse a única maneira que nos projeta em nossa contemporânea humanidade e nos pode trazer qualquer realização e sentido de vida” (Critelli, 2008, p. 483). Essa seria a principal característica da fluidez da contemporaneidade: a incapacidade de parar, o manter-se em movimento, indivíduos “cronicamente” desacomodados com uma impossibilidade de atingir a satisfação, pois a “linha de chegada do esforço e o momento de autocongratulação tranquila movem-se rápido demais. A consumação

está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes” (Bauman, 2001, p. 37).

Na contemporaneidade, pois, as pessoas estariam envolvidas primariamente na condição de consumidores e não de produtores (Bauman, 2001) e esta condição dos membros da sociedade atual perpassaria as demais relações. O mesmo autor ressalta que o que se faça e qualquer nome que se atribua às atividades que são realizadas, é como ir às compras, ou seja, são atividades feitas nos mesmos padrões de ir às compras.

O código em que nossa ‘política de vida’ está escrito deriva da pragmática do comprar. (...) ‘Vamos às compras’ pelas habilidades necessárias ao nosso sustento e pelos meios de convencer nossos possíveis empregadores de que as temos; pelo tipo de imagem que gostaríamos de vestir e por modos de fazer com que os outros acreditem que somos o que vestimos; por maneiras de fazer novos amigos que queremos e de nos desfazer dos que não mais queremos; (...) pelos modos de obter o amor do amado e o modo menos custoso de acabar com uma união quando o amor desapareceu e a relação deixou de agradar; pelo melhor meio de poupar dinheiro para um futuro incerto e modo mais conveniente de gastar dinheiro antes de ganhá-lo; pelos recursos para fazer mais rápido o que temos que fazer e por coisas para fazer a fim de encher o tempo então disponível (...). A lista de compras não tem fim. Porém, por mais longa que seja a lista, a opção de não ir às compras não figura nela (Bauman, 2001, p. 87-88).

Com uma visão um pouco distinta, mas também embasada na condição de consumidor do sujeito contemporâneo, Appel-Silva e Biehl (2006) salientam que, nas práticas de trabalho da sociedade contemporânea, parece haver uma cisão entre as concepções de dever e de prazer, como se os sujeitos fossem ora trabalhadores, ora consumidores: cabendo aos trabalhadores os deveres e as obrigações e aos consumidores os prazeres e as sensações (Appel-Silva & Biehl, 2006). Essa cisão da vida dos sujeitos estaria representada na cisão dos espaços e tempos: “suruiu o ‘espaço de trabalho’ e o ‘espaço festivo’, tal qual o ‘tempo do trabalho’ e o ‘tempo lúdico’. Assim, nesse compartilhar do tempo, as relações frágeis entre os sujeitos tornaram-se também ‘relações de trabalho’ e ‘relações lúdicas’, ‘relações sérias’ e ‘relações fugazes’” (Appel-Silva & Biehl, 2006, p. 530).

As inseguranças causadas pela flexibilização do trabalho, pois, acabaram deslocando a noção de sucesso – que agora estaria representada por um estilo de vida diferenciado e individualizado – do trabalho para o consumo (Appel-Silva & Biehl, 2006), sugerindo que o consumo aproxima o indivíduo da felicidade, da independência e da realização pessoal (Mattos & Castro, 2008). No entanto, como ressalva Dupas (1999), ao centrar no consumo boa parte da realização pessoal e social, transformando-o no principal sinal exterior de

sucesso, a sociedade contemporânea criou um sério problema: o aumento da exclusão social, já que o sentimento de exclusão pode ocorrer em qualquer faixa de renda, uma vez que estar excluído não significa não ter acesso a necessidades consideradas básicas, mas não possuir aquilo que outras pessoas têm. Ou seja, “uma sociedade de consumidores se baseia na comparação universal – e o céu é o único limite” (Bauman, 2001, p. 90). O sucesso, portanto, “não pode ser inteiramente alcançado, porque não há limite para o sucesso, e sempre haverá novos bens de consumo a serem adquiridos. Os sujeitos ficaram, assim, passíveis de insucesso” (Appel-Silva & Biehl, 2006, p.526).

A considerar as características que configuram os novos modos de viver – e de sobreviver no mercado de trabalho – sobretudo no que se refere à incerteza, à imprevisibilidade, a individualização e à equiparação do sucesso à condição de consumo, pode-se também supor que a busca pela estabilidade no trabalho e por uma certa rigidez na trajetória profissional esteja relacionada ao mal estar e ao sentimento de desamparo derivados da instabilidade nos referenciais (de família, de sociedade, de trabalho, de Estado e do próprio “eu”) que sustentaram a modernidade sólida (Bauman, 2001; Rocha, 2007).

Neste sentido pode-se questionar em que medida as soluções encontradas para a inserção profissional - mesmo quando reconhecidas como tais, em nome da autogestão da carreira - representam, efetivamente, uma escolha. Independente da condição econômica, fator restritivo corroborado por estudos sobre o processo de escolha em jovens provenientes da camada popular (Ribeiro, 2003; Bastos, 2005; Sparta & Gomes, 2005; Soares, Krawulski, Dias & D’avila, 2007), a sujeição à mercantilização das práticas sociais e dos modos de subjetivação parece não deixar muita alternativa quanto ao que se poderia denominar de liberdade de escolha, levando a crer que, ao contrário do que apregoa o capitalismo, a escolha não tem sido dada como uma opção, uma vez que o exercício da escolha vem sendo diluído pela falta de oportunidades reais (Soares, 2002).

Levando-se em conta as transformações nos cenários profissionais, porém, tem-se que, conforme se pôde constatar, no momento de ingressar no mercado, essa liberdade conforma-se, cada vez mais, às poucas oportunidades existentes. E, se isto, por si só, não representa nenhuma novidade, o que surpreende é que, não raro, a falta de opção quanto à obtenção de um emprego, ao demandar outras soluções como a permanência na vida de estudante, o desenvolvimento de uma carreira autônoma e a realização de concursos públicos, aparece reconhecida nos discursos como escolha pessoal, remetendo à ideia de liberdade. Escolha esta

suportada e legitimada pelas palavras de ordem “educação continuada”, “empreendedorismo” e “autogestão da carreira”, com as quais tem se perpetuado o ideal do autogoverno na contemporaneidade.

4. PESQUISA DE CAMPO

4.1 Dos dispositivos de análise

A presente dissertação utiliza como estratégia de pensamento a Análise Institucional do Discurso, conforme proposta por Guirado (1997, 2005, 2006, 2009). Partindo-se da premissa de que o resultado alcançado depende da perspectiva dos recursos de avaliação, ou seja, de que o resultado fala do método utilizado (Guirado, 2005), faz-se mister esclarecer sob qual contexto teórico-metodológico se construiu esta pesquisa.

Essa modalidade de pensamento e análise¹¹ pressupõe alguns conceitos importantes, já anunciados e abordados no Capítulo 2, quais sejam, o de instituição, o de discurso e o de subjetividade. Para Guirado (1997), instituição é

um conjunto de práticas que se repetem e que, enquanto se repetem, legitimam-se; sendo a legitimação uma espécie de naturalização daquilo que é instituído. (...) Tal legitimação acontece por um efeito de reconhecimento das práticas como as únicas possíveis e um desconhecimento de outras modalidades de relação (Guirado, 1997, p. 144).

O conceito de instituição coloca os indivíduos como atores em cena, pois “a vida social se faz possível por e nas instituições, sempre” (Guirado, 2009, p. 147). São eles, os indivíduos, por meio de suas ações, que fazem a instituição, que a reproduzem e legitimam e instituem/repetem lugares institucionais de enunciação (cenas enunciativas). Esta cenografia, condicionante da relação de enunciação, possibilita o acerto básico entre os parceiros, que se identificam e identificam o outro com uma certa posição; “os parceiros se tranquilizam quando se estabelecem expectativas de ação/reação por parte de um e do outro” (Guirado, 2009, p. 176). Há um reconhecimento de legitimidade de se falar a partir de um determinado lugar e não de qualquer outro, lugar este produtor de sentido (Guirado, 2009).

A subjetividade, conforme já exposto no Capítulo 2, constitui-se no conjunto de relações institucionais. O sujeito só pode se dizer psíquico porque institucional (Guirado, 2007). No entanto, ao contrário de Foucault – para quem há uma sobredeterminação da subjetividade que pulveriza o sujeito – , Guirado (2009) entende que isso não exclui a

singularidade psíquica (sendo esta entendida como organizações particulares de uma história de relações e de vínculos). A autora desenvolveu, conforme mencionado no Capítulo 2, o conceito-dobradiça de sujeito, uma ideia de sujeito que permite “dar movimento à inserção institucional e à singularidade” (Guirado, 1997).

O discurso é entendido com um jogo do fazer, do representar-se, do falar-se e, no falar, colocar em relação lugares, sentidos, poder, subjetividade (Guirado, 1997, 2009). O discurso dá palavras para que o sujeito se diga sujeito onde e como quer que assim se reconheça (Guirado, 2005). Se a instituição legitima lugares, coloca os indivíduos como atores em cena, o discurso coloca em relação dois lugares (possibilitando que se legitimem – repetição confirmadora, ou que se subvertam). Por exemplo, quando se faz uma entrevista para fins científicos, como as realizadas para esta pesquisa, está-se falando a um entrevistado que, por sua vez, fala ao entrevistador-pesquisador nesse contexto/cenário (o da entrevista), assim definido, preestabelecido, instituído (instituído porque a instituição científica estipula regras para validar estas entrevistas). Não se pode atribuir sentido a estas falas sem apreender o cenário constitutivo dos discursos (há diferença entre uma entrevista científica e uma conversa de corredor). O discurso, colocando em relação estes lugares instituídos, o de entrevistador/pesquisador e de entrevistado, pode confirmar expectativas (por exemplo, o entrevistador faz as perguntas, o entrevistado responde) ou subvertê-las (quando o entrevistado se coloca na posição daquele que pergunta).

O discurso é considerado tanto como o dispositivo que define as regras de enunciação (dispositivo ato porque pressupõe um lugar na enunciação), conforme leitura de Guirado das obras de Foucault; quanto como o modo de enunciar, a cena enunciativa que posiciona personagens, distribui lugares e expectativas, de acordo com a leitura da autora das obras de Maingueneau (Guirado, 2009). O discurso é controlado por procedimentos de exclusão, separação, classificação falso/verdadeiro; pelos procedimentos de sua produção e de sua circulação; controlado em sua dimensão de casualidade, de acontecimento, portanto, as autorias não seriam citações livres e desenraizadas (Guirado, 2009).

Ademais, há que se considerar que o discurso não é algo homogêneo. Ele “divide, opõe, superpõe, metadiscursiva, multiplica sentidos numa mesma palavra” (Guirado, 1997). O

¹¹ Guirado (2009) salienta que a estratégia de pensamento se denomina de análise com o propósito de se diferenciar da interpretação. O fator de distinção entre os referidos termos seria a consideração do contexto, como condição de enunciação, para a produção do sentido, utilizado nas análises, mas não nas interpretações.

que é dito tem mais de um sentido e, até, sentidos opostos. Assim, vários podem ser os aspectos privilegiados ao se analisar discursos, pois, como adverte Nogueira (2006):

a interpretação realizada pode ser considerada apenas uma interpretação possível entre outras igualmente prováveis, mas nem por isso inválida. Outros leitores poderão não considerar importante a análise efetuada, os discursos identificados, assim como os efeitos discursivos explicitados. Nessa perspectiva, o que parece ser importante não é se os discursos identificados são *verdadeiros* ou não, se refletem algo de estável que existe nas pessoas, mas apenas uma compreensão possível do que pode implicar a utilização desses discursos por esse conjunto de mulheres entrevistadas (neste nosso caso particular). Para o construcionismo social, o autor de qualquer “peça de texto” é irrelevante, já que o que esse texto representa é apenas uma manifestação de discursos existentes e não se pretende “localizar dentro” dos sujeitos para procurar as suas origens (Nogueira, 2006, p. 64).

Embora a autora refira-se ao construcionismo social, seu comentário aplica-se, igualmente, às pesquisas referenciadas na análise institucional do discurso proposta por Guirado (2006). Ambas têm como ponto de partida a concepção foucaultiana de formação discursiva, segundo a qual a autoria de um discurso não deve ser buscada no falante e sim, nas condições de produção de seu dizer; isto é, nos discursos instituídos numa dada época e configuração social. Nessa perspectiva, entende-se que as falas dos sujeitos entrevistados são produzidas na interlocução com esses discursos; todavia, como postula Guirado (2006), mesmo nesse assujeitamento às pautas sociais instituídas, há que se considerar a possibilidade de singularidade: o modo particular com que o falante organiza o seu dizer. Nesse sentido, diferentemente do que parece propor a leitura construcionista, a análise aqui empreendida pressupõe a possibilidade de reconstrução pessoal – e não, mera “manifestação” - dos “discursos existentes”.

4.2 Do recorte desta pesquisa: o Poder Judiciário Federal

Os participantes desta pesquisa são integrantes do Poder Judiciário Federal. As carreiras dos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário da União são regidas, atualmente, pela Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 (Brasil, 2006). São definidas três carreiras: a de Analista, a de Técnico e a de Auxiliar Judiciário. Os requisitos de escolaridade para ingresso no cargo são, respectivamente, ensino superior, ensino médio e ensino fundamental.

Os cargos efetivos destas carreiras são divididos em classes e padrões. Para ascender de um padrão a outro, basta o decurso do tempo e avaliação de desempenho satisfatória: a cada ano o servidor sobe um degrau da carreira, que é dividida em quinze padrões. Para ascender de uma classe a outra é necessária a participação em curso de aperfeiçoamento. Existem três classes, denominadas de “A”, “B” e “C”. Em ambas as hipóteses, progressão nos padrões e nas classes, são feitas avaliações de desempenho formais.

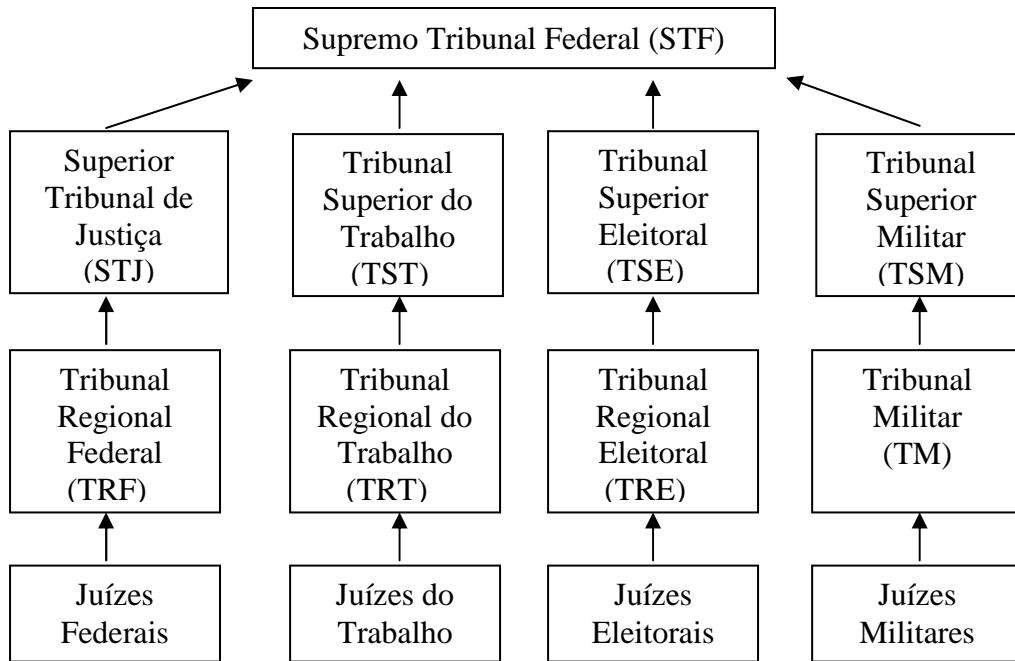
Embora a lei distinga as atribuições dos cargos de Analista, Técnico e Auxiliar Judiciários, na prática não há distinção de tarefas entre Analistas e Técnicos, havendo inclusive, a exemplo do que ocorreu na Receita Federal, movimentos para a criação de uma carreira única. Muitos órgãos não possuem Auxiliares Judiciários, responsáveis pela copa e limpeza, funções estas que foram terceirizadas.

Outro dado relevante é que a grande maioria dos cargos de Técnico Judiciário (e em alguns órgãos, a totalidade) é ocupada por servidores com nível superior, muitos com especialização, mestrado e doutorado. A própria lei, reconhecendo esta realidade, instituiu a todos os servidores, independente de serem analistas ou técnicos, adicionais de qualificação para aqueles que possuem especialização, mestrado e doutorado, respectivamente no valor de 7,5%, 10% e 12,5% sobre o vencimento básico. Não há adicional para técnicos que são graduados. Esta hipótese estava inicialmente prevista no Projeto de Lei e foi vetada pelo Presidente da República diante do grande impacto financeiro que implicaria, haja vista a constatação da quase totalidade de cargos de Técnico Judiciário sendo ocupados por servidores com nível superior. Também não há distinção entre os cargos de Técnico e Analista no momento de ocupar cargos e funções comissionados que envolvem maior complexidade de trabalho (chefias e gerências). A única distinção que permanece é a salarial.

Os salários base variam de, aproximadamente, R\$ 4.000,00 a R\$ 6.500,00 para Técnicos Judiciários; de R\$ 6.500,00 a R\$ 10.500,00 para Analistas Judiciários. Nestes valores não estão incluídos os benefícios, como Auxílio Alimentação, Auxílio Saúde, Auxílio Creche, tampouco os adicionais de qualificação e cargos e funções comissionados.

A jornada de trabalho pode ter duração diária de sete horas ininterruptas ou de oito horas, com intervalo para o almoço. Cada órgão, dentro destes parâmetros, define seu horário de funcionamento.

O organograma do Poder Judiciário da União pode ser assim desenhado:



As funções do Poder Judiciário podem ser divididas entre funções típicas e atípicas (Moraes, 2003). A função típica é a denominada função jurisdicional, que consiste em julgar, aplicar a lei ao caso concreto. No entanto, assim como os demais Poderes do Estado, o Poder Judiciário possui outras funções, as atípicas, de natureza administrativa (como concessão de férias, pagamento de salários, provimento de cargos) e legislativa (como a edição de regulamentos, regimentos internos, resoluções). Todos os entrevistados realizam funções administrativas.

Os servidores públicos civis da União, incluídos os do Poder Judiciário, são regidos por lei específica, a Lei nº 8.112/90 (Brasil, 1990), e não pela Consolidação de Leis de Trabalho (CLT). São, portanto, denominados de servidores estatutários. O ingresso em cargo efetivo se dá necessariamente por meio de concurso público e a estabilidade (garantia de permanência) no cargo é assegurada após três anos de exercício. Decorrido este prazo, somente haverá perda do cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo-disciplinar em que seja assegurada a ampla defesa (Di Pietro, 2001).

4.3 Participantes e procedimentos de investigação

O critério de seleção dos sujeitos foi: serem jovens entre 22 e 30 anos, com formação superior em qualquer área, que tivessem ingressado em cargo efetivo¹² no serviço público federal há menos de cinco anos. Observe-se, como já referido anteriormente, que pesquisa realizada por Albrecht e Krawulski (2009), indica que a maioria dos que buscam ingressar no serviço público são jovens adultos em início de carreira profissional, a maioria solteiros (62%) e de faixa etária entre 23 e 30 anos (64,4%). Os potenciais sujeitos foram identificados por meio de uma ferramenta de busca no Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos de uma instituição pública federal, utilizando-se os critérios acima mencionados.

Seguiu-se o mesmo procedimento para todos os participantes. Inicialmente, por meio de contato telefônico, foram convidados a participar da pesquisa. Ao indagarem sobre os objetivos desta, foi-lhes informado que se tratava de investigação sobre a inserção profissional de jovens graduados. Em aceitando participar – todos os indivíduos contatados aceitaram participar –, foi-lhes encaminhado, via e-mail, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que pudessem tomar ciência e ratificar a participação. Após, foram marcadas as entrevistas, todas realizadas no local de trabalho dos participantes em local adequado para preservar o sigilo. No momento da entrevista os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) foram assinados.

As entrevistas foram gravadas, com o consentimento por escrito dos participantes, e depois transcritas o mais fielmente possível. Cabe observar que os nomes atribuídos aos participantes são fictícios, com vistas a preservar sua identidade.

Foram realizadas, entre agosto e novembro de 2009, 7 (sete) entrevistas com servidores públicos do Poder Judiciário da União – três homens e quatro mulheres –, cujos cargos específicos eram os de Analista Judiciário (n = 4) e Técnico Judiciário (n = 3). Dos entrevistados, somente 2 (dois) são casados. Quatro são formados em Direito, um em Educação Física, um em Odontologia e um em Pedagogia. Cinco se formaram em instituições públicas e dois em instituições privadas. A idade média dos entrevistados é de 27 anos, sendo que o mais novo tinha, na época da entrevista, 24 anos e o mais velho 30 anos. A duração média das entrevistas foi de 45 minutos. Dois entrevistados concluíram o curso em 2003,

¹² A partir da Constituição de 1988, todos os cargos de provimento efetivo devem ser ocupados mediante aprovação em concurso público.

quatro em 2004; e um em 2007. Cinco dos sujeitos pesquisados ingressaram no serviço público em 2007 e dois em 2009.

4.4 Instrumento

Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado especialmente elaborado para esta pesquisa (Apêndice B). Este roteiro consistiu em um formulário com dados pessoais (nome, idade, estado civil, formação, universidade na qual se formou, ano de conclusão de curso e de ingresso no serviço público, trabalhos anteriores) e mais catorze perguntas norteadoras.

4.5 Análise dos dados

A análise dos dados busca evidenciar as principais recorrências (regularidades discursivas) nos discursos dos entrevistados e, ao mesmo tempo, algumas singularidades. O procedimento básico consiste em escrever um texto no qual constem tais regularidades, bem como aquilo que marca a diferença (Guirado, 2009). Seguindo os procedimentos propostos pela análise institucional do discurso (Guirado, 2006; Guirado & Lerner, 2007) cada entrevista é analisada separadamente com o objetivo de evidenciar as repetições, rupturas no dizer, contradições, descontinuidades, etc., atentando-se, sobretudo, aos modos de dizer, aos verbos, sujeitos e adjetivos usados; à posição do sujeito do enunciado; aos múltiplos sentidos; às naturalizações instituídas, ampliando as possibilidades de reconstrução daquilo que é dito (Guirado, 2009). Na sequência, as diversas entrevistas e suas análises são confrontadas para recortar os principais eixos discursivos em torno dos quais os participantes organizam suas falas. Em seguida, agrupam-se os extratos discursivos organizados em torno de cada um desses eixos, de maneira a evidenciar novas recorrências e nestas, o modo singular com que cada entrevistado enuncia sua fala. Por fim, tais análises e discursos são relacionados à literatura pesquisada sobre o tema.

É importante salientar que vários poderiam ter sido os extratos discursivos selecionados. No entanto, optou-se por eleger um recorte, o qual, no caso, focou a atenção nos extratos que melhor ilustravam os principais eixos discursivos em torno dos quais as falas se organizaram. Não se pretende nesta pesquisa realizar uma análise psicológica dos

entrevistados, tampouco revelar a verdade destes sujeitos, mas trabalhar as falas em entrevista e os sentidos possíveis, sempre lembrando que o resultado não diz somente daquele sujeito, mas também representa o discurso das instituições em jogo. Portanto, embora os sentidos encontrados não possam ser generalizados para todos os jovens graduados, eles apontam o atravessamento de outros discursos, ampliando as possibilidades de discussão e reflexão sobre os temas em estudo.

5. OS DISCURSOS EM ANÁLISE: SENTIDOS DA INSERÇÃO NA CARREIRA PÚBLICA

Na análise dos discursos dos entrevistados a respeito de sua inserção na carreira pública, pôde-se verificar que suas falas se organizaram por meio dos seguintes eixos discursivos:

(1) inserção decorrente de uma identificação com o trabalho de servidor público / perfil / vocação: atribuição de sentido à inserção na carreira pública como decorrente de um gosto pessoal, apreendido, na maioria das vezes, durante os estágios da graduação, associado a atributos individuais, entendidos como perfil ou vocação, anteriores ao ingresso no serviço público e imaginados como adequados a essa carreira;

(2) inserção decorrente de sugestão de amigos ou parentes: referência ao ingresso no setor público não como uma escolha, mas sim como uma eventualidade, associada a influência de amigos;

(3) inserção como garantia de remuneração: reconhecimento do salário como fator importante na decisão pela carreira pública;

(4) inserção como garantia de estabilidade: relacionar a escolha pelo serviço público com a ideia de estabilidade. Estabilidade que, no discurso dos entrevistados, assumiu sentidos diversos, inclusive na fala de um mesmo entrevistado.

5.1 Identificação com o trabalho de servidor público / perfil / vocação

Foi frequente no discurso dos entrevistados a atribuição de sentido a suas escolhas pela carreira pública como algo decorrente de um gosto pessoal, associado a um determinado perfil ou vocação, imaginados como sendo adequados ao serviço público.

E quando você decidiu fazer concurso? (pesquisadora)

Deixa eu ver... Na faculdade por causa dos estágios. Eu estagiei no [nome do local de trabalho] e eu gostei bastante, tinha bastante afinidade com as matérias (...). Eu gostava bastante. Eu achava bem bacana (Clarice).

Bom, assim, eu sou uma pessoa que já eu desde a faculdade percebi que não tenho vocação para a iniciativa privada (Cecília).

(...) na iniciativa privada me parece que você precisa de uma, que eles chamam de pró-atividade, aquela coisa que eu sinceramente não sei se eu tenho, eu sou uma pessoa muito mais calma, mais tranquila, nunca tive esse tipo de cobrança, mas não sei se me daria bem, assim, sabe (Cecília).

E como eu fiz o estágio no serviço público, né, eu percebi realmente que era aquilo que eu queria, que a atividade era compatível com o meu jeito de ser. (...) Mas foi ali no estágio [nome da instituição] que eu tive certeza que eu queria seguir o serviço público (Cora).

Clarice, Cecília e Cora mencionam a escolha pelo serviço público como algo decorrente de suas experiências na Universidade. Clarice, ao ser perguntada sobre o momento em que decidiu prestar concurso público, menciona que foi por causa dos estágios que fez durante a graduação. A mesma referência é encontrada no discurso de Cora que, embora reconheça a influência de seu pai na sua escolha pela carreira pública (vide item 5.2 – Sugestão de amigos ou parentes), explicita que foi durante seu estágio que percebeu a compatibilidade entre o serviço público e seu “jeito de ser”. Cecília frisa que desde a faculdade percebeu uma não vocação para a iniciativa privada (vocação – por exclusão, portanto – para o serviço público). Ao não se reconhecer – talvez por não se sentir capaz – como alguém que corre, que vai atrás, que é pró-ativo, mas sim como alguém mais tranquilo, que gosta de atender, conclui não ter “vocação” para a iniciativa privada e, por exclusão, pois, ter o perfil para ser servidor público. O serviço público acaba representando um lugar para aqueles que não se enquadram, como Clarice, Cecília e Cora, nos novos modos de subjetivação contemporâneos: o sujeito empreendedor, multifuncional, desapegado, sempre em busca de mudanças.

Eu gostava mais por causa das matérias. Mas aí tem os benefícios da estabilidade. (...) Também tem que ter um perfil, né. (...) Aí o pessoal fala do serviço público: aí eles são mais acomodados. Não... É uma opção, né? (Clarice)

(...) servidor público... Na verdade eu acho difícil definir, acho difícil definir porque tem que ter o perfil também (Clarice)

Sim, com certeza [pretendo ficar no serviço público até me aposentar]. (...) minha vocação é isso, não tem como fugir muito. É o que eu gosto de fazer, assim, nasci para servir ao estado brasileiro! De alguma forma, então, isso é uma coisa certa. Não teria outra carreira se não fosse o serviço público para mim. Até os setentinha eu vou estar lá, eu continuo no serviço público (Cecília).

É, características pessoais mesmo. A pessoa que advoga, na minha opinião, né, quem advoga é uma pessoa que tem mais, é, desenvoltura, é aquela pessoa mais, pessoa mais corajosa também, né, a pessoa mais destemida, assim, que vai, que vai atrás. No serviço público eu já imaginaria como uma pessoa que, mais, mais que tá procurando mesmo mais a tranquilidade, mais a... Eu vejo assim como a tranquilidade, mais a estabilidade, aquela pessoa que não tem tanto aquele espírito desafiador, de ir atrás, de correr, de fazer acontecer. Não sei se eu me expliquei direito... Eu me enquadro mais nesse outro perfil (Cora).

Este gostar e ter afinidade com o serviço público acaba sendo relacionado à ideia da existência de um atributo pessoal – perfil, vocação, jeito – anterior à escolha pelo serviço público. Tão anterior que foi mencionado no discurso de Cecília como algo inato – “*nasci para servir ao estado brasileiro*” – naturalização da ideia de vocação como algo que já nasce com o indivíduo e que, após identificado na prática profissional, oferece uma certeza, uma garantia, a estabilidade (e continuidade) de um modo de ser. Estes atributos pessoais são relacionados à estagnação, ao acomodar-se a uma estrutura já definida, à tranquilidade, a um não posicionar-se, não correr atrás. Os discursos dos entrevistados trazem a imagem do serviço público como passividade. As falas com frequência se organizam contrapondo a iniciativa privada ao serviço público.

(...) o advogado tem que ser totalmente diferente. Se ele for um perfil muito parado, muito estagnado, ele vai sofrer. Então é um perfil. O advogado vai ter que chegar, ter que se posicionar, ter uma posição clara, ter um discurso, defender bem a causa. É diferente. Eu acho que são perfis, não é negativo, é diferente (Clarice).

(...) sabe, eu sou mais tranquila, eu gosto de atender, assim, sabe, não aquela, aquele perfil do advogado, que corre, vai atrás. Eu prefiro, né, mais esse aspecto do serviço público, assim, de realmente prestação de serviços mesmo (Cecília).

Bem, eu vejo que a gente tá aqui atendendo à população, né, porque é o trabalho fim do [nome do local de trabalho] é o público, é um serviço público... (Cora).

Falei, é serviço público, advogar não vai ser comigo (...), não queria ficar correndo pra cima e pra baixo (Cora).

Há, pois, uma supervalorização de determinados atributos pessoais (ser tranquilo, adaptável, estagnado, etc.) como desejáveis para um servidor público. Uma pressuposição de que, se o servidor público é aquele que não corre atrás, que está ali em uma postura passiva de atender ao público, então quem tem que correr atrás é o cliente!

Servidor público tem que se adaptar à estrutura que já está feita. Não pode o servidor público querer ser um ator de revoluções... Entende? Então, isso depende de um perfil (Clarice).

Desvantagem [de ser servidor público] eu acho assim que os profissionais mais qualificados deveriam ser melhor aproveitados. As qualificações pessoais deveriam ser observadas. Seja no trabalho em si seja na progressão de carreira isso tinha que ser observado. A gente vê, assim, ah, tem um adicional de qualificação pra você fazer uma pós, tá, tudo bem, eu tenho três, eu sou igual a quem tem uma pós? Não. Eu não sou igual, né, mas eles tratam da mesma forma. Eu acho que isso não tinha que ser assim. Não precisava ser um absurdo, mas tinha que ser um diferencial. Ah, isso leva a um comodismo. Fiz um mestrado, pra que que eu vou fazer um doutorado, a diferença não é tão grande (Clarice).

É responsabilidade do sujeito se enquadrar ou não à estrutura, à instituição (muitas vezes personificada nos discursos, referida como “eles”, adjetivada). Ao se atribuir um determinado perfil ao servidor público anterior ao seu ingresso na carreira, há um desconhecimento do quanto a instituição serviço público, pela ação de seus sujeitos – nos quais se incluem os próprios entrevistados –, é produtora deste perfil, desse comodismo, dessa estagnação, dessa falta de dinamismo, quando, por exemplo, trata de forma isonômica os desiguais. Um desconhecimento do quanto a instituição é formada também por estes sujeitos e que há outras possibilidades de relação. Para os servidores públicos, aqueles que não podem se posicionar, a quem falta dinamismo, que não correm atrás, que sequer podem “ter” um discurso próprio, sobraria o aprisionamento ao discurso institucional, a reprodução daquilo que já está dado e que pela ação desses atores institucionais se repete, uma acomodação àquilo que já existe e que parece ser algo naturalizado (sempre foi assim) e exterior aos indivíduos (“eles”).

Clarice, por exemplo, parece jogar para a instituição (“eles”) a responsabilidade de colocá-la em movimento (por que fazer algo se “eles” não reconhecem?), abdicando de sua condição de autoria, de sujeito de escolhas (o mesmo eixo presente no seu discurso sobre a formação). Talvez por isso ela precise constantemente afirmar-se em seu discurso como alguém que escolhe, como se precisasse convencer a si mesma de que pode não ser “engolida” pelas instituições que reproduz e com as quais repete um modo de posicionar-se.

(...) Tem aquela questão também, na iniciativa privada você é seu chefe. Aqui você não é seu chefe, tem que acatar as ordens concordando ou não concordando. Exceto, né, se elas forem ilegais, ou forem absurdamente... se forem absurdas. Mas se não você tem que acatar. Você é funcionário (Clarice).

Se a pessoa não tem esse perfil, não queira entrar no serviço público. Talvez sofra muito. Sofra muito porque ela vai ver que talvez as suas qualidades não vão ser reconhecidas. Ela vai ser muito podada. As pessoas no serviço público, a grande maioria, não aceitam inovações. Querem... Por que você vai fazer assim? Porque sempre foi assim. Mas desse jeito não é melhor? Não, não sei, também não quero saber. Tem que ser feito assim. Você ouve muito isso aqui. Então acho que tem que ter um perfil (Clarice).

Também desconhece que pode haver outras possibilidades que não seja se enquadrar sem questionar – a não ser que o absurdo se apresente, a única forma que reconhece como possibilidade de o sujeito de escolhas aparecer – ou sofrer (por não ter as qualidades reconhecidas, por ser podado, por não poder inovar, por ter que se submeter a ordens praticamente sem questionar). No discurso de Clarice, não há meio termo.

Meu perfil, é. Eu nunca fiz uma entrevista de emprego, então: qual é o meu perfil? Assim mais, uma pessoa prestativa assim, sabe, comprometida com o serviço (Cecília).

(...) tem muito servidor que não faz nada, empurra serviço pros outros, sabe, então isso ainda existe bastante. Como a pessoa não tem aquela cobrança, né, então acaba tornando muito acomodado, enfim. Isso continua sendo um ponto negativo (Cecília).

(...) E no serviço público não é responsabilidade apenas uma responsabilidade apenas por você, ou por poucos, né, é uma coisa tem um envolvimento maior da sociedade, você lida com pessoas que esperam de você um trabalho adequado, né. Por isso também vale a pena (Cecília).

Cecília, embora se coloque em seu discurso como uma pessoa prestativa, comprometida com o serviço, também aponta em sua fala a expectativa de que a instituição seja responsável por colocar seus servidores (cujo perfil, anterior, é a acomodação, a estagnação) em movimento. Como a instituição não cobra, as pessoas se acomodam ainda mais (um reconhecimento de que a instituição é também produtora desse comodismo; um desconhecimento de que a instituição não é impessoal, ou seja, de que ela também é a “instituição”). Parece criar uma saída para esta falta de cobrança da instituição ao definir o servidor público como aquele que tem uma cobrança da sociedade, uma responsabilidade social, como aquele que lida “*com pessoas que esperam de você um trabalho adequado*”. Se a instituição perpetua a acomodação, a estagnação, o apelo social do trabalho parece colocá-la em movimento.

As pessoas que entram no serviço público hoje tem um perfil diferente, né. Então elas trazem experiências. Fazem elas terem ideias diferentes e processos diferentes. Mas às vezes você não tem aquele reconhecimento, de que isso, de que você está fazendo diferente. Porque as pessoas estão engessadas naquele... O que que acontece? Eu penso assim, se você está num lugar que você vai ficar muito preso nisso, você vai acabar entrando no mesmo esquema, né. Você vai achar que fazer o suficiente é o que você deve fazer, não mais que isso, né. E sendo que fora não. Fora pelo menos você tem aquele negócio: se eu fizer algo de diferente eu vou ter um reconhecimento por causa disso (Manuel).

(...) mas daí você vê assim que às vezes as pessoas não têm o perfil para o que elas estão fazendo aqui no serviço público, né, eles acabam entrando de paraquedas realmente, né. E daí você vê que às vezes tá totalmente errado o perfil, né, esse é o maior problema. Quem tá de fora, que já tem uma certa experiência como empresário, consegue enxergar melhor, às vezes, eu acho. Quem está muito fixo naquele ambiente por muito tempo acha que aquele é o melhor jeito. Quem tem visão de outras áreas consegue enxergar coisas que os outros não enxergam (Manuel).

Hoje eu tenho a imagem assim de que o servidor público é uma pessoa que ao longo do tempo se torna acomodada. Porque, como eu disse pra você, por causa da estrutura, a falta de reconhecimento faz com que ele é, se a pessoa não tiver uma atividade fora eu acho que ele entra naquele, nessa gaiola psicológica, né, e depois pra sair é complicado. Porque daí se torna um, né, uma rotina (Manuel).

Manuel rompe com o discurso de que o perfil do servidor público é a acomodação: embora também reconheça a existência de um perfil anterior ao ingresso no serviço público, reconhece que a instituição é produtora desse comodismo. Atribui esta estagnação à falta de reconhecimento do trabalho realizado (também mencionada por Clarice) e ao fato de as pessoas ingressarem no serviço público – assim como ele o fez – não por gosto pessoal ou afinidade com a carreira técnica/profissional, mas sim por conveniência ou casualidade (“*entrar de paraquedas*”). Estar fora da instituição – mesmo que paralelamente, conciliando outro trabalho ao de servidor público – permite um não enquadramento a esta visão, resistência ao aprisionamento institucional (“*gaiola psicológica*”), dá movimento, possibilita uma melhor compreensão da realidade. Há um pressuposto implícito: o serviço público entendido como uma realidade a parte, com pessoas presas a procedimentos e rotinas que as cegam do mundo que as cerca (como se pôde vislumbrar também nos discursos de Vinícius e Lygia, vide item 5.3 - Remuneração). É preciso estar fora para poder permanecer dentro.

Eu não acho que seja por amor à pátria e querer servir o cidadão [referindo-se ao que leva as pessoas a escolher o serviço público] (Lygia).

Talvez alguém entre por gostar mesmo (...) mas eu entrei por isso [estabilidade e boa remuneração] (Lygia).

Lygia, em oposição aos discursos de Clarice e Cecília, menciona, com ironia, o apelo social do trabalho como servidor público e a possibilidade de identificação pessoal com a carreira pública, reconhecendo que sua escolha não se deu devido a um gosto pessoal, uma identificação com o trabalho ou vocação. No entanto, partilha com as entrevistadas a ideia de que a instituição para a qual trabalha (seja na iniciativa privada ou pública), é quem deve colocá-la em movimento.

Daí lá [na iniciativa privada] eu tive, por causa do trabalho, eu tive que desenvolver outras habilidades, tive que aprender uma outra língua, tive que aprender espanhol porque o mercado era latino-americano. Tinha que atender telefone, mandar e-mail. E é um outro nível assim de exigência. Interno assim. (...) ninguém fica falando que você tem que fazer, mas você sente pela própria atividade, pela cobrança da atividade, né (Lygia).

Mas parece [depois que entrou no serviço público], meio que assim, parece mas e agora? Qual que vai ser o desafio agora? Que aqui no [nome do local de trabalho] eu não me sinto muito desafiada. Pra assim ir atrás de conhecimentos novos que eu vá aplicar (Lygia).

(...) não tenho grandes futuros, planos. Porque eu já trabalhei bastante, já pulei bastante de emprego, financeiramente pra mim já tá bom assim, tem que ser feliz com aquilo que a gente recebe, né (Lygia).

Há, no discurso de Lygia, assim como no de Manuel, um reconhecimento de que a instituição pública é produtora desse comodismo, em oposição à iniciativa privada, que desafia, coloca em movimento. Comodismo que, ao contrário dos demais entrevistados, é por Lygia desejado e esperado. Parece não se importar em ser vista dessa forma: como alguém que, em troca de uma boa remuneração, optou efetivamente pela acomodação, pela estagnação, por “ser feliz com aquilo que a gente recebe”.

5.2 Sugestão de amigos ou parentes

Foi um concurso que uma amiga me convidou pra fazer. Uma amiga minha falou: vamos fazer, é matéria (...) que a gente tava fazendo (...) na faculdade... Daí a gente estava estudando...(Clarice).

O pessoal falou, não, você é louca, o primeiro concurso e marcar para [nome da cidade], tinha que marcar no interior, né? Eu falei, bom, mas eu não sabia... Calouro, né, eu não sabia, marquei, fiz e passei (Clarice).

É, na verdade, eu não escolhi. (...) na época que eu fiz o concurso foi mais uma maré, um acaso. Até porque na época que eu fiz eu estava recém me formando e estava ainda escolhendo o que eu ia seguir ou não. Até por isso eu fiz pós para saber se eu gostava ou não gostava mesmo. Porque é complicado, na faculdade você vê de tudo, mas na verdade aprofunda pouco (Clarice).

Clarice, mesmo se colocando em seu discurso como uma pessoa que escolhe em função daquilo que gosta, explicita que na época em que fez o concurso para seu trabalho atual ela não escolheu. É como se sua condição de recém-formada a colocasse – sem a sua participação – na posição de alguém que ainda não está preparado para escolher e, portanto, ter autonomia em suas decisões. Uma postergação da autoria de sua própria vida (e, por que não, da entrada no mundo adulto), que parece ser somente adquirida no momento em que pode aprofundar aquilo que de si mesma ficou estagnado na superficialidade dos conteúdos da universidade, que “aprofunda pouco”. Menciona que foi incentivada por uma amiga a fazer concurso. Afora as matérias que cairiam na prova, Clarice não tinha mais informações sobre a instituição ou cargo para o qual pretendia ingressar.

(...) eu não fiz [concurso público] (...) pensando vou fazer porque eu quero entrar. Eu fiz o concurso porque eu vi um monte de gente fazendo, né, e daí falaram, ah, não, vamos fazer, pra ver o que acontece e daí eu entrei na onda e daí acabei passando. Não pensei, assim, foi, digamos, caiu de paraquedas. Não foi um ideário meu (Manuel).

Foi por acaso. Não foi... eu não quis, não foi selecionado (Manuel).

Mas eu não pensava em trabalhar no serviço público. De forma alguma. Eu pensei sempre em ficar no serviço privado. Foi um plano B, não era minha ideia inicial (Manuel).

Vou tentar conciliar sempre o público e o privado, né? (Manuel).

Manuel ressalta que acabou fazendo concurso por acaso, tendo sido estimulado por seus colegas. Não era o seu projeto de vida, mas acabou se tornando um conveniente “plano B”, uma vez que possibilitou que ele conciliasse suas atividades como profissional de saúde em início de carreira na iniciativa privada (em um mercado, mencionado por ele, como fechado e competitivo), o avanço de seus estudos de pós-graduação e uma remuneração fixa. Ele caiu de paraquedas no serviço público para amenizar a queda no precipício do mercado privado e quem sabe assim poder construir uma ponte entre o desejo de fazer o que gosta

(suas atividades como profissional de saúde) e a necessidade de independência financeira e sustento.

Quando eu entrei na faculdade, né, meu pai já meio que começou a “Ah, se eu fosse você eu faria concurso público”. Então, foi uma influência muito da minha família, dos meus pais, né, e eu comecei, né, falei, ah, por que não fazer concurso público? (Cora)

(...) pai, vou fazer direito, aí eu lembro como se fosse hoje que ele falou: filha, mas é uma profissão tão antiga. É uma coisa assim, né, eu acho que foi por isso que eu optei, em um primeiro momento, pela ciência da computação. Sabe, porque era uma coisa mais moderna, e tal. Mas aí depois eu falei, não pai, fica quieto aí, deixa eu... No começo ele foi o primeiro... Até hoje eu comento com ele e ele não lembra disso, ele fala que ele não lembra. Aí depois estudando, aí ele falou, não, realmente, porque aí ele mesmo achou e começou a pesquisar e ver como que seria. Porque na época dele ele falou que não faria direito de jeito nenhum (Cora).

Somente Cora mencionou a influência da família como um dos motivos de sua escolha pelo serviço público. Influência esta, aliás, também mencionada na escolha de sua carreira: uma primeira opção pela ciência da computação, profissão entendida e valorizada por ser moderna, em contraposição ao direito, considerado “antigo” e, portanto, inadequado. Essa associação entre antigo e inadequado se repete em seu discurso, quando, por exemplo, relata a vivência de desemprego do pai que, ao ser considerado antigo na organização em que trabalhava, tornou-se inadequado e foi mandado embora. A influência do pai é sentida pela entrevistada como um desejo de proteção, o pai não querendo que ela passe por “aquilo” (que parece tão difícil de ser nomeado) de novo.

(...) como eu queria, né, sempre fazer concurso, falei, bem, então vou fazer estágio em órgão público pra ver se realmente é isso que eu quero, né (Cora).

Entretanto, legitima-se em seu discurso como alguém que escolhe: a influência (e o desejo) do pai, expresso no “eu queria sempre fazer concurso”, é o ponto de partida de suas escolhas profissionais, mas não a palavra final, como ela demonstra ao ter procurado estágios no serviço público para confirmar se era isso “realmente” o que ela queria, contrapondo-se ao “sempre” quis.

5.3 Remuneração

(...) atualmente a remuneração [do serviço público] também é uma remuneração bastante boa comparada a muito o que se oferece no, na iniciativa privada, né (Cecília).

Bom, eu vim, honestamente falando, pelo salário e pela estabilidade (Lygia).

E claro o salário. Também ninguém vai sair de ganhar 10.000 pra ganhar 3.000 só por causa da estabilidade (Lygia).

Mas eles [referindo-se a seus colegas profissionais da saúde que largaram a profissão para serem funcionários públicos] não atendem, largaram completamente, né. Eu acho que por causa do salário (Manuel).

Tô nessa área porque ela é bem remunerada, o servidor público ultimamente está sendo bem valorizado (Carlos).

E naquela época o concurso não chamava tanto a atenção das pessoas, porque tinha o emprego privado, a iniciativa privada pagava muito melhor, muito melhor. (...) Aí hoje inverteu (Cora).

A remuneração foi mencionada como um importante critério para a escolha pelo serviço público.

Já no segundo ano da faculdade eu senti que o mercado de trabalho já era muito fechado, na área de Educação Física. Tinha bastante possibilidade de trabalhar, mas o salário sempre do professor, ele é muito mal remunerado, né? Então eu já pensei realmente em fazer o concurso público (Carlos).

Ele [o trabalho como servidor público] é um porto seguro que eu tenho (Carlos).

(...) eu poderia ter algo que me desse segurança e posteriormente trabalhar com o que eu gosto (Carlos).

Sendo bem sincero é a estabilidade financeira que me mantém aqui (Carlos).

Esse é um dinheiro que você sempre vai ter na conta no fim do mês. Dando certo ou dando errado. Por mais que eu resolva partir para a área privada, mas eu me mantendo no serviço público eu sei que sempre no fim do mês eu vou ter condições de arcar com os meus compromissos. E por que não levar até a aposentadoria se é um trabalho como esse [nome do local de trabalho] que não é estressante, o ambiente é bom. É perfeitamente conciliável (Carlos).

Carlos viu no serviço público uma possibilidade de ser bem remunerado. Para tanto, abriu mão de fazer o que gosta, pelo menos momentaneamente, como faz questão de frisar em seu discurso. “Um dia eu posso vir a ter minha academia e certamente aquilo vai me dar muito mais prazer do que preencher formulário. Sem dúvida”. O serviço público é visto como um porto seguro, cujas águas calmas e tranquilas possibilitam um adiamento (ou até a abdicação) do fazer o que se gosta. Apresenta-se como uma pessoa resignada, conformada com o fato de que escolheu uma profissão que não possibilita o retorno financeiro por ele almejado. Salienta em seu discurso, em vários momentos, que, se está ciente de que o trabalho como servidor público não o satisfaz, consegue permanecer – afora as questões salariais – porque o ambiente de trabalho é bom, “*a turma é boa*”. Ou seja, enquanto as águas permanecerem calmas, estagnadas, e ele sentir-se parte de um grupo, ele não precisa se mover, basta vislumbrar ao longe o farol de um projeto de futuro a se realizar, mas que é constantemente postergado, um eterno vir a ser que parece que não se concretizará.

Aí eu fui nomeada mas não assumi, porque lá era pra escrevente, técnico judiciário, aí como eu já tava formada e tal, o salário já não era muito atrativo, aí eu optei por casar, e não assumi. (...) Então eu não assumi nesta oportunidade porque o salário não compensava (Cora).

(...) aqui mesmo eu venho trabalhar porque eu tenho aquela obrigação, porque é uma coisa que vai me trazer de certa forma o meu sustento, então o lado financeiro também me traz prazer (Cora).

Pra você se sentir útil, né, você faz uma faculdade, você quer, né, mostrar o seu conhecimento (Cora).

Cora deixa claro que a remuneração é fator decisivo na escolha pela carreira pública. O fato de ser formada a coloca na condição (na verdade, quase na obrigação) de recusar uma oferta de trabalho de nível médio cujo salário não era atrativo e optar por não trabalhar (e casar). Entre receber um salário não condizente com sua formação – não podendo “mostrar seu conhecimento” e se sentir valorizada – e ficar sem trabalho, escolhe não trabalhar. Ter feito faculdade a posiciona como alguém que pode escolher. Traz o pressuposto que aqueles que não têm nível superior têm que se submeter.

A aposentadoria da minha mãe é muito pouquinho, isso contou bastante, havia uma cobrança, minha madrinha sempre deu uma cobradinha, assim, sabe, que estagiário você ganha ali pra pegar o ônibus. De certo modo isso foi estímulo para fazer o concurso (Cecília).

(...) eu tentei [o concurso público], lógico, pra passar, pra ter um emprego durante a faculdade, mesmo. Ter um dinheiro e já ir adquirindo experiência. Concurso pro judiciário mesmo que eu já ia mexendo com direito. Não um concurso assim que ia extrapolar a área, já dentro da área, unir o útil ao agradável. Um “estágio” que não é estágio, melhor remunerado (Cecília).

Cecília, ao atribuir inicialmente sua escolha como vocação, pareceu desconhecer o que ela mesma afirma ao final de sua entrevista, meio sem querer, quando estava relatando uma experiência de sofrimento no trabalho: o fato de ela ter prestado concurso público porque havia uma cobrança da família para ela ajudar financeiramente, já que os proventos da mãe eram insuficientes para o sustento da casa. Sua condição social falando mais alto no momento da escolha. Embora a remuneração tenha sido um importante critério para sua escolha, em diversos momentos no decorrer de sua fala ela nega esta importância, por exemplo, quando afirma: “*Realmente não é só pela remuneração (...) porque tem muita gente que estuda só pela remuneração e vai acabar se decepcionado, né*” ou salienta que sua escolha se deu “*(...) não por uma questão assim salarial, alguma coisa assim, mas é mais pelo meu perfil mesmo, assim, sabe que eu acho que é mais bem voltado para o serviço público”.*

(...) [o trabalho] é um hábito assim que me faz falta. É por isso que eu vou me aposentar bem velhinha, porque na hora de ficar sem trabalho vai ser bem difícil. (...) É porque te dá um pouco de sentido na vida, você se sente útil, né, você tem uma responsabilidade, né. E no serviço público não é responsabilidade apenas uma responsabilidade apenas por você, ou por poucos, né, é uma coisa tem um envolvimento maior da sociedade, você lida com pessoas que esperam de você um trabalho adequado, né. Por isso também vale a pena (Cecília.)

O trabalho que eu almejo tem um impacto social interessante (...) de certo modo você é um agente que dá uma parcelinha de contribuição pra transformar alguma coisa na sociedade, né. (...) você tem aquele contato direto seja com (...) com pessoas que estão naquela situação mais complicada, é uma parte bem humana. Eu gosto disso, é uma forma de poder ajudar. Através do trabalho poder trazer uma contribuição maior. Isso eu acho bem interessante (Cecília).

Cecília reconhece o trabalho como eixo central em sua vida: é ele que organiza, que dá sentido, que faz com que sinta útil, parte de uma sociedade. É no trabalho que ela se vê vista pelo outro. O discurso de Cecília traz uma imagem de serviço público como compromisso com o social, como algo que se direciona, de fato, a um público, como possibilidade de contato, de pertencimento (inclusão) a uma realidade maior – oposição aos discursos de Lygia e Vinícius, como se verá nos trechos abaixo. O público adquire valorização pelo maior número de pessoas atingidas. Parece reconhecer o trabalho, especialmente como servidora

pública, como única forma de participar efetivamente da sociedade. Talvez por associar o trabalho como servidor público a esse envolvimento social, a finalidades mais nobres, é que tenha certo pudor em afirmar e reconhecer para si mesma que a remuneração foi determinante em sua decisão pela carreira pública, como se uma escolha pautada também pela questão salarial diminuísse seu valor enquanto pessoa, o valor de seu trabalho.

Quem não quer ganhar bem, ter um nível de exigência e de estresse menor? (Lygia)

(...) a imagem, talvez cultural, social que a gente recebe e convive é de que o servidor público trabalha pouco e ganha bem. (...) O ritmo é diferente. (...) Mas a visão é que, como eu posso dizer, é que o salário não é compatível com o nível de exigência. (...) Mas objetivamente falando eu acho que, se você comparar com o mercado normal, com o resto do mundo, na minha opinião é fora da realidade (Lygia).

Lygia associa sua escolha pelo serviço público à alta remuneração e baixo nível de exigência, em comparação à iniciativa privada. Um reconhecimento do serviço público como um trabalho de menor valor, de menor importância. Um desconhecimento de que há outras formas e possibilidades de se relacionar com o trabalho. Embora em vários momentos seu discurso tente negar a imagem do senso comum do servidor público como alguém “*que trabalha pouco e ganha bem*”, ela constantemente afirma ser esta uma das vantagens (e motivações) para sua escolha. Traz, portanto, naturalizada em seu discurso esta imagem de serviço público. Para ela, ser servidor público é como viver “*fora da realidade*”.

Tanto que às vezes na mídia e até em planos de governo mostraram que quando você está em tempos de crise se corre para os servidores públicos que é um setor que continua movimentando a economia, que não são diretamente afetados por isso (Vinícius).

A mesma referência é encontrada no discurso de Vinícius, quando afirma que os servidores públicos não são afetados por mudanças e crises globais, que fazem parte de uma realidade paralela. Curioso quando se pensa que o adjetivo público refere-se justamente ao oposto disso, a algo que é relativo ou pertencente a uma coletividade. Estes discursos parecem trazer (e instituir) a imagem do burocrata, aquele que segue mecanicamente as normas impostas, que, ao contrário de se aproximar da coletividade, acaba dela se afastando, criando uma realidade à parte.

5.4 Estabilidade

Como já era esperado, uma vez que são várias as pesquisas que relatam a estabilidade como um importante fator na busca pelo serviço público (Albrecht & Krawulski, 2009; Barreto, Nunes, Veiga & Vilas-Boas, 2007; Côrtez e Silva, 2006, entre outros), a estabilidade também esteve presente no discurso dos entrevistados.

Daí depois eu escolhi sair da iniciativa privada pra vir pra pública. Mas daí eu acho que foi por causa do horário e da estabilidade (Clarice).

Eu acredito que, além dessa questão da vocação, que eu acho que nem todo mundo tem, né, mas no meu caso eu acho que sim, [o que leva as pessoas a fazer concurso público é] principalmente por questão da estabilidade... (Cecília).

Eu acho que a maioria leva pela estabilidade, mais que o salário, a estabilidade (Lygia).

Vou ficar no serviço público (...) por causa da estabilidade (Manuel).

Isso, de estabilidade de emprego também. É por isso que eu estou e acredito que grande parte das pessoas esteja por isso também (Carlos).

(...) é claro a estabilidade, né?(...) Foi esse na verdade o ponto decisivo pra eu optar pela carreira pública (Cora).

(...) eu sempre busquei mais a iniciativa pública por causa da estabilidade (Cora).

Mas, como se pode observar pelas entrevistas analisadas, o conceito de estabilidade não possui um sentido unívoco, ou seja, adquire diversos sentidos, inclusive na fala de um mesmo entrevistado. A estabilidade é entendida ora como possibilidade de ter família e filhos; ora como uma forma de fazer “outras coisas”, como dedicar-se ao lazer/consumo de bens ou a outra atividade profissional. Também é sentida como uma possibilidade de planejar o futuro e realizar ações em longo prazo (como continuidade, previsibilidade). É temida como possibilidade de estagnação, acomodação, falta de movimento; e, ao mesmo tempo, desejada como segurança e sensação de liberdade (de ter o controle de si mesmo e, portanto, depender só de si). É valorizada como uma conquista individual, uma vitória pessoal. É igualmente entendida como uma forma de escapar do desemprego ou das condições precárias do mercado de trabalho. Parece ser sempre uma forma de garantir uma estabilidade emocional.

5.4.1 Estabilidade como possibilidade de ser/fazer “outras coisas”

E a estabilidade, você acha importante por quê? (pesquisadora)

É bom, não se fala que a sociedade hoje é machista, mas ainda é um pouco. Não se fala que é, mas é um pouco. As mulheres, a gente pensa em família, em ter filhos, pra isso a estabilidade é importante. (Clarice)

Eu imagino [daqui a dez anos] que eu vou estar aqui no [nome do local de trabalho] ainda, não sei se na mesma seção, mas aqui. Já vou estar estável. E vou ser mamãe, eu acho. Uma mãe e uma servidora pública. Que aqui tem as vantagens do horário e tal (Lygia).

Sei lá, o plano mais imediato seria profissional, mas acho que como a maioria das mulheres almejam trabalho, um dia ter filhos assim. Até penso em ter filhos assim, sabe, mas não como uma prioridade agora (Cecília).

A estabilidade é vista, por exemplo, como **possibilidade (ou facilitador) do exercício da condição feminina**, do reconhecer-se como mulher, como alguém que pensa em ter família e filhos, como mencionam Clarice, Lygia e Cecília. No entanto, o pensar na estabilidade **como forma de ter família e filhos** não foi exclusividade dos discursos femininos.

Principalmente acho que mulher consegue ter filho, né, porque um profissional liberal se é dentista e vai ter um filho, o período que ela vai ficar ela não vai receber. Então, né, digamos essas características do mercado profissional hoje complicado fazem com que você pense tenho que ter alguma coisa fixa pra poder seguir outros planos (Manuel).

Cada ano que passa a tua capacidade de trabalho reduz um pouco, você ganha experiência, você já não se dispõe a fazer certas jornadas a partir do momento que você tenha família. (...) É normal, é natural, você já não se dispõe, seja por questões físicas, biológicas, ou mesmo porque você passa a ter família, filhos, você já não pode se dispor dessa forma e de repente você passa a ser descartável pras corporações, coisa que no serviço público não acontece, você tem essa estabilidade (Vinícius).

Manuel vê a estabilidade como uma âncora que permite se fixar para poder seguir outros planos, como ter filhos. Enfatiza o serviço público como local ideal para exercício da feminilidade, entendida também, assim como para Clarice, Lygia e Cecília, como sinônimo de maternidade. Vinícius traz o pressuposto de que família e trabalho são objetivos quase incompatíveis, que são compatibilizados pela estabilidade. Se, para Clarice, formar uma família significa uma forma de exercer sua feminilidade; para Vinícius, ter uma família é ter a capacidade de trabalho reduzida, por vontade própria. Ser estável é ter uma autorização para

não se dedicar 100% ao trabalho e, portanto, não precisar contar com sua “capacidade plena” para esse fim, podendo direcioná-la para outras coisas, outros interesses, como formar uma família.

Daqui a uns dez anos? Eu espero que eu esteja financeiramente mais estabilizado, não sei ainda se eu quero ter família, não sei se eu tenho vontade de ter filhos tão cedo assim. Porque é muito difícil você assumir uma casa, né? Hoje eu respondo por mim, né? Se eu tiver que responder por outros pra mim vai ficar, vai ser uma responsabilidade grande, pelo menos pro momento (Carlos).

Carlos, assim como Cecília, sente que ainda é cedo para planejar ter filhos e família. No entanto, ao contrário de Cecília, que parece pressupor em seu discurso uma expectativa social de que as mulheres devem almejar um dia ter filhos e afirma isso não como um desejo seu, mas como algo que naturalmente deve acontecer, Carlos expressa um certo temor a esse projeto. Não quer se sentir responsável por ninguém além dele mesmo. É como se já estivesse difícil cuidar de si e de seus próprios projetos. Para Carlos, a estabilidade não garante seu desejo de ter família e filhos, diferentemente dos demais entrevistados. No entanto, compartilha com os demais a ideia de que a estabilidade dá “*respaldo*” para que se possa fazer outras coisas: “*Isso quer dizer talvez um, como um hobby, algo pra me realizar profissionalmente além daqui. Algo extra*”. Note-se que há um pressuposto implícito de que a realização profissional é um algo a mais (um hobby), quase um luxo, não acessível a todos. O trabalho não é reconhecido, pois, como forma de realização, mas sim e tão somente como fonte de renda.

Porque ele possibilita, o trabalho possibilita que você tenha atividades extras, né, e além disso ainda te dá subsídio pra você conseguir desenvolver outras coisas (Manuel).

Essa ideia de estabilidade como **possibilidade de fazer “outras coisas”** presente no discurso de Vinícius, Manuel, Carlos e também no de Clarice, quando afirma que a estabilidade é uma forma de “*não deixar o trabalho como a coisa mais importante. (...) Para mim [o que é mais importante], a família, eu, os amigos. Eu vivo do trabalho, eu não vivo para o trabalho*”, parece assinalar certa resistência aos discursos atuais do “viver para o trabalho”. Essa resistência não significa, necessariamente, que o trabalho deixe de ser fonte de satisfação, realização e reconhecimento de si. É o que afirma Clarice: “*Hum, trabalho pra mim é satisfação pessoal, trabalho para mim é realização profissional, eu gosto do que eu*

faço, se eu não gosto eu tento mudar, se eu não consigo, eu brigo por isso. Pra mim é isso. Trabalho pra mim é um sonho realizado”.

O trabalho, em geral, representa uma fonte de renda. Depois disso? (...) Não sei, a questão de que representa a realização.. (...). Esse trabalho pra mim representa o meu sustento financeiro. Eu não sei o futuro, mas por enquanto não é uma realização pessoal. (...) E hoje significa isso, a oportunidade de eu poder financeiramente estar melhor pra realizar vontades particulares. Fora do trabalho (Lygia).

No entanto, a estabilidade como possibilidade de se dedicar a outras coisas também assinala, conforme apontam as falas de Lygia e Carlos ao reconhecerem o trabalho como servidor público unicamente como fonte de renda, o risco de não identificação com o trabalho. Um desconhecimento do trabalho como área fundamental do viver humano, como possibilidade de dar sentido à vida, de realização. Como afirmam alguns autores (Baudrillard, 2007; Bauman, 2001), o consumo, representando aquilo que está fora do trabalho, assume o papel de realizador: não mais importa o que se faz, mas sim o que se tem ou que se aparenta ter, o que se pode comprar com os rendimentos do trabalho. O trabalho acaba esvaziado de sentido, sendo um meio para outros fins, o consumo.

Que logo depois que eu saí da faculdade pra recém-formado é complicado o mercado, né. Daí eu tava só com consultório particular, eu não tinha passado ainda pro concurso da Prefeitura, daí eu pensei, não, vou fazer um concurso que daí eu trabalho um período lá e outro período no consultório né (Manuel).

Então eu acho que é importante o serviço público pra me dar uma base, digamos, uma renda fixa, né, uma segurança, para que eu possa seguir. Assim como todos os outros profissionais eu vejo que, lá do mestrado mesmo, né, e do doutorado também, tem vários que tem atividades paralelas, assim, tem um lá que é advogado e é dentista (Manuel).

Que hoje em dia, digamos assim, é um mercado muito competitivo. Então alguns profissionais perdem ética pela competição. Então aí você acaba, se você quiser se manter, é, com ética, fazendo um procedimento correto e tal, você acaba não ficando competitivo porque o preço, hoje em dia as pessoas procuram mais preço, né, e os que não tem ética conseguem fazer um preço, né. Sucateiam a profissão e daí cada vez mais vão sucateando a profissão. Médico que está começando a acontecer isso também. Então daí começa a sucatear os valores e daí se você não entra num serviço público, você fica decepcionado, né, frustrado. E daí essa frustração faz com que muita gente pense assim: eu gosto, mas pelo menos eu vou ter, digamos, um fixo pra eu conseguir bancar o que eu quero fazer (Manuel).

Então eu pensei que eu precisava ter realmente um respaldo e que a iniciativa privada hoje, como empregado, não está dando isso para o profissional. Pra ser autônomo precisa ter dinheiro, precisa ter um nome, vai tempo. E, se você quiser

fazer toda a tua formação profissional ali, mestrado, doutorado, são muitos anos. E sem ter uma profissão pra te dar um respaldo é realmente bem difícil de fazer isso (Carlos).

O fazer “**outras coisas**” também viabiliza, como para Manuel e Carlos, a realização de outros projetos profissionais. Se a carreira como servidor público não é algo desejado pela tarefa em si (assim como para Lygia, o trabalho como servidor público não é visto como realização, mas sim como fonte de renda), é escolhida e vivida como uma possibilidade de garantir, seja pela renda fixa, seja pela segurança da estabilidade, dos horários definidos, o fazer “o que se gosta” fora do serviço público, principalmente no início da vida profissional. Permite que se planeje o futuro a longo prazo, que se possa organizar uma carreira (no sentido percurso organizado), note-se, não dentro da instituição pública, mas sim fora. Como afirma Manuel, o serviço público acaba sendo utilizado como “*trampolim pra uma coisa melhor*” e não como um projeto de vida. Ou seja, a carreira pública é vista como um suporte, um respaldo, um amparo para poder realizar-se no mercado privado, instável, inseguro, “sem ética”, “complicado” para os recém-formados. O serviço público como uma escora na qual é possível agarrar-se para não cair nas incertezas e inseguranças da contemporaneidade, para poder manter os valores éticos em um mercado competitivo. Um mediador entre o desejo (de se fazer o que gosta) e a realidade (ter condições financeiras e, por que não, emocionais de enfrentar um mercado de trabalho competitivo, instável, incerto).

5.4.2 Estabilidade como possibilidade de planejar o futuro

Mas objetivamente falando [escolhi o serviço público], pelo salário e pela estabilidade, que são coisas que me permitem planejar o meu futuro melhor, coisas que eu quero fazer (Lygia).

Essa questão da segurança, de você saber quais são as suas perspectivas (...) (Vinícius).

Eu acho que seria a questão do medo, de eu estar programando a minha vida e de repente tudo se desprogramar. Né? Hoje eu posso, ah, vou comprar uma casa, vou fazer um parcelamento em trinta meses. Se eu estivesse na iniciativa privada eu já não faria isso. Sabe, porque daqui eu não saberia como iria ficar. (...) porque aí você não teria aquela certeza do futuro (Cora).

A estabilidade também foi referida nos discursos dos entrevistados como possibilidade de **planejar o futuro**; como uma forma de interromper o fluido, de escapar da insegurança,

das incertezas e da fugacidade contemporâneas; enfim, uma forma de orientar a ação em longo prazo.

Mas eu acho que o mais do serviço público é a estabilidade, de você poder contar que daqui a tanto tempo, sei lá, você vai comprar uma casa, um bem, você vai ter um filho, você não vai, tem esse risco de perder o emprego e de ficar, o que que eu vou fazer. Poder planejar a vida mais de um longo pra médio/longo prazo sem perda. (Lygia)

Então, você adquire o bem antes, né, e vai pagando, porque você sabe que está tranquilo. Você usufrui, lógico, porque, se você, imagina, eu quero comprar sei lá o que eu vou juntar o dinheiro por dez anos. Em dez anos você passa aquela ansiedade pra ter a coisa e dez anos você deixa de usufruir enquanto aqui você adquire e já está usufruindo, desde o primeiro momento você já está usufruindo. Então é uma qualidade de vida, é uma questão qualidade de vida mesmo (Cora).

Eu acho importante eu estar fazendo o que eu me sinto capacitado, receber por isso e conseguir usufruir, digamos assim, o salário que eu tenho para ter uma qualidade de vida boa (Vinícius).

A possibilidade de visualizar ações em longo prazo é representada, por exemplo, pela compra de bens que, devido à estabilidade, podem ser consumidos imediatamente, usufruídos, não precisando haver um adiamento da satisfação (não haveria “perda”). Portanto, observa-se nessas supostas ações em longo prazo (o poder planejar o futuro em termos de aquisição de bens) o atravessamento do discurso da sociedade de curto prazo: não haveria sacrifícios, mas sim satisfação imediata. Qualidade de vida na sociedade contemporânea seria isso: não postergação, não adiamento, satisfação imediata no consumo. A maioria dos entrevistados desconhece que estão abdicando a satisfação no e pelo trabalho para poder se satisfazer imediatamente no consumo (exceção presente no discurso de Lygia, que reconhece essa abdicção; e nos discursos de Cecília e Manuel, como se verá abaixo). A satisfação no trabalho aparece nos discursos muitas vezes como se fosse um algo a mais (“extra”), um privilégio para poucos ou um vir a ser que os entrevistados – como Carlos, Clarice, Cora e Vinícius – não parecem fazer questão de concretizar, mas fazem questão de mencionar, para que não sejam vistos como pessoas “acomodadas”. Exemplo a fala de Cora: “*Eu gosto daqui, mas por eu (...) ser formada em Direito, tal, tenho outras possibilidades, mas não é uma coisa que eu hoje, aí, eu fique pensando muito*”.

Mas de uma forma geral ele consegue ter uma carreira mais, maior visibilidade, e ele consegue ter um plano de carreira que ele consegue prever o que ele vai fazer (Manuel).

E como você se imagina daqui a alguns anos, daqui a uns dez anos?(pesquisadora)

Daqui uns dez anos. Se Deus quiser eu me imagino no meu gabinetezinho lá bem feliz e contente, trabalhando com o que eu gosto, assim, área trabalhista que eu gosto bastante, seja como Juíza, seja como Procuradora do Trabalho, pra mim isso é meio indiferente, né, mas desde que eu consiga levar uma boa carreira, ali, né, assim, dar continuidade, assim (Cecília).

Mas a ação em longo prazo é também representada pela possibilidade de poder traçar objetivos profissionais, de poder organizar uma carreira, de adiar sim (e não abdicar) a satisfação no e pelo trabalho atual em prol de um objetivo profissional futuro. Como já mencionado, é o que Manuel faz ao conciliar suas atividades como profissional liberal, estudante de pós-graduação e servidor público, sendo que esta última, no momento, viabiliza as demais. É o que faz Cecília quando menciona que seu projeto de futuro é atingir seu objetivo final, já anunciado (dado) na formação, ser Juíza ou Procuradora. Quer ter uma boa carreira. Para ser boa, a carreira deve possibilitar uma continuidade: daquilo que começou na formação, como uma promessa, e que se concretiza; do eu que, por meio de um continuum, pode se sentir uma unidade; da estabilidade que não necessariamente representa estagnação (como seu discurso muitas vezes faz crer), mas que pode significar uma possibilidade de movimento, de prosseguimento, de projeto de futuro. Esses objetivos profissionais de longo prazo podem, pois, representar continuidade (como para Cecília cujo projeto de futuro é continuar sendo servidora pública) ou uma ruptura (como para Manuel cuja pretensão é seguir outra carreira).

5.4.3 Estabilidade como enquadramento: estagnação e movimento

Servidor público a vantagem é você ter horário. Via de regra você tem horário tanto de entrada quanto de saída. É, tem a estabilidade financeira. É, você tem segurança (...)(Clarice).

Você tem uma jornada definida, você tem atribuições definidas, e na iniciativa privada não. Depende, conforme muda o cenário você tem que se adaptar, estar correndo atrás e via de regra abrindo mão de coisas que você adquiriu para manter a remuneração, manter seu cargo dentro da empresa. A qualidade de vida é bem diferente (Vinícius).

(...) Seriam os principais incentivos, a estabilidade, né, porque aí você tem aquela segurança, tem pessoas que conseguem trabalhar bem com essa oscilação, né, assim, um mês ganha cem, um mês ganha mil e tá tudo bem. Outras já são, gostam

das coisas mais certinhas, né. Como não tá fácil para ninguém acho que isso é levado bastante em consideração, né (Cecília).

(...) ter um horário de trabalho, a segurança de ter uma remuneração, ser estável, a segurança em todos os sentidos, em sentido financeiro, nesse sentido, realmente eu não consigo desenvolver melhor que isso (Vinícius).

Então a segurança financeira do serviço público e a estabilidade, né, que você sabe que aconteça o que acontecer você vai receber, não vai depender do mercado, né. Então acho que isso é o mais atrativo do serviço público (Manuel).

É a estabilidade. É aquela questão de você vir trabalhar e você saber que se você fizer tudo certinho, lógico que não pode pisar na bola ali, né, se fizer tudo certinho, você tá com o emprego garantido, pra vida toda, com um salário bom, o pagamento cai ali, certinho, o décimo terceiro cai ali, no dia, né, que é a coisa que na iniciativa privada às vezes não tem. Às vezes o empregado tem que sair correndo atrás do chefe pra receber (Cora).

A estabilidade, ao permitir uma série de definições – de jornada de trabalho, de atribuições, de remuneração, de planejamento do futuro -, estabelece **limites e possibilidades** ao trabalho e ao não-trabalho. Ou seja, não é o sujeito que tem que estabelecer estes limites, eles já estão dados pela instituição, basta se enquadrar (fazer tudo certo). Este enquadramento é, ao mesmo tempo, desejado e temido. Desejado como possibilidade de **segurança**, de definições, de estabelecimento de projetos de longo prazo, de sensação de **liberdade** de contar só consigo mesmo (“*se você fizer tudo certinho, você tá com o emprego garantido*”) e não ter que depender das oscilações mercado e não precisar “correr atrás” ou ter que fazer renúncias; temido como possibilidade de **acomodação**, estagnação, falta de movimento. Exceção presente no discurso de Lygia, que não teme a acomodação, ao contrário, a deseja: “[*Daqui a dez anos*] *ah, eu gostaria de estar que nem tá hoje, porque hoje tá tranquilo, mas assim, eu espero ter filhos, espero já ter feito alguma viagem, ter conhecido mais alguns lugares. Mas tranquila. Espero, imagino que eu vou estar trabalhando aqui*”.

Como menciona Cecília, a estabilidade é para aqueles que “*são, que gostam das coisas certinhas*”. Ao colocar em seu discurso uma dicotomia entre certo (aquilo que é previsível) e errado (o inesperado, a oscilação), parece trazer um pressuposto de que o serviço público é a terra da lei (do correto), do previsível, do esperado. A oscilação é para aqueles que não temem a incerteza, como ela teme; como Vinícius teme:

Eu acho que hoje é esta questão, volto a falar, que é o que me levou a decidir, que é a questão da segurança. Pois hoje você observa, mais do que nunca mesmo, ah, globalmente a questão de crise, né? O que está estabelecido hoje, amanhã pode já

não ser mais. Talvez as pessoas tenham dificuldade, medo de lidar com isso e preferiram buscar a estabilidade do setor público. Que é o que eu faço efetivamente (Vinícius).

Clarice resume a imagem da estabilidade como limitação ao afirmar:

Mas é o que a gente comenta aqui do servidor público. No serviço público você fecha duas portas: a da pobreza e da riqueza e aí você fica na estabilidade! (Clarice).

Traz, pois, a imagem de servidor público como alguém “encurralado” entre duas portas, “enquadrado” e, portanto, impossibilitado de movimentar-se, estagnado. Imagem esta que apresentou na sua fala sobre a Universidade e a superficialidade que aprisiona (vide item 5.2 – Sugestão de amigos ou parentes) e que torna a dizer constantemente em seu discurso.

Essa imagem da estabilidade e do serviço público como falta de movimento, estagnação se repetiu com frequência no discurso dos entrevistados:

Não tem aquele motorzinho atrás. É meio estanque, né. É isso, temos um roteiro, é daqui pra lá de lá pra cá, não há muita exceção. É assim que eu vejo, pelo menos por enquanto. Mas tá bom, pagando as minhas contas. É bom porque o salário é muito bom. Lá onde eu tava eu nunca ia ganhar esse salário em menos de sei lá quantos anos. Apesar de a exigência ser maior, o salário era metade do que eu ganho aqui, pra minha área. Aqui todo mundo é meio travado por uma certa hierarquia (Lygia).

Ah, falta dinâmica. De você conseguir implementar novas ideias, novas formas de fazer as coisas, que eu acho que é um mal necessário, o serviço público é engessado e assim tem que ser, e eu vejo nesse sentido (Vinícius).

Eu acho que os profissionais que entram na área pública eles conseguem, digamos assim, é, fica muito preso a procedimentos sempre iguais, né, que é um pouco engessado (Manuel).

O perfil da pessoa [do servidor público], ela tem que ser, não digo, deixa eu pensar...

*(...) e daí a gente pensa, eu penso dessa forma, não sei se você concorda (...)
(Manuel)*

As falas trazem às vezes um conformismo (*é meio estanque, mas tá bom*); às vezes naturalização de um estado das coisas, como se sempre tivesse sido assim e assim deveria ser (*é engessado e assim tem que ser*). Um desconhecimento de que os entrevistados são também responsáveis por esta estagnação; que são eles, por meio de suas ações, que fazem a

instituição, que a reproduzem e legitimam. Muitos discursos trazem um cuidado na forma de dizer – *eu acho, digamos assim, é um pouco, deixa eu pensar* –, na relação de enunciação, cuidado esse que pareceu trazer um pressuposto de julgamento pela interlocutora, que também é servidora pública (o discurso nunca é neutro, coloca em cena um jogo de expectativas – Guirado, 1997, 2005, 2006, 2009). Ademais, todo cuidado é pouco a se considerar que quando se está falando de servidor público, está-se falando de si mesmo. As falas também, com frequência, solicitam a confirmação da interlocutora (*né?, não é?*) ou a incluem (você), novamente demonstrando que quando se fala, se fala para alguém, em um determinado contexto. Ou seja, fala-se a partir de determinado lugar e não de qualquer outro. As confirmações e inclusões pareceram tranquilizar os entrevistados com o pressuposto de que estavam falando para alguém que supostamente conhecia e entendia a realidade deles. Algumas falas soaram como verdadeiros desabafos.

E eu vejo que as pessoas têm, eu tinha esse medo de me acomodar, de entrar pra esse ritmo. Fico feliz em ver que não (Vinícius).

*(...) peraí, eu acho que eu sou uma pessoa muito comunicativa, muito dinâmica (...)
(Cora)*

(...) percebo essa necessidade de estar sempre me adaptando, buscando novas alternativas e não se acomodando (Vinícius).

Então eu acho que o servidor público deve sempre fazer curso, essas coisas, é um servidor assim (Manuel).

Embora os discursos tragam esta imagem de estagnação, cabe-se ressaltar, no entanto, que a maioria dos entrevistados não quer ser reconhecida dessa forma. Querem, ao contrário, ser vistos como pessoas em movimento. Novamente um atravessamento do discurso da sociedade de curto prazo que apregoa que não se movimentar é sinal de fracasso, de morrer em vida (Sennett, 2007)

Ao falarem de seus projetos de futuro, a ideia de movimento (e a recusa de serem vistos como pessoas acomodadas) fica clara.

Tem aquela propaganda na televisão, né, daqui a uns dez anos (risos). Lembrei dela... Daqui uns dez anos ... eu quero... passar em um concurso melhor... ou da Magistratura ou do Ministério Público. Pra isso eu tenho que voltar a estudar. Quando eu estava advogando eu estudei muito. Fiz o concurso e entrei aqui. E hoje eu parei. Tem que voltar e a gente coloca outros empecilhos. A gente fica procrastinando, né? Ah não, hoje tem que fazer isso, fazer aquilo, tem que

organizar isso, arrumar minha casa. Né, agora eu vou casar, tem que organizar isso e aquilo. A gente fica procrastinando, né, mas isso é meu objetivo mais próximo. (Clarice)

Fiz outros concursos. [menciona diversas instituições para as quais prestou concurso] (...). Não fui por causa, porque sinceramente por causa do salário. (...) Daí eu fiz para [nome da instituição]. Eu to na lista, não passei em primeiro, passei, meu nome tá lá. (Clarice)

Clarice, por exemplo, quando indagada sobre o futuro, menciona que seu projeto é passar em um concurso melhor. Mostra-se angustiada por não estar seguindo esse projeto, por estar “procrastinando”. Mesmo estando em um momento de muitas mudanças, preparando-se para casar, organizando sua casa, trabalhando, sente que parou. Assim como ela se sente “encurralada”, “acomodada”, “parada” em seu trabalho como servidora pública. Parece que ela só se sente em movimento quando está em busca por “passar em um concurso melhor”: fazer concursos permite que ela dê movimento a sua vida e se posicione como um sujeito de escolhas. Por isso menciona não somente este projeto de futuro de fazer um concurso melhor, mas também que já fez diversos concursos, mesmo sabendo que não eram tão bons assim. Mas o fazer concurso (e dar movimento) e ter o nome na lista representam uma possibilidade de reconhecimento de seu valor e de vida.

(...) Eu estou sempre em busca de novas situações, novas experiências, novas bagagens assim. Eu não costumo fixar raízes em alguma coisa, em me apegar efetivamente àquilo. Eu sempre tive necessidade de conhecer novos lugares, novas coisas. Eu não sei efetivamente aonde eu me vejo mas sei que eu não me vejo dentro do órgão que eu estou hoje. Mas por uma tendência pessoal e não profissional mesmo. Eu acho assim, eu tenho um projeto, eu pretendo estudar para a Magistratura Federal. Mas mesmo imaginando que eu consiga chegar nesse cargo, efetivamente vai ser difícil eu buscar outra, mas dentro desse órgão eu vou estar sempre buscando novas qualificações, nesse sentido, nem que seja a progressão dentro da própria carreira. Não me vejo como uma pessoa que vai assumir uma comarca e que vai ficar ali até se aposentar. Se for o caso, por exemplo, de eu alcançar este objetivo (Vinícius).

[indagado se voltaria para a iniciativa privada] Hoje minha resposta seria não. Mas eventualmente minha resposta mudaria (Vinícius)

O discurso de Vinícius traz a imagem, instituída no e pelos discursos da contemporaneidade, do indivíduo contemporâneo, “cronicamente desacomodado”, como afirma Bauman (2001). Quer ser visto como alguém sempre em busca de novas satisfações, de um novo ponto de chegada, alguém que não fixa raízes nem em uma imagem de si mesmo, embora frise em seu discurso, diversas vezes, o quanto teme a incerteza, a insegurança, as

mudanças. O serviço público, em seu discurso, paradoxalmente é representado como um lugar para os novos modos de subjetivação contemporâneos. Ou seja, a “desacomodação” – vista como uma tendência pessoal, como um perfil – sendo viabilizada justamente pela segurança da estabilidade. Para que ele não se acomode e possa se ver e ser visto como alguém em movimento, a situação deve estar acomodada, sob controle, previsível. Como em um jogo de xadrez: as peças se movimentam, mas não tabuleiro. A estabilidade dá a ele o controle sobre sua própria vida, o coloca como um sujeito de escolhas, em busca de algo (projetar-se), em movimento.

Porque tem gente que é assim. Ah, eu quero ser técnico, passa pra técnico; agora eu quero ser analista, passa pra analista; aí entra como analista, fica um mês feliz e aí já quer fazer concurso para a carreira. Tem muita gente que pensa assim (Cora).

Estar em movimento significa buscar outros concursos – como menciona Cora e também Clarice, Vinícius e Cecília – ou, no caso de Vinícius, ao atingir o objetivo final, o concurso objeto de consumo, não se reconhecer na imagem comum do servidor público como alguém estagnado, que não se qualifica. É interessante observar que a busca por este objetivo final não está pautada na possibilidade de realização pessoal/profissional, mas é vista simplesmente como uma ascensão na carreira, a possibilidade de galgar um degrau que dê mais prestígio e dinheiro, que permita “*usufruir, digamos assim, o salário que eu tenho para ter uma qualidade de vida boa*”. O fazer, a atividade em si não importa, sendo apenas um meio para outros fins. Aponta um desconhecimento do trabalho como fonte criadora, como possibilidade de satisfação em si. Há um deslocamento dessa satisfação para o consumo, inclusive o consumo de um trabalho dos sonhos, no qual não haveria renúncias. A iniciativa privada é apresentada, em oposição, como uma série de renúncias: de bens materiais, de possibilidade de ter família, de saúde.

5.4.4 Estabilidade como conquista, distinção: da provação ao sucesso

A maioria dos entrevistados menciona que, se a iniciativa privada é apontada como desvantajosa, composta por uma série de renúncias e dificuldades, sair dela é quase uma provação, uma maratona que exige muitos sacrifícios.

São renúncias de vida pessoal, renúncias de, tem que ter um ano, dois anos para cargos de médio escalão no serviço público de dedicação quase exclusiva pra estudo. Você vai renunciar muitas vezes ao namoro, a eventos de, churrascos, festas, bailes, casamentos, viagens, focando exclusivamente pra concurso. E algumas vezes você, de repente, acaba renunciando a trabalho, pessoas que fazem um pé de meia, só pra conseguir largar tudo e só estudar, você vai ter que renunciar a alguma outra carreira. Necessariamente hoje o ingresso no serviço público é quase sempre acompanhado de renúncias. Mas a maiorias das vezes é no lado pessoal, no sentido de vida social (Vinícius).

Me foquei em estudar pro concurso público. Era isso, então, eu não desviei. (...) e é uma realização de um sonho quando entra (Cora).

Esse é um eixo comum encontrado nos discursos de Lygia, Vinícius, Carlos e Cora: a ideia de que, para ser servidor público, muitas renúncias prévias são exigidas, como longas horas de estudo, poucas horas de lazer, abdicação da vida pessoal. Seus discursos muitas vezes passam a impressão de que a vida se suspende neste período anterior ao ingresso no serviço público. O serviço público acaba sendo visto como um objeto a ser consumido. E, como todo objeto de consumo, depois de consumido, perde seu valor. Como exemplifica a fala de Cora: “Mas depois que você entra aqui você dá uma tranquilizada. Foi muita dedicação, agora tenho que dar uma descansadinha”. “Descansadinha” até que ela recomece a estudar para outro concurso – projeto de futuro dela, de Vinícius, Cecília, Clarice – e, portanto, substitua o objeto de consumo por outro.

Eu acho que ele é um servidor normal, tem que ter as suas qualificações pra entrar. O fato de ele ter passado num concurso público diferencia no sentido de que a pessoa é, foi melhor do que outras, numa prova objetiva (...) objetivamente é um concurso aberto a todo mundo e qualquer pessoa pode ser servidor público. (...) A lisura do processo é preservada, então a pessoa tá lá por mérito. Ela não tá lá: ah, é um vagabundo qualquer que entrou e não faz nada e tá lá. É uma pessoa, um profissional que teve que se submeter a determinados testes pra poder estar lá. Se tá lá é porque mereceu (Lygia).

Ele [o trabalho como servidor público] representa a minha segurança financeira, ele representa uma conquista minha. (...) É, por ter passado no concurso. Na parte de ter estudado uma matéria que não é uma matéria que eu entendo. Pelo fato de eu não conhecer o assunto, eu provavelmente tive que estudar mais do que as pessoas (Carlos).

(...) concurso tá muito concorrido. Muito concorrido, muitas pessoas em busca desse sonho do concurso público e tá cada vez mais acirrado. Todos os concursos que eu fiz as minhas notas sempre foram relativamente muito boas, só que não era o suficiente. A nota tinha que ser excelente, assim. (...) e até essa questão de ser difícil ingressar no serviço público, a população, de certa forma, também fica sabendo disso. Então eles, ops, a pessoa precisa se dedicar muito para estar lá dentro. Não é qualquer pessoa que está lá dentro, né? (...) A pessoa tem que lutar, tem que batalhar (Cora).

Depois da aprovação, vista como uma conquista, seria só colher os louros, indefinidamente, como um general que vence uma única batalha, marca seu “nome” na história e garante seu reconhecimento e merecimento, para sempre. O mérito, pois, estaria no ingressar no serviço público, passar pelas provas, ter renunciado a tantas coisas, ter estudado “mais que outras pessoas” (e, portanto, ser “melhor”, “excelente”) e vencido. É uma batalha individual: pressupõe-se que passar em um concurso é algo que depende somente do indivíduo, na lógica do discurso da meritocracia, daquele que se esforça e garante seu lugar. Somente Cora relativiza um pouco este discurso ao reconhecer: *“Aí já é mais da pessoa se dedicar ao estudo e às vezes contar com a sorte também de conseguir uma aprovação, porque às vezes a pessoa quantas pessoas que eu conheço que às vezes estudam, estudam, estudam e não conseguem”*.

É recorrente no discurso dos entrevistados a referência à dificuldade no ingresso, à concorrência, como forma de valorizarem seus trabalhos como servidores públicos. Uma valorização estagnada a um evento do passado (a aprovação no concurso) e não ao trabalho atual como servidor. Apenas Cecília parece se satisfazer com seu trabalho como servidora pública, ao reconhecê-lo como vocação e como algo importante para a sociedade.

O discurso de Lygia traz um contraste: qualquer pessoa pode ser servidor público, desde que esteja entre os melhores, como ela está, como Carlos, Cora e Clarice estão. Afinal, **não** é “qualquer pessoa que está lá dentro” (Cora). Ser aprovado em um concurso público e ter seu nome “na lista”, como afirma Clarice, é ser chancelado pelo mercado de trabalho, é ser reconhecido, é ser alguém, sair do anonimato, da solidão (pois, como afirma Carlos, passa-se a pertencer a uma “turma”, uma “lista” com vários nomes) e da fluidez contemporâneas.

No discurso de Lygia e Carlos, as qualificações são medidas para entrar e não para permanecer. Carlos utiliza-se dos verbos no passado: tive que estudar. Quer dizer que não precisa mais? Assim como Cora pode agora, após aprovada, “dar uma descansadinha”. Esses discursos trazem novamente a imagem de falta de movimento, de algo que se petrifica no tempo, imutável: a aprovação no concurso público marcaria uma estagnação de um eu e de uma instituição, ambos não sujeitos a qualquer mudança.

Depois de entrar... ... Pessoalmente eu não consigo dizer, eu não vejo hoje que tenha renunciado, que tenha que renunciar a alguma coisa. (...) E hoje em dia eu não vejo nenhum tipo de renúncia. Não consigo citar um exemplo, não consigo dizer (Vinícius).

Vinícius coloca em seu discurso o serviço público quase como o Jardim do Éden: uma vez atingido, geraria a satisfação plena. Satisfação relacionada não com a realização das atividades laborais, mas com a ideia de estabilidade, segurança, garantia, possibilidade de fazer outras coisas (entenda-se, consumir) fora do trabalho. Se, a princípio, esta postura parece diminuir a importância do trabalho na vida destes entrevistados, a fala de Vinícius vem desconstruir esta imagem:

O que que o trabalho representa? Olha eu vejo, eu eu, eu vejo o trabalho como um dos pontos centrais assim pra mim. Pra mim é muito importante eu estar bem no trabalho para que isso reflita na minha vida pessoal, na minha vida familiar. Qualquer alteração no trabalho me afeta na minha familiar em todos os pontos, assim. (...) Assim, eu vejo que o centro da minha vida acaba sendo o trabalho. E é o que mais me afeta. Se eu estiver com um problema em família eu já não trago isso para o trabalho, mas um problema no trabalho eu já não consigo não levar para minha família, para o relacionamento com os amigos. Pra mim representa muito (Vinícius).

Vinícius coloca o trabalho como centro de sua vida. É o trabalho que regula suas relações com os outros ao regular seus afetos, seus estados emocionais. Estar bem no trabalho é estar bem consigo mesmo. Ter problemas em seu labor é ser afetado em seu eu, algo que extrapola o ambiente de trabalho e perpassa as demais relações. Há um reconhecimento do trabalho como estar em relação com o outro, em ser visto e reconhecido. No entanto, há um desconhecimento da possibilidade de satisfação no trabalho pelo fazer, pelo criar, pelo transformar a realidade. Trabalho, para ele, é relação, pertencimento. Assim como para Lygia, que vê no trabalho, além de uma fonte de renda,

Uma possibilidade de ter outro círculo de, não de amizade, porque no trabalho não acho amigas, são colegas, na minha opinião, uns mais próximos outros menos. Abrir o teu círculo, né, não ficar só família, igreja, escola, faculdade, você abre um pouco, conhece um pouco mais, um pouco maior de mundo. Corrobora algumas coisas, alguns valores, altera outros. E o que mais... Ele representa você não ficar em casa, sem assunto, e dependendo de alguém, independência também representa. Hoje você tem um dinheiro que não faz pouca coisa. E não é ser dinheirista, é você ser independente (Lygia).

Então também representa uma independência. Sei lá, eu não penso em me separar do meu marido. Mas se um dia... Muitas mulheres a gente ouve falar que separam e não sabem o que fazer, porque dependeram do marido, e nunca foram atrás de alguma coisa (Lygia).

Para Lygia, trabalho, além relação e pertencimento, significa independência, liberdade, não somente para consumir, mas também para ser alguém interessante, que tem assunto, que

tem escolha (inclusive de romper com a relação conjugal). É “*não ficar em casa o dia inteiro pensando um monte de besteira*” e poder se sentir como alguém merecedor, que foi atrás de alguma coisa para si mesmo. Portanto, mesmo que desconheça em seu discurso a possibilidade de se realizar por meio do trabalho como servidora pública, reconhece o trabalho como central na definição de si como um sujeito de escolhas, na sua autoestima. Ademais, o trabalho representa uma possibilidade de “*conhecer o mundo*”, aumentar os círculos de convivência.

Ah, representa, digamos assim, realização, né, profissional. Eu acho que, tipo, as pessoas, você dá mais valor pra você, reconhecimento é interessante, né. Principalmente eu acho que, no serviço público talvez essa seja a pior característica, eu acho, que é reconhecimento, né. Digamos, no serviço público por mais que você consiga ter um desempenho bom o reconhecimento vai ser difícil. Mas, é, o trabalho tem que ser isso. Tem que ser uma forma de você se sentir importante, de ser reconhecido, de ver que você tem uma função. Desenvolver, conhecer pessoas, é, conhecer lugares diferentes, né, coisas que as pessoas que não trabalham não vão nunca, né, o mundo fica muito restrito. Então o trabalho leva você a conhecer pessoas novas, se sentir realizado, conseguir é, realizar sonhos, assim, né, projetos de vida, constituir família, essas coisas, né, seguir o padrão de vida que a gente segue (Manuel).

Manuel, assim como Lygia e Vinícius, vê o trabalho como fonte de reconhecimento, de pertencimento, de relação. É pelo trabalho que se sente visto e reconhecido. Por acreditar que trabalho “*tem que ser isso*”, ou seja, reconhecimento, e perceber que o serviço público não possibilita esse tipo de relação, utiliza-se do serviço público como “*trampolim*” para seus projetos na iniciativa privada. Trabalhar também é estar aberto ao mundo, é ser desafiado a conhecer, a se desenvolver, é movimentar-se, desde que com um salário garantido no final do mês. Os entrevistados parecem fazer uma distinção entre serviço público e trabalho: o trabalho parece perder a impessoalidade do serviço público.

5.4.5 Estabilidade como garantia de emprego (proteção contra o desemprego e a precariedade do mercado de trabalho)

À exceção de Lygia, que passou por uma situação de desemprego, nenhum dos entrevistados relatou dificuldades na inserção profissional. Cecília iniciou sua carreira como servidora pública já durante a graduação, como uma continuidade dos estágios que fazia. Cora também continuou, após formada, na mesma instituição pública na que fazia estágio, até ser

aprovada no concurso de seu atual cargo. Vinícius, Carlos, Manuel, Lygia e Clarice inseriram-se, inicialmente, na iniciativa privada. Lygia e Manuel começaram a trabalhar logo após concluírem o ensino médio. Os demais, após a graduação. Somente Cecília não fez referência, em seu discurso, ao medo de ficar sem emprego ou à precariedade do mercado de trabalho como fator que influenciou sua escolha pelo serviço público.

Pra mim ficou evidente o seguinte, na iniciativa privada você tem que contar com a tua capacidade plena. Então o que mais pesa pra se decidir pela carreira pública é justamente a segurança pessoal, a segurança profissional que você tem. Se eventualmente você tenha algum incidente em sua vida que reduza a sua capacidade de trabalho você vai ter ainda assim alguma garantia dentro do serviço público. No serviço, na iniciativa privada, qualquer coisa, ainda que seja independente da sua força de vontade, que te reduza a capacidade de trabalho, você é automaticamente excluído (Vinícius).

(...) porque eu percebia de que, por exemplo, se você tivesse uma gripe e naquele dia não pudesse fazer alguma coisa, o pessoal te desligava no dia seguinte, sem qualquer tipo de remorso por parte da instituição (Vinícius).

Vinícius vê o desemprego como uma realidade para aqueles que têm sua capacidade de trabalho reduzida. Demonstra uma preocupação extrema com a saúde e um receio de não ser garantido em um momento de doença ou incapacidade. O serviço público supriria esta lacuna: de dar uma garantia, de assegurar o sujeito na ocorrência de alguma eventualidade, algum imprevisto, alguma crise. Possibilita a ele a sensação de controle sobre si mesmo e seu futuro: uma vez que ele não será excluído, ele pode excluir – Vinícius deixa essa impressão em seu discurso, de alguém que não se apega, mas a quem os outros devem se apegar.

Mas acho que eu não voltaria [para a iniciativa privada], também pela estabilidade, pois agora que você já está aqui sair tem que ser uma coisa muito boa assim, pra compensar. Você vai voltar pra aquele mundo real em que você pode ser demitido, pode a cada tanto tempo ter que recomeçar (Lygia).

Ah, e o outro lá falou [quando soube da aprovação no concurso público]: ah, já tá com a aposentadoria garantida. No sentido, você não vai mais correr o risco de ser desligado, já pense já lá na frente (Lygia).

Primeiro porque quando você é demitido, ser desempregado é meio ruim psicologicamente. Vai passando o tempo você começa a pensar que não vai conseguir passar em uma entrevista (Lygia).

E é uma pressão social também porque quanto mais você fica longe do mercado mais difícil voltar. Porque cada vez exigem mais coisas, você não tem dinheiro pra pagar um curso, uma preparação melhor, então é meio que uma bola de neve (Lygia).

Lygia relata uma vivência de desemprego e o sofrimento de quem passou por esta situação. Fala dos diversos recomeços de sua vida profissional e, apesar da pouca idade, relata um certo cansaço das suas constantes trocas de emprego – até porque começou a trabalhar logo após concluir o ensino médio. Expressa, em diversos momentos, seu desejo de acomodar-se, de estagnar. O “mundo real” da iniciativa privada pressiona o movimento, o imprevisto e não é esta a imagem que tem de si mesma, imagem de alguém parada, que não deseja o movimento, mas que se movimenta quando é pressionada. Menciona, por exemplo, que só decidiu prestar vestibular por “pressão social”, no caso, da sua primeira empregadora, a mesma justificativa dada para sua reinserção no mercado de trabalho quando tinha decidido ficar um tempo sem trabalhar. Seu discurso muitas vezes leva a crer que ela não faz essas escolhas – como trabalhar e estudar – por ela mesma, mas sim como se prestasse contas a um outro. Uma certa passividade no modo de se posicionar.

Você tem segurança, né, isso influi na parte psicológica, né. Amanhã você não vai ser mandado embora. Só se for uma falta muito grave, alguma coisa excepcional. Você tem estabilidade. E no mais... (Clarice).

Clarice menciona a segurança de não ser “mandado embora” como sinônimo de ter controle sobre a própria vida: no serviço público, ela somente seria desligada caso cometa uma falta muito grave, ou seja, a manutenção de seu trabalho depende única e tão somente de sua própria atitude. Não é um medo de ficar sem trabalho, mas sim o medo de não ter o controle, de não ser alguém que escolhe, mas sim que é pego de surpresa. Pois é assim que Clarice se apresenta, como uma pessoa que briga pelo que quer, que escolhe, que determina seu destino: “(...) eu gosto do que eu faço, se eu não gosto eu tento mudar, se eu não consigo, eu brigo por isso”.

(...) porque hoje na iniciativa privada você trabalha hoje e você não sabe amanhã se você vai estar empregado. Então era isso o que eu queria, porque sabendo que eu vou desempenhar bem a minha função eu já fico tranquila que tá garantido (Cora).

(...) ele [referindo-se ao pai] trabalhou por muitos anos em uma empresa, aí quando ele estava lá com seus quarenta e poucos anos ele foi mandado embora. (...) Então daí que veio este incentivo para mim. Acho que foi, ele viu e não queria que a gente passasse por aquilo de novo. Acho que é por isso que eu tenho essa mentalidade assim, né, porque eu vi desde criança meu pai tendo uma vida tranquila e aí quando chegou lá pelos quarenta e poucos anos, quando a pessoa já está meio que visualizando a aposentadoria e vê toda a vida desmoronar e ter que começar tudo de novo. Então aí esse projeto dar uma desestabilizada (Cora).

Cora, assim como Clarice, menciona a previsibilidade do serviço público como um fator que possibilita o controle de sua própria vida: a garantia do emprego é algo que depende só dela e, portanto, a deixa tranquila, já que tem certeza de que desempenhará bem as suas funções. O pai, que foi durante muitos anos empregado de uma empresa privada, teve a vida “desestabilizada” ao ter sido demitido e ter que recomeçar. O desemprego representando a descontinuidade (ruptura) de um projeto profissional. Há um pressuposto de que carreira tranquila é aquela que depende exclusivamente do desempenho do próprio funcionário e que segue sem rupturas, sem descontinuidades. A demissão representa um desmoronamento de todo um projeto, “*toda uma vida*”, um começar de novo, não do ponto de onde parou, mas do zero. Um desmoronamento que desestabiliza todo o terreno, que desorganiza o eu, deixando-o em ruínas. Ruínas estas que são reconstruídas com muito esforço, muita dor e que nunca serão iguais ao projeto inicial, estarão sempre marcadas por essa descontinuidade, sentida como um fracasso, como algo que não deu certo, como algo que era sua responsabilidade evitar (o pai “*não queria que a gente passasse por aquilo de novo*”, como para reparar uma culpa pelo seu desemprego, o sujeito sendo responsável por sua condição de desempregado).

Mas eu vejo que tem pessoas que tem essa visão negativa e estão tentando entrar, por conta da pressão do mercado, né, mas a visão é assim, eu vou passar no concurso e estou tranquilo, não vou fazer mais nada na minha vida, né (Manuel).

Manuel menciona a questão do emprego apenas nas entrelinhas de seu discurso. Na verdade, fala com frequência sobre a pressão do mercado, as complicações da iniciativa privada, não tanto em termos de desemprego, mas sim de dificuldade de inserção e má remuneração (precariedade), principalmente para os recém-formados. Ser somente funcionário público é “não fazer mais nada na vida”. Fica claro seu posicionamento, já mencionado anteriormente, de que o serviço público é um trampolim, um auxílio para se alçar voos mais altos. Não há em seu discurso qualquer referência a um medo de desemprego. Ele se coloca como alguém que tem um projeto de futuro bem traçado, que caminha passo a passo rumo ao seu objetivo: poder fazer o que gosta, receber e ser reconhecido por isso.

É, realmente o mercado de trabalho não tá, não tá, não tá fácil pras pessoas. Tá todo mundo tendo que trabalhar demais pra não, às vezes não receber nem carteira assinada. Então as pessoas buscam uma estabilidade, buscam uma dignidade. Por isso que elas partem para a área do concurso público, que hoje em dia tá cada vez mais concorrido. Todo mundo quer ser servidor público (Carlos).

A mesma referência à precariedade do mercado de trabalho está presente no discurso de Carlos que, inclusive, generaliza seu discurso ao afirmar: “Todo mundo quer ser servidor público”. Legitima sua escolha mais como algo que é desejado por todos e conseguido por poucos – e, portanto, se sente digno, privilegiado, valorizado – do que como uma decisão. Uma naturalização do desejo de ser servidor público. Um desconhecimento de que há outras possibilidades de inserção profissional que não signifiquem necessariamente precariedade. Há uma cisão em seu discurso: ou se é servidor público e, portanto, estável e digno; ou a precariedade do mercado privado.

6. ALGUMAS REFLEXÕES POSSÍVEIS

6.1 Longo prazo *versus* curto prazo

Já era esperado observar, na fala dos entrevistados, o atravessamento dos discursos da sociedade contemporânea, afinal seus discursos são produtos e produtores de um determinado contexto histórico-social e não podem ser dele dissociados. O interessante é verificar o modo como organizaram seu dizer em relação a esses discursos e as recorrências e singularidades existentes.

A busca por uma carreira pública parece, à primeira vista, estar associada à lógica das ações em longo prazo. Afinal, os sujeitos entrevistados se inseriram em um trabalho estável, duradouro, supostamente “pra toda vida”. Dos entrevistados, somente Lygia parece não ter outros projetos profissionais para o futuro, pretendendo manter-se em seu cargo atual até a aposentadoria. Lygia que, em termos profissionais, se vê e quer ser vista como uma pessoa acomodada, que se contenta com o que tem, uma contraposição aos discursos contemporâneos que apregoam a mudança, a mobilidade, o “não parar”, a “desacomodação” (Bauman, 2001; Baudrillard, 2007; Sennett, 2007).

Os demais entrevistados querem ser reconhecidos, também em termos profissionais, como pessoas em movimento, não estagnadas e, portanto, como sujeitos contemporâneos! A ênfase na profissão decorreu das falas dos próprios entrevistados: mesmo que estejam fazendo muitas coisas em outras áreas de suas vidas que não a profissional (como constituindo suas famílias, saindo da casa dos pais, etc.), sentem-se estagnados se não estão em busca de “algo mais” no trabalho.

É curioso observar esse atravessamento da valorização de atributos como mobilidade e flexibilidade nos discursos desses sujeitos. Suas falas querem trazer essa imagem de movimento, mas o tempo todo trazem a marca da estagnação: seus projetos de futuro, à exceção de Manuel e Cecília, são mencionados como que para atender a uma expectativa de um outro. Parecem não fazer questão de concretizá-los, mas apenas de mencioná-los. Precisam ter um projeto, mesmo que seja um vir a ser que não se realizará, como se fosse inadequado ou sinal de fracasso querer permanecer nesse trabalho durante toda a vida laboral. É o que confirma a literatura: ser contemporâneo é ser incapaz de parar e ficar parado (Bauman, 2001) e atender a uma progressiva exigência por crescimento (Baudrillard, 2007),

por movimento (Sennett, 2007). Movimentar-se é um dever: não há como se esquivar da obrigação de felicidade e de prazer, de se ter cada vez mais (Baudrillard, 2007).

Há na contemporaneidade uma pressão de mobilidade, de maiores rendimentos, de prestígio (Baudrillard, 2007) que atravessa o discurso dos entrevistados. Estes querem passar a imagem de sujeitos desengajados, sem raízes, que não se fixam. Imagem constantemente desconstruída em seus discursos, quando afirmam o quanto temem a incerteza e desejam segurança, mas também reafirmada quando mencionam seus projetos de passar em um concurso melhor, mesmo não se identificando com o trabalho como servidor público. Eles precisam ser flexíveis: qualquer mudança (mesmo que imaginada e não concretizada) é melhor que a permanência (Sennett, 2007). Cada novo concurso, uma nova história: como sempre começar do zero (Sennett, 2007).

Também associada à lógica das ações em longo prazo, a estabilidade do serviço público foi referida como uma forma de planejar o futuro. Futuro presentificado nos discursos (Debord, 1997/1967; Sennett, 2007), referido como possibilidade de comprar bens duráveis – como a casa própria, o automóvel – instantaneamente, sem adiamentos. Usufruir imediatamente, não esperar, não postergar, não se sacrificar são lemas naturalizados em seus discursos que representam a tão desejada qualidade de vida. São jovens que parecem estar mais preocupados com a possibilidade de ter ou não dinheiro para usufruir melhor a vida do que com a realização profissional e, dentro dessa lógica, admitem, sem ressalvas, a execução de “qualquer trabalho” (Paes, 1996, citado por Silva, 2004), desde que garanta um bom salário ao final do mês! Esse dado corrobora a afirmação de Albornoz (2008, p. 81) de que “as pessoas trabalham antes para consumir do que para produzir alguma coisa”. É a lógica do curto prazo atravessando os discursos de longo prazo.

Mas o adiamento da satisfação também foi vislumbrado em alguns discursos, como no de Cecília e Manuel. A estabilidade possibilitando o alcance gradual de um projeto de futuro. Adia-se momentaneamente a satisfação no e pelo trabalho em prol de uma realização posterior. Passado, presente e futuro se sucedendo, como continuidade.

Sennett (2007) salienta que o adiamento das satisfações depende de instituições suficientemente estáveis. Pôde-se perceber que o serviço público, como uma organização de trabalho estável, pode significar tanto a postergação da satisfação (e a realização de planos de longo prazo), quanto o não adiamento com a satisfação imediata nas relações de consumo.

6.2 Serviço público como consumo

Os discursos da sociedade de consumo atravessam as falas dos entrevistados em diversos momentos. Ao idealizar o ingresso no serviço público como o trabalho dos sonhos, no qual não haveria renúncias e ao qual “todo mundo” quer ter acesso, acabam equiparando a aprovação no concurso público a um objeto de consumo. Ser servidor público, portanto, não somente possibilita a aquisição de bens, mas é também um bem a ser adquirido.

A vinculação dos cargos públicos a objetos de consumo não está presente só no discurso destes entrevistados. Está nos anúncios dos jornais, na mídia, nos cursinhos preparatórios que vendem a imagem do trabalho dos sonhos: bons salários, estabilidade, ascensão na carreira, sem abrir mão da qualidade de vida. Os concursos públicos tornaram-se, pois, um grande negócio, não apenas para aqueles que pretendem nele ingressar, mas também para as inúmeras escolas preparatórias, empresas que organizam as provas e editoras especializadas em materiais didáticos (livros e apostilas) e livros de autoajuda dedicados a este segmento (Carelli, 2007).

Como todo objeto de consumo, conforme ressalta Baudrillard (2007), os cargos públicos acabam se tornando mercadorias distintivas. Aquele que consome deseja, através das mercadorias, desfrutar de ideais, valores e sentimentos que ultrapassam a materialidade do bem (Mattos & Castro, 2008). Afinal, a felicidade, na contemporaneidade, precisa ser mensurada por objetos e signos (critérios visíveis, de distinção) que evidenciem o êxito social. Em uma sociedade de produção e crescimento, o consumo está relacionado à produção de privilégios (Baudrillard, 2007). É assim, como privilegiados, que se sentem os entrevistados: fazem parte de uma “realidade paralela”, a qual “todo” mundo quer ter acesso, mas que não é acessível a “qualquer pessoa”.

O mito da igualdade – ou claro está, de distinção –, tão presente nos discursos contemporâneos da sociedade de consumo (Baudrillard, 2007), aparece nas falas em análise: à medida que “qualquer um” pode ser servidor público, não é “qualquer um” que passa e pode estar “lá dentro”. Na contemporaneidade, todos teriam, supostamente, o direito à igualdade de objetos e signos de felicidade (Baudrillard, 2007). O ingresso em um cargo público, como objeto de consumo, estaria acessível a todos, sem distinção. Ao reconhecer isto, os entrevistados parecem desconhecer que poucos preenchem os requisitos estabelecidos em lei para investidura em cargos públicos. Nogueira (2005) ressalta, por exemplo, que entre 2003 e

2005, 63% das vagas ofertadas no serviço público federal referiam-se a cargos de nível superior e 37% a cargos de nível intermediário. Em um país 9,7% de analfabetos (14,1 milhões), 23% de pessoas com nível médio completo, 3,5% de pessoas com superior incompleto e 10,6% de pessoas com superior completo (IBGE, 2009), a igualdade de oportunidade de acesso a um cargo público é, de fato, um mito. Mito presente nos discursos dos entrevistados que, ao reconhecer os inúmeros sacrifícios necessários para investidura na carreira pública, desconhecem que esta maratona de estudos, cursos preparatórios, etc., não depende somente do “fôlego” e mérito pessoais, como muitas vezes seus discursos fazem crer.

Também dentro dessa equiparação do serviço público a um objeto de consumo, pôde-se observar nas falas dos entrevistados uma não vinculação, um desengajamento, uma falta de apego à instituição pública para a qual trabalham e às atividades que executam, ou seja, uma relação superficial com o trabalho (Sennett, 2007). Nenhum deles referiu-se a seu fazer cotidiano, atual, presente como algo que os realiza, que gratifica ou como um motivo para sua inserção e permanência em seu trabalho atual. Em vários momentos se posicionam em seu discurso como não fazendo parte da instituição (o discurso institucional como exterior aos sujeitos, que desconhecem que os (re)produzem). Colocam-se como indivíduos isolados que estão em uma organização pública e que podem a qualquer momento não estar mais e ir para outra. Ou seja, querem passar a impressão de que esse “trabalho dos sonhos”, “sem renúncias” é consumido enquanto não for incômodo, desagradável, “podendo” ser descartado a qualquer momento. Querem ser vistos como indivíduos “escapadiços”, que estão livres para se moverem quando quiserem, mais um atravessamento dos discursos contemporâneos. Como salienta Bauman (2001), na contemporaneidade, o desengajamento, o descomprometimento, a prontidão e capacidade para fugir são sinais de sucesso. “Não há longo prazo” significa não se comprometer (Sennett, 2007).

Estes sujeitos, como já mencionado anteriormente, à exceção de Lygia, se reconhecem e querem ser reconhecidos como “desengajados” (Bauman, 2001), “sem raízes”, “à deriva” (Sennett, 2007), “sem amarras” (Garcia & Coutinho, 2004), “fluidos” (Bauman, 2001). Mesmo que esse desengajamento seja, muitas vezes, ilusório. Explica-se: a maioria dos entrevistados não está fazendo nenhum movimento que permita pensar em uma possibilidade real e atual de saída do órgão para o qual trabalham. Os que mencionam querer fazer outros concursos, afirmam não estar estudando. Todos, à exceção de Manuel, descartam ir para a iniciativa privada. Ao contrário do que suas falas aparentam, estes sujeitos parecem estar, no

momento, sem opção. No entanto, precisam ter a sensação de liberdade, de escolhas ilimitadas. Necessitam da impressão de poder consumir, a qualquer momento que queiram – como se bastasse a própria vontade –, um novo trabalho “dos sonhos”, em substituição ao atual. Uma ideia, como salientam Mattos e Castro (2008), de liberdade como ausência de limites, como independência “quase infinita”, escolhas constantes que podem ser sempre abdicadas e refeitas, sem consequências. Na contemporaneidade, pois, ser livre é poder consumir sucessivas experiências. Para esses sujeitos, portanto, poder sentir-se livre é poder consumir outro emprego público; é sentir que não estão vinculados ao trabalho que realizam e que podem escolher novamente. É, como salienta Bauman (2001), a lógica do consumo, do “ir às compras”, perpassando as relações humanas.

6.3 Liberdade versus segurança?

Os discursos dos entrevistados contrariam a ideia de Bauman (2001) de que liberdade e segurança são valores em oposição, não se podendo querer mais de um sem renunciar um tanto ao outro. Os entrevistados afirmam que a estabilidade no emprego e a estabilidade da organização do trabalho possibilitam a sensação de controle da própria vida, de serem autores de sua própria história. Dentro da lógica de que em uma sociedade de consumo não haveria renúncias, podendo sempre se escolher novamente, não se sentem “prisoneiros”, apegados ao seu emprego para o resto da vida. Esta segurança, que solidifica o fluido (Bauman, 2001), parece amenizar o sentimento de se estar à deriva, o medo de perder o controle e a sensação de não autoria da própria vida (Dowbor, 2002; Sennett, 2007). São sujeitos que querem instabilidade na estabilidade, liberdade na segurança. É a metáfora do jogo de xadrez, já mencionada: as peças podem se movimentar desde que o tabuleiro esteja fixo.

A estabilidade, entendida como segurança e liberdade, garante a previsibilidade: é uma forma de se sentirem no controle de seus destinos pessoais e profissionais; de não estarem assujeitados aos “humores” do ambiente econômico e do mercado de emprego. Para justificar esta afirmação, são expostos dois exemplos: a valorização da aprovação no concurso público e possibilidade de manutenção da ética.

Foi recorrente nos discursos dos entrevistados a menção à sua aprovação no concurso público, não somente para valorizar seus trabalhos como servidores, comprovando que não são “qualquer um”, que têm um “nome”, mas também para demonstrar sua independência das

condições externas e um suposto controle e responsabilidade individual sobre as próprias vidas. Ser aprovado para um cargo público confirma uma ideia ainda partilhada por muitos jovens em busca de inserção profissional: a de que aqueles que são competentes, esforçados, dedicados, sérios e honestos têm seu lugar garantido na sociedade (Teixeira & Gomes, 2004). Esta mesma referência é encontrada quando os sujeitos pesquisados mencionam, amparados na legislação, que somente podem ser demitidos caso façam algo de muito grave. Sentem-se no controle de seus futuros: tem certeza de que seu emprego depende unicamente deles e de seus desempenhos individuais. São os discursos da meritocracia e da individualização atravessando as falas dos entrevistados e reforçando a sensação de que a segurança da estabilidade propicia liberdade e independência. “Poder agir com liberdade significa, então, ser independente para fazer escolhas. Na contemporaneidade, essas expectativas e anseios de homens e mulheres, crianças e jovens, ganham sentidos cada vez mais individualizados, referidos às vidas particulares, aos desejos individuais, às realizações pessoais” (Mattos & Castro, 2008, p. 154).

A estabilidade também foi mencionada como uma possibilidade de manutenção dos valores éticos em um mercado competitivo. Uma maneira de não ser influenciado pelas condições incertas, precárias e desiguais do mercado de trabalho privado (sentidas como externas ao sujeito) e, portanto, sentir-se livre para escolher e para controlar o próprio destino. O serviço público não seria um mero “trampolim” para as atividades na iniciativa privada, mas sim uma verdadeira escora que permite a fixação do caráter, a continuidade do “eu”, a expressão, como diria Sennett (2007), de um aspecto em longo prazo das experiências emocionais humanas. Um “eu” que, uma vez garantido, escorado, protegido das inseguranças e incertezas da contemporaneidade, pode comprometer-se, ser leal, adiar a satisfação, ter metas e projetos para o futuro. É uma forma de o sujeito “organizar suas experiências cotidianas em um conjunto relativamente estável, que pode ser percebido como seu eu. É a continuidade da busca pela construção de uma biografia que tenha e faça sentido, para o próprio sujeito e para o mundo em seu entorno” (Coutinho, Krawulski & Soares, 2007, p. 35).

Esta característica da estabilidade como algo de longo prazo permite que os sujeitos mantenham aqueles valores e traços pessoais que valorizam e pelos quais são valorizados; permite a continuidade do eu. O serviço público possibilita a manutenção de objetivos em longo prazo em uma sociedade de curto prazo, o desenvolvimento de relações duráveis (consigo e com os outros) e de uma narrativa de identidade em uma sociedade composta de

episódios e fragmentos (Sennett, 2007). Talvez por esses motivos pareça tão natural aos entrevistados abdicar da realização pessoal em nome da segurança. O ingresso no serviço público acaba sendo visto não como uma opção escolhida pela natureza do trabalho, mas como alternativa para lidar com os sentimentos de insegurança mobilizados diante das instabilidades e incertezas do mundo do trabalho (Silva, 2004). E, ainda assim, é sentido como liberdade.

Portanto, a tão buscada segurança tem outra faceta. Sentir-se seguro, na contemporaneidade, é distanciar-se dos acontecimentos da vida real (Debord, 1997/1967). É enclausurar-se, fechar-se, sentir um prazer profundo de não participar da realidade (Baudrillard, 2007). Esse distanciamento também esteve presente no discurso dos entrevistados, quando, em mais de um momento, enfatizam, com orgulho, que fazem parte de uma “realidade paralela”, que não são “afetados” pelas circunstâncias externas, que vivem “fora da realidade”. A individualização novamente se apresenta em suas falas, com um agravante: estes falantes são servidores públicos que, supostamente, deveriam aproximar-se da coletividade. Por mais que, através da estabilidade do serviço público, estes sujeitos consigam sentir-se no controle das próprias vidas, parecem afastar-se cada vez mais dos destinos da sociedade da qual fazem parte, do interesse pelo bem comum, pelo público.

Seria ilusório pensar que é possível ganhar o controle sobre o próprio destino e tomar as decisões que verdadeiramente se deseja sem antes se tornar cidadão, pois não haveria indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma (Bauman, 2001). A escolha, nesta perspectiva, acaba se inserindo como uma possibilidade irreal: “irreal no sentido de falsa, já que muitas vezes se engana quem escolhe ao ter a sensação de que foi o agente da escolha, quando, na verdade, foi escolhido pelo sistema” (Barreto & Aiello-Vaisberg, 2007, p. 113). Por exemplo, será que os entrevistados escolheriam ser servidores públicos se encontrassem condições de emprego semelhantes na iniciativa privada? Será que nesse contexto imaginado abririam mão tão facilmente da satisfação pessoal/profissional? Será que a escolha pela carreira pública foi mesmo uma escolha autônoma, “livre”? A considerar a análise das falas dos entrevistados, aposta-se que, para a maioria, as respostas seriam negativas.

Este afastamento da realidade, essa sensação de isolamento, não são sempre sentidos como prazerosos. Em muitos momentos, alguns entrevistados, como Clarice, Carlos e Manuel, parecem compensar esse distanciamento fazendo referências a um coletivo, por exemplo, quando falam de si incluindo outros falantes em seu dizer – “eu e minhas amigas”;

“nós”; “as pessoas”; “a gente”, o “pessoal – ou quando se incluem em um grupo (a “turma”; “a lista”).

6.4 Estagnação versus movimento

A maioria dos entrevistados reconhece a existência de um perfil adequado ao serviço público. Perfil este associado a atributos pessoais como ser tranquilo, não “correr atrás”, ser adaptável, “enquadrável”, acomodado. Para alguns, como Clarice, Cora e Cecília, este perfil é relacionado com um “jeito de ser” anterior ao ingresso na carreira pública. Para outros, como Manuel, Vinícius e Lygia, é característico da organização do trabalho no setor público. Os entrevistados, pois, ora reconhecem, ora desconhecem que a instituição é produtora desse perfil, desse comodismo. Como salientam Nunes e Lins (2009), o modelo técnico-burocrático característico da organização do trabalho no setor público corresponde, entre outros aspectos, à existência de normas escritas, rigidez da estrutura hierárquica, divisão horizontal e vertical do trabalho e impessoalidade no recrutamento e seleção. Os trabalhadores que estão inseridos nesse modelo de gestão acabam tomando para si características específicas como morosidade e extrema regulamentação na dinâmica do trabalho.

Ao reconhecerem estas características como inerentes a si ou como exteriores a eles (pertencentes à instituição), desconhecem que a instituição é formada por eles e que há outras possibilidades de relação. A acomodação e estagnação aparecem naturalizadas em seus discursos, como uma característica (deles ou da instituição) que sempre foi assim. Jogam para a instituição a responsabilidade por colocá-los em movimento, desconhecendo o quanto “correm atrás” das coisas que querem (como passar em um concurso público, por exemplo) e o quanto o “servir” também demanda uma boa dose de atividade.

Veem a estabilidade da organização do trabalho no setor público como algo que traz sofrimento, principalmente pela falta de reconhecimento das singularidades, por supostamente haver um tratamento igualitário sem se considerar as particularidades. Esse não reconhecimento, aliado aos estereótipos de ser o servidor público ineficiente e improdutivo, acaba gerando desmotivação e descomprometimento (Soratto, 2000; Chanlat, 2002; Tavares 2003).

O trabalho como servidores públicos não é, portanto, um Jardim do Éden, como seus discursos muitas vezes fazem crer. Gomes (2008) ressalta que o servidor público, enquanto

trabalhador, sofre de diversas formas como, por exemplo, apego ao posto e ao maquinário e não ao trabalho; pouca perspectiva de evolução e desenvolvimento; salários que premiam não o desempenho, mas o tempo em que o trabalhador permanece na instituição, independente de sua atuação. “A burocracia é a chave que move o processo de sofrimento: produz a falta de autonomia, e os servidores se mostram atados, o que gera frustração” (Nunes & Lins, 2009, p. 61). É do que se queixam os entrevistados quando dizem sentir-se “encurralados”, sem movimento; quando dizem que o serviço público é “estaque”, “meio travado”, “engessado”, que “falta dinâmica”.

Em geral, não querem ser vistos - nem se tornar- como acomodados, muito embora se reconheçam, algumas vezes, como pessoas com um perfil mais estagnado, tranquilo, que não “correm atrás” e esperem, como acima mencionado, que a instituição os coloque em movimento. Portanto, estes sujeitos, ao mesmo tempo em que reagem às imagens instituídas da acomodação, da estagnação, também as instituem, ora legitimando-as, ora subvertendo-as. Legitimam-nas quando tomam para si características da organização de trabalho (entendidas como imutáveis), reconhecendo a existência de um perfil adequado ao serviço público como algo naturalizado; subvertem-nas quando não querem se ver nem ser vistos como pessoas passivas, acomodadas.

A maioria dos entrevistados (Cora, Vinícius, Cecília, Clarice) se vê em movimento quando estão prestando outros concursos públicos ou pensando em outros projetos fora do serviço público (Manuel e Carlos). Essa necessidade de estar em movimento, de sentirem-se livres para fazer outras coisas pode, conforme aponta Tavares (2003), ocultar a existência de um sofrimento no trabalho associado à estagnação profissional inerente à maioria dos cargos públicos. Segundo esta autora, fazer concursos públicos é uma das estratégias utilizadas para moderar o descontentamento com o trabalho. Quando há a expectativa de ingressar em outra carreira pública, o trabalho atual perde sua importância, sendo considerado uma fase passageira, uma ponte – “trampolim” – para outros caminhos. Note-se que esses “outros” caminhos não são assim tão diferentes!

6.5 Trabalho *versus* serviço público

Foi interessante observar como os entrevistados, ao construírem suas falas, acabaram dicotomizando trabalho e serviço público. Este acaba esvaziado de sentido, sendo

considerado, na maior parte das vezes, um meio para outros fins: o consumo ou a realização profissional/pessoal por meio de outras atividades. De acordo com Tavares (2003), esse desinvestimento no trabalho enquanto servidores públicos pode implicar: (a) uma mudança na ação prática, no cotidiano do trabalho, representada pelo fazer o menos possível; (b) uma re-significação do trabalho, desconsiderado em sua importância como atividade principal diária. Nesta última hipótese, os trabalhadores acabam redirecionando seus esforços para outras esferas da vida. Esse redirecionamento tanto pode representar uma forma de resistência aos discursos atuais do “viver para o trabalho”, quanto podem significar uma negação do trabalho como área fundamental do viver humano, como possibilidade de realização e satisfação pessoal.

A organização do trabalho no setor público acaba favorecendo esse desinvestimento ao possibilitar que, mesmo sem produzir, o servidor continue com seu emprego garantido. É o que Soratto (2000) denomina de “mau uso da estabilidade”. Independente da sua atuação, o salário está assegurado ao final do mês, pois o pagamento e a manutenção do emprego não estão correlacionados ao desempenho, mas sim ao tempo em que o trabalhador permanece à disposição da instituição (Gomes, 2008). A execução de um trabalho desinvestido – em contraposição a uma dimensão autorrealizadora (Silva, 2004) –, no qual a atividade, em si mesma, é esvaziada de sentido, acaba refletindo em um baixo índice de satisfação pessoal/profissional (Gomes, 2008). Esta é vista, algumas vezes, como um “luxo” acessível a poucos. Em troca da segurança, de bons salários e da sensação de controle de suas próprias vidas, os entrevistados parecem abrir mão da realização pessoal/profissional.

Conclusão semelhante foi apontada no estudo de Albrecht (2010). Ao pesquisar os sentidos do trabalho para concurseiros, esta autora constatou que o trabalho no serviço público foi escolhido por estes sujeitos não devido às atribuições do trabalho em si, mas sim a atributos relacionados ao vínculo empregatício, mais precisamente, à estabilidade. Obter um emprego garantido seria mais prioritário do que se satisfazer com as atividades profissionais. A política de benefícios e vantagens dadas aos servidores públicos acaba desempenhando um papel de controle perverso sobre o quadro de servidores que, ao não vislumbrarem possibilidade de obter condições semelhantes em outros empregos, acabam contentando-se em se manter em seus cargos, mesmo não obtendo realização pessoal/profissional (Tavares, 2003). Matos (1994) corrobora esta afirmação ao destacar o salário e a estabilidade como os fatores que mais motivam a permanência dos funcionários no serviço público.

Pôde-se perceber, conforme apontado por outros estudos (Chanlat, 2002; Lancman, Sznelwar, Uchida, & Tuacek, 2007), que a maioria dos entrevistados, ao optarem se inserir em uma carreira pública, não tinham clareza sobre a natureza e a finalidade do trabalho que iriam desenvolver. Aliás, as características do trabalho ou do órgão para o qual pretendiam trabalhar nem foram cogitadas por eles no momento de escolha. O critério para opção pelo cargo, em geral, foi o salário. Foram escolhas, portanto, pautadas não pelo trabalho em si (e pelo SER servidor público), mas sim pelos reflexos desse (o TER um cargo público), um indicativo de provável desmotivação e frustração no trabalho. Ao determinarem-se a realizar uma ocupação destituída de sentido, acabam revelando uma não crença no futuro (presentificação) e na possibilidade de ser ou de vir a ser no e pelo trabalho (Dias, 2009).

Diante das conjunturas econômicas, sociais e laborais da atualidade, fica difícil afirmar ser esta uma má escolha (embora se possa questionar, como referido no item 63., a liberdade e autonomia dessa escolha). De certa forma, o serviço público acaba sendo uma alternativa diante das dificuldades do mercado de trabalho privado, mais instável e precário (Silva, 2004). No entanto, cabe indagar se, mesmo diante dessas conjunturas, não haveria outras formas de se relacionar com a atividade pública que não a de um “trabalho desinvestido” (Silva, 2004), usufruído apenas como meio de sobrevivência (Soratto, 2000). Chanlat (2002) afirma que sim. Ao se recuperar o orgulho de se pertencer a uma categoria que se define pelo servir aos outros, à coletividade, por meio de ações de utilidade pública pautadas pela ética do interesse geral e da defesa da justiça, poder-se-ia motivar o trabalhador do setor público. Matos (1994) salienta que o reconhecimento do público também viabilizaria a identificação, a motivação e o engajamento do servidor.

Entretanto, pode ser um pouco ingênuo esperar desses trabalhadores essa valorização do coletivo, do público. Não se pode olvidar que um dos traços marcantes da contemporaneidade é a ênfase nos discursos da individualização, presente nas falas dos entrevistados. A redenção – como os “louros” da aprovação em um concurso público de difícil acesso – ou a danação são responsabilidades individuais (Bauman, 2001). Há na atualidade uma diminuição do interesse pelo público, da preocupação com o bem-estar coletivo; uma desintegração da cidadania (Bauman, 2001). Não surpreende que os entrevistados, à exceção de Cecília, tenham pautado suas escolhas, portanto, meramente em critérios de satisfação individual. Na contemporaneidade depende de cada um fazer o melhor possível de sua própria vida e encontrar os recursos e habilidades necessários para tanto (Bauman, 2001). Em seus

discursos, o trabalho como servidor público assume um valor instrumental. Trabalhar para alcançar outros bens aparece como algo naturalizado. Se, algumas vezes, os sujeitos pesquisados se queixam por não serem reconhecidos (e individualmente valorizados), não reclamam por não se reconhecerem em seu trabalho. Suas falas parecem trazer certo conformismo: se a esse trabalho repleto de vantagens pessoais, essencialmente econômicas, se pudesse agregar a realização profissional/pessoal, “ótimo”; se não, “tudo bem”, pois essa forma de satisfação é para poucos. Eles, servidores públicos, já são privilegiados por terem passado em um concurso “invejado” por muitas pessoas. Há uma autovalorização pela comparação, dentro da lógica dos discursos publicitários que procuram atingir a cada um (individualmente) em função dos outros (Baudrillard, 2007). Remete-se, novamente, como já exposto no item 6.2, à ideia de serviço público como objeto de consumo, pois este assume o lugar de substância distintiva.

Esperar o reconhecimento do público, solução apontada por Matos (1994), como forma de viabilizar o engajamento dos servidores, pode ser um pouco temeroso. Assim como os discursos da individualização atravessam as falas dos servidores entrevistados, também estão presentes nos “cidadãos”, agora posicionados e se posicionando como “clientes” que esperam privilégios e satisfação de suas necessidades individuais (Lancman, Sznelwar, Uchida, & Tuacek, 2007).

Nessa questão de o trabalho como servidor público poder assumir um lugar de realização e satisfação, a pesquisa de Soratto (2000) parece trazer algum alento. Ao analisar a concepção de trabalho para servidores agentes administrativos, constatou que os sujeitos pesquisados buscavam um trabalho que fosse importante e permitisse contribuições pessoais. Contrariando o estereótipo de descaso com o trabalho, de um servidor que não gosta e não quer trabalhar, sua pesquisa mostrou um trabalhador que procura formas de se envolver com o trabalho, que quer espaço para empregar seu potencial e crescer por meio de suas contribuições e que sofre quando executa uma atividade que não tenha sentido ou quando não é reconhecido pelo que faz. Esses servidores públicos, que poderiam usufruir seu trabalho apenas como meio de sobrevivência, demonstraram-se pessoas ativas e interessadas que, mesmo quando a organização do trabalho não oferece espaço, inventam formas de se envolver e obter satisfação. São os arranjos pessoais possíveis, as singularidades.

Dentro dos dados encontrados nesta dissertação, evidenciou-se o quanto os entrevistados não se sentem parte da instituição para a qual trabalham. Parece que a eles sobraria o

assujeitamento ao discurso institucional (externo a eles e independente deles), a reprodução daquilo que já está dado, a acomodação àquilo que já existe e que parece ter sido “sempre assim”. Desconhecem que a instituição não é impessoal, que eles são a instituição, que eles reproduzem ou reinventam o serviço público por meio de suas ações cotidianas. São eles que podem reinventar as práticas de trabalho, ora reafirmando, ora resistindo aos discursos que os assujeitam. Não é suficiente, portanto, a objetivação pelo discurso institucional do serviço público e do senso comum e pelos discursos contemporâneos da individuação e do consumo para produzir um trabalhador “desinvestido”. Como demonstrou Soratto (2000), ao não se reconhecerem nos estereótipos do servidor público, os servidores podem subjetivar-se como trabalhadores ativos, em busca de realização, reconhecimento e satisfação no e pelo trabalho. Desse modo, assumindo-se como atores institucionais, que não só reproduzem, mas também criam as práticas institucionais, os entrevistados poderiam aproximar a noção de serviço público à de trabalho, dicotomizada em seus discursos.

A constatação dessa participação individual na (re)produção das práticas de trabalho implicaria em individualismo, na reprodução dos discursos contemporâneos sobre a individualização? Entende-se que não, pois significa o reconhecimento da relatividade das práticas institucionais e da condição de autoria, sustentada no compromisso pessoal com a vida e com os projetos coletivos. Ou seja, a assunção de si como autor da própria vida e como produtor das instituições das quais fazem parte.

Os sujeitos desta dissertação, talvez por estarem trabalhando há pouco tempo no serviço público (menos de cinco anos) e ainda estarem sob o efeito “anestésiante” da recente aprovação no concurso público (e das possibilidades materiais dela advinda), não evidenciaram essa necessidade de se reconhecerem nas atividades que realizam, obtendo realização pessoal/profissional no trabalho como servidor público. Fica o questionamento: será que com o tempo o acesso aos bens de consumo deixará de ser novidade e estes sujeitos voltar-se-ão a suas atividades cotidianas em busca de satisfação? Ou será que limitarão suas experiências laborais reproduzindo essa relação instrumental com o trabalho?

CONCLUSÕES

Era ele que erguia casas / Onde antes só havia chão. / Como um pássaro sem asas / Ele subia com as casas / Que lhe brotavam da mão. / Mas tudo desconhecia / De sua grande missão: / Não sabia, por exemplo / Que a casa de um homem é um templo / Um templo sem religião / Como tampouco sabia / **Que a casa que ele fazia / Sendo a sua liberdade / Era a sua escravidão.**

De fato, como podia / Um operário em construção / Compreender por que um tijolo / Valia mais do que um pão? / Tijolos ele empilhava / Com pá, cimento e esquadria / Quanto ao pão, ele o comia... / Mas fosse comer tijolo! / E assim o operário ia / Com suor e com cimento / Erguendo uma casa aqui / Adiante um apartamento / Além uma igreja, à frente / Um quartel e uma prisão: / **Prisão de que sofreria / Não fosse, eventualmente / Um operário em construção.**

Mas ele desconhecia / Esse fato extraordinário: / **Que o operário faz a coisa / E a coisa faz o operário.** / De forma que, certo dia / À mesa, ao cortar o pão / O operário foi tomado / De uma súbita emoção / Ao constatar assombrado / Que tudo naquela mesa / - Garrafa, prato, facão - / Era ele quem os fazia / Ele, um humilde operário, / **Um operário em construção.**

Olhou em torno: gamela / Banco, enxerga, caldeirão / Vidro, parede, janela / Casa, cidade, nação! / Tudo, tudo o que existia / Era ele quem o fazia / Ele, um humilde operário / Um operário que sabia / Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento / Não sabereis nunca o quanto / Aquele humilde operário / Soube naquele momento! / Naquela casa vazia / Que ele mesmo levantara / Um mundo novo nascia / De que sequer suspeitava. / O operário emocionado / Olhou sua própria mão / Sua rude mão de operário / De operário em construção / E olhando bem para ela / Teve um segundo a impressão / De que não havia no mundo / Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro da compreensão / Desse instante solitário / Que, tal sua construção / **Cresceu também o operário.** / Cresceu em alto e profundo / Em largo e no coração / E como tudo que cresce / Ele não cresceu em vão / Pois além do que sabia / - Exercer a profissão - / O operário adquiriu / Uma nova dimensão: / **A dimensão da poesia.**

(...)

Em operário construído/ O operário em construção.

Vinícius de Moraes

(Moraes, 1988, p. 205-210)

Iniciou-se esta pesquisa com o objetivo de delinear nos discursos quais os sentidos atribuídos, por jovens recém-ingressos no serviço público, à sua inserção em uma carreira estável. Parecia paradoxal, em uma sociedade cujos discursos valorizam tanto a flexibilidade, a mudança, o curto prazo, como características de bons profissionais, que inúmeros jovens procurassem se inserir em um emprego estável (“pra toda vida”), em órgãos públicos

reconhecidos socialmente por sua estagnação e dificuldade para mudar. Muitos responderiam que, diante do cenário laboral contemporâneo, de precariedade, desemprego, não restaria a estes jovens muitas possibilidades de escolha. Outros diriam que a estabilidade sempre foi algo desejado e que, portanto, não haveria nenhuma novidade nessa inserção profissional. Haveria, ainda, os que analisariam esta inserção sob o viés da oferta/procura: com a expansão do número de vagas (oferta), obviamente haveria uma grande procura.

Não há como negar o cenário de desemprego e precariedade, tampouco o aumento de número de vagas e o desejo humano por estabilidade. No entanto, mesmo diante dessas possíveis respostas, a pergunta inicial se manteve. Afinal, o que eles – os jovens graduados inseridos no serviço público – teriam a dizer? Concluiu-se que ninguém poderia falar melhor sobre esse assunto do que os próprios sujeitos dessa história.

Há que se lembrar que a realidade pesquisada foi uma em particular, pois os dados não podem ser desatrelados de seu contexto de produção: são jovens graduados inseridos no Poder Judiciário da União, em cargos públicos administrativos, de nível médio e superior, com salários entre R\$ 4.000,00 e R\$ 10.000,00 (aproximadamente). Rendimentos bem acima da média nacional, R\$ 1.106,00 (IBGE, 2009). Como é de conhecimento comum, não é nada fácil ingressar em um cargo público como este, principalmente devido à grande concorrência e a candidatos muito bem preparados. Outra questão que se demonstrou relevante é que, segundo os próprios pesquisados, nenhum deles teve qualquer dificuldade de inserção profissional após a formatura.

No contexto de produção dos dados desta pesquisa também cabe considerar a condição da própria pesquisadora, uma vez que, na concepção metodológica utilizada, a cena da entrevista – com as expectativas que nela se criam entre os interlocutores- constitui, igualmente, tal contexto de produção. Ao falar de suas trajetórias profissionais, de seus medos e anseios, os pesquisados estavam falando para uma pessoa em particular, que também é servidora pública. Devido a este fato, suas falas vieram carregadas de muitos pedidos de confirmação (“não é”?; “você também pensa assim?”; etc.). Em alguns momentos, incluíam a pesquisadora em seu dizer, falavam em tom de desabafo, pressupondo que estavam sendo entendidos e que os sentimentos ditos eram compartilhados. Em outros, traziam um cuidado na forma de falar, pressupondo um julgamento da interlocutora.

Em nenhum momento este estudo pretendeu fazer uma análise psicológica dos participantes, tampouco desvelar uma Verdade preexistente que sempre esteve lá, à espera de

ser descoberta. O intuito foi de trabalhar as falas em entrevista e alguns dos sentidos praticáveis – construir um discurso sobre outros discursos. Portanto, a análise realizada é uma dentre várias possíveis: certamente os efeitos de reconhecimento e desconhecimento também se fizeram presentes no discurso da pesquisadora, nos recortes realizados. Assim, muitas coisas passaram despercebidas ou foram deixadas de fora. O que, espera-se, mais do que consistir em uma limitação, possa incentivar a produção de outros discursos, outros movimentos de atribuição de sentidos.

Dos sentidos possíveis reconhecidos pela pesquisadora, algumas recorrências foram evidenciadas. A inserção na carreira pública foi reconhecida: (a) como identificação com o trabalho de servidor público atrelada a um perfil ou vocação; (b) como influenciada por outras pessoas (pais e/ou amigos); (c) como garantia de remuneração; (d) como garantia de estabilidade. Com relação a este último critério, foi interessante observar que a estabilidade assume diversos sentidos. Portanto, quando as pesquisas falam que um dos fatores que mais motivam o ingresso no serviço público é a estabilidade, de qual ou quais sentidos se está a falar? Ademais, as falas dos entrevistados deixaram claro que a estabilidade, por si só, não implicaria a escolha pela carreira pública: a remuneração, superior aos possíveis ganhos na iniciativa privada, assume um lugar de relevo.

Na busca da resposta à pergunta de pesquisa, algumas das indagações que contribuíram para a construção do problema de pesquisa, inicialmente pensadas quase como hipóteses, tiveram suas respostas encenadas.

Seria a busca por um serviço público, estável, uma forma de diminuir a ansiedade frente às mudanças do mundo do trabalho, uma tentativa de gerir o mal-estar advindo de um mundo cheio de inseguranças e incertezas? p. 08

De fato, a busca por um serviço público estável parece, sim, ser uma forma de diminuir a ansiedade frente às mudanças do mundo do trabalho, uma maneira de enfrentar um mundo cheio de inseguranças e incertezas. Mais do que garantir um possível emprego “pra toda vida” e proteger-se das instabilidades do mercado de trabalho, trabalhar no serviço público parece garantir um modo de SER. Ser mulher, ser autor da própria história, ser sujeito de escolhas (no controle da própria vida e do seu próprio futuro), ser alguém que tem outros interesses fora do trabalho.

Seria, em uma “sociedade de curto prazo” e com relações de trabalho precárias, uma forma de se conseguir um emprego seguro e com bom retorno financeiro para poder consumir e usufruir imediatamente, mesmo que para isso se tenha que, muitas vezes, abdicar da realização profissional? p. 08

O serviço público representa, para a maioria dos entrevistados, a abdicção da realização profissional em prol da lógica da satisfação imediata. Na verdade, parece que ABDICAR não seria o verbo apropriado, uma vez que significa desistência, renúncia (Ferreira, 1993). Como se pode renunciar a algo que nunca se teve e que aparentemente não se deseja ter? Como se pode desistir de algo que parece nem existir em seus discursos, a não ser como um “luxo” acessível para poucos ou algo a se buscar na iniciativa privada, a ideia de trabalho como realização? Embora reconheçam a importância do trabalho nas suas vidas, muitas vezes dão a entender que trabalho e serviço público são coisas diferentes. Se ser servidor público não é trabalhar, é o quê? Consumir um pacote de benefícios? Pacote este pago, não com dinheiro, mas sim com o suor – e sacrifício – de um trabalho desinvestido, no qual não se reconhecem e pelo qual não são reconhecidos? Sacrifica-se no trabalho para não se sacrificar no mercado do consumo? Não poderiam ganhar um pouco menos (e consumir um pouco menos) e trabalhar em algo que os gratifique? É curioso observar que, ao mesmo tempo em que seus discursos a respeito do serviço público encenam um sacrifício (presente em suas falas ao não se verem reconhecidos), não reconhecem este martírio: afirmam-se com frequência como sujeitos privilegiados, especiais, que possuem algo que todos querem ter, que não fazem renúncias.

“Seria esta busca pelo serviço público realmente uma escolha ou mera falta de opção diante do desemprego?” p. 08

Fica difícil sustentar, em resposta a mais uma das perguntas-hipótese, que a busca pelo serviço público, no caso destes entrevistados, representa falta de opção diante do desemprego. Nenhum dos participantes teve dificuldade de se inserir profissionalmente após a graduação. Os que não entraram direto no serviço público tinham bons empregos (Lygia e Vinícius inclusive mencionam que eram mais “felizes” e “realizados” em seus empregos na iniciativa privada). Portanto, não se poderia considerá-los como pessoas sem escolhas. Ademais, como mencionou no parágrafo acima, fica claro que eles optaram pelo “pacote de benefícios” advindos de um cargo público. Embora a maioria dos entrevistados mencione o medo do desemprego ou da precariedade do mercado de trabalho como um dos fatores que estimulou

sua inserção na carreira pública, este temor não parece configurar uma falta de opção. Mais do que garantir um emprego, a estabilidade do serviço público parece ser uma forma de garantir a estabilidade emocional.

Seria uma forma de resistência ao discurso preponderante, um modo de se ter mais liberdade através da rotina e da estabilidade proporcionadas por um trabalho (de)limitado no tempo e nas responsabilidades? p. 08

É interessante ver o quanto os entrevistados reconhecem as garantias do serviço público, em especial a segurança, como liberdade. Desconhecem o que afirma Vinícius de Moraes em sua poesia: **“Que a casa que ele fazia / Sendo sua liberdade / Era sua escravidão”**. Ou seja, desconhecem que essa suposta liberdade, associada aos bens que podem consumir fora do trabalho, é, em verdade, escravidão. Estão “encurralados” em um trabalho com o qual não se identificam, não se satisfazem. Um trabalho desinvestido, vazio em si mesmo. Só Cecília parece não estar presa nesses grilhões.

Se o serviço público representa para os participantes, algumas vezes, uma forma de resistir aos novos modos de subjetivação contemporâneos (os discursos do curto prazo, das mudanças constantes, da instabilidade, da corrosão do caráter, etc.), também encena um assujeitamento, uma forma de se enquadrar aos discursos do consumo, da insatisfação constante, da desacomodação.

Ao concluir este trabalho, pode-se afirmar que algumas repostas foram encontradas, pelo menos provisoriamente, como é a construção de todo conhecimento. No entanto, como era de se esperar, outras perguntas emergiram: como se poderia estimular o investimento no trabalho desses jovens servidores públicos, por parte de outro pólo nesta relação, os gestores de recursos humanos? Como se poderia adequar o ingresso na carreira pública para que entrem aqueles que, de fato, querem SER servidores públicos e não apenas TER os benefícios da carreira pública? As aspirações destes jovens servidores, com o passar dos anos, continuarão limitadas ao consumo? Se sim, que reflexos isto trará para suas subjetividades?

Mas a principal questão que fica, pelo menos para esta pesquisadora, é a de quando e por que estes jovens graduados que, na adolescência, tinham o sonho de ser felizes por meio

de seus trabalhos¹³, perderam **“a dimensão da poesia”**? Como – e se – seria possível recuperá-la? Para esta segunda pergunta, o poeta apontou uma esperança: o **“operário cresceu”**, **“tal a sua construção”**, quando pôde reconhecer **“que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário”**. O reconhecimento, pelos sujeitos pesquisados, de que eles não são somente produtos de suas relações laborais, mas são também produtores dessas relações pode trazer um pouco de poesia – e um tanto de sentido – a suas vidas que parecem um pouco esvaziadas. Há, portanto, outras formas de se relacionar com o trabalho sem ser **“a prisão de que sofreria”**: posicionando-se de **“operário construído”** e, portanto, aprisionado aos discursos institucionais, para **“operário em construção”**.

¹³ Como mencionaram ao responderem à pergunta: que sonhos você tinha quando escolheu sua profissão? Indagação cujas respostas, por ultrapassarem os objetivos desta pesquisa, não foram incluídas na análise dos dados, mas que indicam a existência de tais sonhos, dentre eles, o da realização pessoal através do exercício profissional.

REFERÊNCIAS

- Albornoz, S. (2008). *O que é trabalho*. (6ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Albrecht, P. A. T. (2010). *Sentidos dos trabalhos para concurseiros: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Albrecht, P. A. T., & Krawulski, E. (2009). Em busca de carreira estável no serviço público: perfil de “concurseiros” frequentadores de cursos preparatórios para concursos em Florianópolis-SC. In: Congresso Latino-americano de Orientação Profissional, Atibaia/SP, Programa e Resumos. São Paulo: Vetor, p.59.
- Albuquerque, J. A. G. (2004/1987). *A análise das instituições concretas*. Em: Guirado, M. (2004/1987). *Psicologia Institucional*. (2ª ed.) São Paulo: E.P.U.
- Antunes, R. (2007). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. (12ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Appel-Silva, M., & Biehl, K. (2006). Trabalho na pós-modernidade: crenças e concepções. *Rev. Mal-Estar Subj.*, 6 (2), p.518-534.
- ANPAC – Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (2009). *Pesquisa Nacional de Concursos Públicos 2005-2007*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Bardagi, M.; Lassance, M. C. P.; Paradiso, A. C.; & Menezes, I. A. (2006). Escolha profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de estudantes formandos. *Psicologia escolar e educacional*, 10 (1), p. 69-82.
- Barreto, D. F. C.; Nunes, G. S.; Veiga, J. L. B. C.; & Vilas Boas, A. A. (2007). Que fatores motivacionais afetam os indivíduos que ingressam em organização do setor público? O caso de uma empresa de energia. *Gestão da produção, operações e sistemas*, 2 (5), out.-dez., 11-24.
- Barreto, M. A. & Aiello-Vaisberg, T. (2007). Escolha profissional e dramática do viver - adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 19 (1), p. 107-114.
- Bastos, J. C. (2005). Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6 (2), 31-43.

- Baudrillard, J. (2007). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bendassolli, P. F. (2006). *Os ethos do trabalho – sobre a insegurança ontológica atual com o trabalho*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Bernardo, M. H. (2006). *Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores*. Tese de doutoramento apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Beck, U.; Giddens, A.; & Lash, S. (1997). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.
- Brasil (1990). Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Recuperado em 19 de abril de 2010 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112compilado.htm
- Brasil (2003). Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Recuperado em 19 de abril de 2010 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm#art40
- Brasil (2006). Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006. Recuperado em 19 de abril de 2010 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11416.htm
- Brasil (2009). Decreto 6.944, de 21 de agosto de 2009. Recuperado em 19 de abril de 2010 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6944.htm
- Carelli, G. (2007). *Cinco milhões querem o governo como patrão*. Revista Veja, edição 2013, 20 de junho de 2007.
- Cattani, A. D. (1996). *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Chanlat, J. F. (1996). *Modos de gestão, saúde e segurança no trabalho*. Em: Davel, E., & Vasconcelos, J. “Recursos” humanos e subjetividade. Petrópolis: Vozes.
- Chanlat, J. F. (2002). *O gerencialismo e a ética do bem comum: a questão da motivação para o trabalho nos serviços públicos*. In: VII Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Admistracion Pública. Recuperado em 19 de novembro de 2010 de <http://unpan1.un.org/intrdoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043316.pdf>
- Chauí, M. (2000). *Capítulo introdutório do livro O direito à preguiça*. Em: Lafargue, P. *O direito à preguiça*. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC.

- Côrtez, L. L.; & Silva, J. R. G. (2006). Construção do contrato psicológico de indivíduos que ingressam em organizações do setor público no atual contexto brasileiro: estudo de caso de uma empresa estatal. In: Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (CD-ROM).
- Costaa, L. A.; & Fonseca, T. M. G. (2007). Do contemporâneo: o tempo na história do presente. *Arq. bras. psicol.*, 59 (2), 110-119.
- Coutinho, M. C.; Krawulski, E.; & Soares, D. H. P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicol. Soc.*, 19, p. 29-37.
- Critelli, D. (2008). Consumo e obediência: a desarticulação da liberdade. *Psicol. USP*, 19(4), 477-485.
- D'Acri, V. (2003). Trabalho e saúde na indústria têxtil de amianto. *São Paulo em perspectiva*, 17 (2), p. 13-22.
- Debord, G. (1997/1967). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Di Pietro, M. S. Z. (2001). *Direito administrativo*. (13ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Dias, M. M. (2004). O trabalho para os jovens diplomados no novo modelo de acumulação capitalista. *Perspectivas*, 22 (2), 405-424.
- Dias, M. S. L. (2009). Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de universitários. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Dowbor, L. (2002). *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora SENAC.
- Dupas, G. (1999). *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Ferreira, A. B. H. (1993). *Novo dicionário da língua portuguesa - Século XXI* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Garcia, C. A. & Coutinho, L. G. (2004). Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo. *Psychê*, Ano VIII, 13, 125-140.
- Gomes, N. F. (2008). A subjetividade do servidor público constituída na relação com o estado e a sociedade. *Psicologia para a América Latina*, 15.
- Gorz, A. (1982). *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense.
- Guirado, M. (1997). Vértices da Pesquisa em Psicologia Clínica. *Psicol. USP*, 8 (1), p. 143-155 .

- Guirado, M. (2005). O caso do psicodiagnóstico: um estudo institucional. *Psicol. USP*, 16, (4), p.11-32.
- _____ (2006). *Psicanálise e análise do discurso*. Ed. rev. e ampl., São Paulo: EPU.
- _____ (2009). *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. Tese de livre docência apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Guirado, M & Lerner R. (orgs) (2007). *Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: Annablume.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). *Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios: síntese de indicadores 2009*. Recuperado em 05 de novembro de 2010 de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/comentarios2009.pdf>
- Krawulski, E. (2004). *Construção da identidade profissional do psicólogo: vivendo as “metamorfozes do caminho” no exercício cotidiano do trabalho*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.
- La Taille, Y. (2009). *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed.
- Laender, N. R. (2004). A construção do sujeito contemporâneo. *Cogito*, 6, p.81-83.
- Lancman, S.; Sznelwar, L. I.; Uchida, S; & Tuacek, T. A. (2007). O trabalho na rua e a exposição à violência no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 11 (21), p. 79-92.
- Lassance, M. C. & Sparta, M. (2003). A Orientação Profissional e as transformações no mundo do trabalho. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4 (1/2), p. 13-19.
- Linhart, D. (2000) O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso. *Trabalho e Educação*, 7, 24-36.
- Lisboa, M. D. (1997). Associações: Contexto sócio-econômico e compromisso social dos profissionais. *Revista da ABOP*, 1(1), 89-96.
- Liotard, J. F. (1986). *A condição pós-moderna*. São Paulo: José Olympio.
- Lypovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.
- Matos, A. G. (1994). Alienação no serviço público. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 14 (1-3), p. 28-33.

- Mattos, A. R., & Castro, L. R. (2008). Ser livre para consumir ou consumir para ser livre?. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, 14(1), 151-170.
- Melo, S. L.; & Borges, L. O. (2007). A Transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. *Psicol. cienc. prof.*, 27 (3), p.376-395.
- Millan, M. P. B. (2002). Tempo e Subjetividade no mundo contemporâneo: Ressonâncias em clínica psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Monteiro, D. A. (2004). O sujeito do consumo e os laços afetivos. *Cógitos*, 6, p. 61-65.
- Moraes, A. D. (2003). Direito constitucional. (14ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Moraes, V. (1988). O operário em construção. Em: Moraes, V. (1988). *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 205-210.
- Neves, T. F. S. (2006). Ensaio sobre o desemprego: qualidades de um “novo” trabalhador?. *Imaginário*, 12 (13), p. 123-141.
- Nogueira, M. C. O. C. (2006). Os discursos das mulheres em posição de poder. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9 (2), 57-72.
- Nogueira, R. P. (2005). Novas tendências internacionais da força de trabalho no setor público: o Brasil comparado a outros países. Universidade de Brasília. Recuperado em 08 de novembro de 2010, de http://www.opas.org.br/rh/admin/documentos/rpn_port.pdf
- Nunes, A. V. L.; & Lins, S. L. B. (2009). Servidores públicos federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 9 (1), 51-67.
- Offe, C. (1989). Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. *A Crise*. (Gustavo Bayer trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Oliveira, S. R. S. B. C. (2006). Indiferença, o esquecimento do humano: um estudo sobre a importância dos ‘espaços de fala’ entre os jovens no contemporâneo. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Paixão, A. E. (2005). A subjetividade no “novo” tempo de trabalho: um estudo sobre a flexibilidade. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Pochmann, M. (2000). *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Pochmann, M. (2002). *O trabalho sob fogo cruzado*. 3ª ed. São Paulo: Contexto.
- Prado Filho, K.; & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicol. Soc.*, 19(3), p. 14-19.

- Ribeiro, C. R. (2007). Sujeito-dobradiço: metáfora de subjetividade, metonímia institucional. Em: Guirado, M; & Lerner, R. (2007). Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- Ribeiro, M.A. (2003). Demandas em orientação profissional: um estudo exploratório em escolas públicas. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4 (1/2) , 141-151.
- Rocha, T. H. R. (2007). Modos de subjetivação contemporâneos: considerações psicanalíticas sobre desejo, alteridade e pulsão. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.
- Romanini, D. P.; Xavier, A. A. P.; & Kovaeski, J. L. (Nov. 2004). Aposentadoria: período de transformações e preparação. *Anais do XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, p. 2469-2476. Disponível em: www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/ARTIGOS/69.pdf
- Rueda, F. J. M., Martins, L. J., & Campos, K. C. L. (2004). Empregabilidade: o que os alunos universitários entendem sobre isto?. *Psicol. teor. prat.*, 6(2), p.63-73.
- Santos, M. F. S. (1990). *Identidade e Aposentadoria*. São Paulo: EPU.
- Selig, G. A.; & Valore, L. A. (2010). Imagens da aposentadoria no discurso de pré-aposentados: subsídios para a Orientação Profissional. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13 (1), p. 73-87.
- Sennett, R. (2007). *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (12ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Serrano, C. E. G. (2004). *Eu mendigo: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentado a Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Silva, L. D. & Magalhães, M. (1996). Adolescência hoje: um projeto de vida na pós-modernidade. Em E. C. S. Rosiski (Org.), *Rumo à universidade: um projeto de vida*. Ijuí: SEDIGRAF.
- Silva, M. M. (2004). O trabalho para jovens diplomados no novo modelo de acumulação capitalista. *Perspectiva*, 22 (2), p. 405-424.
- Silveira, S. M., & Nardi, H. C. (2008). Formação em psicologia e vulnerabilidade social: expectativa de inserção profissional de formandos. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, 28 (2), p. 228-243.

- Silveira, P. G., & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 23(4), p. 441-453.
- Soares, D. H. P. (2002). *A escolha profissional do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.
- Soares, D. H. P.; Krawulski, E.; Dias, M. S. L.; & D'avila, G. T. (2007). Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular. *Psicologia, ciência e profissão*, 27 (4), 746-759.
- Soratto, S. L. (2000). *Servidor Público: o mito do servidor que não quer trabalhar*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.
- Souza, C. (2004). Busca por concursos públicos quase dobra. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 2004.
- Souza Santos, B. (2001). *Pela mão de Alice: o social e o político da pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Sparta, M., & Gomes, W. B. (2005). Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6 (2), 45-53.
- Spilki, A. (2004). *Qualidade total e processos de subjetivação: um estudo junto a servidores públicos federais*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Tavares, D. S. (2003). *O sofrimento no trabalho entre servidores públicos: uma análise psicossocial do contexto de trabalho em um tribunal judiciário federal*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Saúde Ambiental da Universidade de São Paulo.
- Teixeira, M. A. P.; & Gomes, W. B. (2004). Estou me formando...e agora? Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 5(1), 47-62.
- Valore, L. A. (2005). *Subjetividade no Discurso de Recém-Graduados da UFPR: uma análise institucional*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da Universidade de São Paulo.
- Valore, L. A. (2007). *Dos modos de subjetivação em Foucault ao sujeito psíquico da análise institucional de discurso: algumas articulações*. Em: Guirado, M; & Lerner, R. (2007). *Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: Annablume/FAPESP.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
NÚCLEO DE PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E TRABALHO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tema da pesquisa: Inserção profissional de jovens egressos da Universidade

Coordenadora: Gabrielle Ana Selig (CRP nº 08/13054)

Orientadora: Prof^{ra} D^{ra} Luciana Albanese Valore (Mat. UFPR nº 105090 – CRP nº 08/04630)

Participo, de forma livre e esclarecida, desta pesquisa, que tem como finalidade investigar a inserção profissional de jovens graduados em qualquer área do conhecimento. Assinando este documento, declaro que estou informado sobre os seguintes fatos:

- a) A pesquisa justifica-se pela necessidade de produção de conhecimento científico sobre o tema e utiliza os seguintes procedimentos: preenchimento de formulário de dados pessoais e entrevista gravada.
- b) Minha participação nesta pesquisa não ocasiona riscos e desconfortos que possam ser identificados antes de sua realização. Ao participar desta pesquisa, não receberei nenhum benefício direto (como bens materiais, pagamento ou outros). O benefício relacionado à participação na pesquisa refere-se à possibilidade de autoconhecimento, requisito fundamental para elaboração de projetos de carreira. Além disto, a pesquisa irá produzir informações científicas importantes sobre o tema, contribuindo para o aprimoramento da prática de orientação profissional com estudantes de ensino superior.
- c) O coordenador considera que a forma de fazer a pesquisa é a mais adequada para seus objetivos, oferecendo o mínimo possível de riscos aos participantes em comparação com outras formas.
- d) Esta pesquisa é de responsabilidade de seu coordenador, que se compromete a acompanhá-la em todo o seu desenvolvimento e se dispõe a oferecer-me assistência, se necessário. Posso

contatar o coordenador através do e-mail gabrielle@cuorecorpore.com.br ou do telefone 30858591.

- e) Como participante da pesquisa, serei informado, antes e durante a pesquisa, sobre o que será feito, e posso pedir informações sobre isso a qualquer momento.
- f) Posso, a qualquer momento da pesquisa, me recusar a participar dela, ou retirar meu consentimento, sem qualquer penalização e sem prejuízos aos cuidados oferecidos.
- g) Todas as informações coletadas neste estudo são **confidenciais**. Não serei identificado por meu nome em nenhum momento. Autorizo, no entanto, a utilização dos dados obtidos, através de minha participação na pesquisa, para fins de divulgação científica.
- h) Não terei qualquer despesa participando desta pesquisa.
- i) A pesquisa obedece às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, conforme a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Após os esclarecimentos acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar desta pesquisa.

Nome do participante da pesquisa

Local, data e assinatura do participante da pesquisa

Apêndice B – Roteiro de entrevista semiestruturada

Data:

Nome:

Idade:

Estado civil:

Com quem habita:

Formação:

Faculdade:

Ano da colação de grau:

Ano de ingresso no serviço público:

Trabalhos anteriores:

- 1) Fale sobre sua trajetória profissional.
- 2) Que sentidos você atribui ao seu trabalho como servidor público?
- 3) Qual sua percepção sobre a transição universidade-mercado de trabalho?
- 4) Qual sua avaliação sobre o mercado de trabalho?
- 5) Na sua opinião, o que leva as pessoas a fazer concurso público?
- 6) O que o trabalho representa para sua vida?
- 7) Como você se imagina daqui a alguns anos? Tem algum projeto de futuro? Qual seria?
- 8) Quando você pensa em servidor público, que imagens lhe vem à mente?
- 9) O que você acha da opinião social sobre o serviço público?
- 10) Você trabalharia na iniciativa privada? ou como autônomo?
- 11) Por que você escolheu o serviço público?
- 12) Que sonhos você tinha quando escolheu fazer ___ curso no qual a pessoa se graduou ___?
- 13) Pretende ficar no serviço público até se aposentar? Por quê?
- 14) Tem algo que não foi perguntado mas que você acha relevante para os objetivos desta pesquisa?